



**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

LORENA SANTANA AZEVEDO RAMOS

**O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM RESERVAS
INDÍGENAS O CASO DA BARRA VELHA E PATAXÓ DA JAQUEIRA – PORTO
SEGURO - BAHIA**

Salvador
2003

LORENA SANTANA AZEVEDO RAMOS

**O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM RESERVAS
INDÍGENAS O CASO DA BARRA VELHA E PATAXÓ DA JAQUEIRA – PORTO
SEGURO - BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Salvador,
como parte das exigências do Curso de Mestrado
em Análise Regional, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional e
Urbano, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Noélio Dantaslé Spinola.

Salvador
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS.

Ramos, Lorena Santana Azevedo

O turismo como indutor do desenvolvimento local em reservas indígenas o caso da Barra Velha e Pataxó da Jaqueira – Porto Seguro - Bahia. / Lorena Santana Azevedo Ramos.- Salvador, 2003.

140 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – UNIFACS Universidade Salvador. Mestrado em Análise Regional.

Orientador: Prof. Dr. Noélio Dantaslé Spinola.

1. Turismo. 2. Desenvolvimento local. 3. Reservas indígenas. I. Spinola, Noélio Dantaslé. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 338.98142

LORENA SANTANA AZEVEDO RAMOS

O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM RESERVAS
INDÍGENAS O CASO DA BARRA VELHA E PATAXÓ DA JAQUEIRA – PORTO
SEGURO -BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador,
UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Noélio Dantaslé Spinola - Orientador _____
Doutorado em Geografia pela Universitat de Barcelona
Universidade Salvador – UNIFACS

Carolina de Andrade Spinola _____
Doutorado em Geografia pela Universitat de Barcelona
Universidade Salvador – UNIFACS

Regina Celeste de Almeida Souza - _____
Doutor em Doutorado em Geografia pela Universidade de Rouen
Universidade Salvador - UNIFACS

Paulo Cesar Miguez de Oliveira - _____
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da
Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador ____ de _____ de 2003

À força maior do universo. Ao meu pai pela preocupação com o andamento do trabalho e pelas exaustivas revisões, à minha mãe pelo exemplo de vida que sempre me deu com sua garra e determinação que se tornaram espelho para a condução dos meus propósitos. Ao meu esposo pelo companheirismo, sobretudo nas pesquisas realizadas em campo. À professora Carolina Spinola pela dedicação e incentivo para a permanência do tema. À colega de profissão e amiga Janaina Leal por ser eficiente nas questões relativas ao trabalho em computador.

Meus agradecimentos vão a todos aqueles que de alguma forma possibilitaram a conclusão deste trabalho, principalmente, aos meus companheiros das reservas indígenas estudadas.

RESUMO

A localidade de Porto Seguro encontra-se inserida na região econômica do Extremo Sul e na zona turística da Costa do Descobrimento. Esta zona se constitui como uma das prioritárias para o desenvolvimento do turismo na Bahia, e Porto Seguro destaca-se por conta do fluxo de turistas que recebe todos os anos. Porto Seguro possui a maior população indígena do estado da Bahia e, diante da precária situação enfrentada pela maioria das comunidades indígenas brasileiras e dada sua necessidade de sobrevivência, algumas tribos estão desenvolvendo o turismo como alternativa econômica, aproveitando como atrativos o ambiente natural em que vivem e sua cultura tradicional. Visualizando o turismo como um instrumento capaz de promover a inserção da população indígena das reservas Pataxó da Jaqueira e Barra Velha na sociedade local e considerando-se o fato de alguns índios adquirirem renda a partir da venda do artesanato para os turistas, resolveu-se investigar a maneira pela qual o turismo vem sendo desenvolvido nessas reservas, bem como a contribuição da atividade para o desenvolvimento dessas comunidades. Os principais objetivos são identificar se a atividade turística está contribuindo para o resgate do legado histórico-cultural indígena, e como trabalhar com a informação, de modo a fomentar uma integração saudável entre índios e não-índios, reduzindo o choque cultural; verificar se as comunidades indígenas estão participando do processo de geração de renda proporcionado pelo turismo e se este tem contribuído para a elevação dos indicadores sociais. A metodologia adotada esteve norteadada pela abordagem dedutiva, através do estudo de caso. A coleta de dados foi realizada através do levantamento de documentações diretas e indiretas, sendo que estas últimas abarcaram uma vasta revisão bibliográfica; já a observação direta ocorreu de forma intensiva, e contemplou viagens de campo e a aplicação de questionários com os diversos atores envolvidos na questão. É visível a importância da atividade turística para a geração de renda nas aldeias estudadas, mas também é clara a inexistência da sistematização da atividade nas duas aldeias. Torna-se evidente a necessidade de uma organização produtiva voltada para o potencial mercadológico do artesanato Pataxó. Contudo, o sub-aproveitamento do potencial histórico-cultural é notável, assim como o desconhecimento dos fundamentos do turismo e das transformações oriundas a partir dessa atividade. O presente estudo é um estágio inicial para documentar e colaborar para o incremento da atividade turística nas reservas Pataxó da Jaqueira e Barra Velha, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas duas comunidades indígenas.

Palavras-chave: Índios. Reservas indígenas. Turismo. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The city of Porto Seguro is located in the region called Extremo Sul and in the touristic zone named Costa do Descobrimento. This zone is one of the most important for the tourism development in Bahia, and Porto Seguro is detached by the tourists flow received every year. Porto Seguro also has the biggest indigenous population in Bahia state, and due to the precarious situation faced by most of the indigenous communities in Brazil, and due to their survival need, some tribes are developing the tourism as an economical alternative, taking advantage of the natural environment in which they live and their traditional culture as touristic attractives. Visualizing tourism as an instrument to promote the insertion of the indigenous population of Pataxó da Jaqueira and Barra Velha it reserves in the local society, and considering that some natives acquire income by selling handcraft to tourists, it was decided to investigate the way tourism is being developed in these reserves, as well as the contribution of this activity to the communities' development. The main objectives are identifying if tourism is contributing to the rescue of the historical and cultural indigenous heritage, and how to work with this information, in order to foment a healthy relationship between Indians and no Indians, reducing cultural conflicts; verifying if the indigenous communities are participating in the process of income production provided by tourism and if this activity is contributing to the increase of social indicatives. The adopted methodology was the deductive approach through the case study. The data collection was performed by the survey of direct and indirect documentation, this one made by a wide bibliographic revision; the direct observation occurred intensively, and comprehended trips to the study area and application of questionnaires among the main actors involved. The importance of tourism on the income production in the studied communities is clear, as well as the inexistence of any systematization on this activity in both places. It is clear the need for a productive organization dedicated to the handcraft market potential. However, under-use of historical and cultural potential is remarkable, as well as the ignorance about the fundamentals of tourism and changes arised from this activity. The present study is an early stage to document and collaborate to the growth of tourism in the reserves Pataxó Jaqueira and Barra Velha, in order to contribute to improving the quality of life of these two indigenous communities.

Key words: Indians. Indigenous reserve. Tourism. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Zonas Turísticas do estado da Bahia - PRODETUR.....	35
Figura 2 – Mapa da região econômica do Extremo Sul da Bahia.....	65
Figura 3 – Áreas protegidas da região do Extremo Sul da Bahia, caracterizadas como unidades de proteção integral, que se encontram sob administração federal .	68
Figura 4 – Mapa APA Caraíva- Trancoso	69
Figura 5 – Mapa terras indígenas de Coroa Vermelha.....	70
Figura 6 – Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau	71
Figura 7 – Mapa das terras indígenas da Costa do Descobrimento.....	92
Figura 8 – Aldeia de Barra Velha	94
Figura 9 – O Maraká	98
Figura 10 – Colares produzidos pelos índios da aldeia de Barra Velha	99
Figura 11 - (A) Artesanato Pataxó. (B) Utensílios fabricados pelos índios de Barra Velha	99
Figura 12 - (A) Foto aérea do distrito de Caraíva. (B) Travessia Rio Caraíva.....	100
Figura 13 – Vila de Caraíva.....	101
Figura 14 – Centro Cultural Pataxó	103
Figura 15 – Aldeia de Coroa Vermelha	104
Figura 16 – Marco da Primeira Missa celebrada no Brasil	105
Figura 17 – Logomarca da ASPETUR	106
Figura 18 – Entrada da Reserva Pataxó da Jaqueira.....	107
Figura 19 – (A) Escolaridade das agências entrevistadas em Porto Seguro. (B) Percentual das agências que comercializa o roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira. (C) Opinião das agências, quando questionadas sobre a maneira de participação dos índios nos lucros proporcionados pela venda dos roteiros.....	109
Figura 20 – (A) Classificação do roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira pelas agências de viagem de Porto Seguro. (B) Opinião das agências entrevistadas sobre o roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira em Porto Seguro, 2003	109
Figura 21 – (A) Percentual das agências que comercializa o roteiro da Aldeia de Barra Velha entrevistadas em Porto Seguro. (B) Opinião das agências entrevistadas sobre o roteiro da Aldeia de Barra Velha em Porto Seguro	110

Figura 22 - Nacionalidade dos turistas que visitam as reservas.....	111
Figura 23 – (A) Opinião das agências quando questionadas sobre a intervenção do setor privado nas reservas indígenas. (B) Opinião das agências quando questionadas sobre a intervenção do setor público nas reservas indígenas	111
Figura 24 – (A) Idade dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Origem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (C) Escolaridade dos turistas entrevistados em Porto Seguro	112
Figura 25 – (A) Ocupação dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Renda dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (C) Composição familiar dos turistas entrevistados em Porto Seguro	113
Figura 26 – (A) Composição do grupo de viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Influência da viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (C) Permanência dos turistas entrevistados em Porto Seguro.....	114
Figura 27 – (A) Motivo da viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Meio de transporte utilizado pelos turistas entrevistados em Porto Seguro	114
Figura 28 – (A) Despesas dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Meio de hospedagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro	115
Figura 29 – (A) Motivos que influenciaram a viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Conhecimento dos turistas entrevistados sobre a existência de um roteiro turístico em uma reserva indígena em Porto Seguro. (C) Porcentagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro que gostariam de conhecer, que gostou de conhecer e não gostou de conhecer a aldeia indígena	116
Figura 30 – (A) Porcentagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro que conhecem e não conhecem o Museu do Índio em Coroa Vermelha. (B) Porcentagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro que gostariam de conhecer, que não gostaria de conhecer, que gostou de conhecer e não gostou de conhecer o Museu do Índio em Coroa Vermelha.....	116
Figura 31 – Escolaridade dos índios entrevistados da aldeia de Barra Velha em Porto Seguro	117
Figura 32 – Atividade produtiva dos índios entrevistados da aldeia de Barra Velha em Porto Seguro	118
Figura 33 – Elementos de atração de turistas na visão dos índios da aldeia de Barra Velha	119
Figura 34 – Visão dos índios da aldeia de Barra Velha quando questionados se o turismo melhorou sua condição de vida	120
Figura 35 – Ações que o governo poderia adotar para incentivar o turismo na aldeia na visão dos índios da aldeia de Barra Velha	121

Figura 36 – (A) Idade dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha (B) Local de origem dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha.....	122
Figura 37 – (A) Escolaridade dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha	123
(B) Ocupação dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha	123
(C) Composição familiar dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha ...	123
Figura 38 – (A) Idade dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Origem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Escolaridade dos turistas entrevistados no Museu do Índio	124
Figura 39 – (A) Ocupação dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Renda dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Composição familiar dos turistas entrevistados no Museu do Índio.....	125
Figura 40 – (A) Composição do grupo de viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio.....	126
(B) Influência da viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Permanência dos turistas entrevistados no Museu do Índio	126
Figura 41 – (A) Motivo da viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Meio de transporte utilizado pelos turistas entrevistados no Museu do Índio.....	126
Figura 42 – (A) Meio de hospedagem utilizado pelos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Motivos que influenciaram a viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Elementos que contribuíram para atração do turista a aldeia indígena pelos turistas entrevistados no Museu do Índio	127
Figura 43 – (A) O que não os satisfaz o turista na visita ao Museu do Índio. (B) Porcentagem de turistas que compraram e não compraram artesanato no Museu do Índio. (C) Porcentagem de turistas que conhecem e não conhecem a reserva indígena Pataxó da Jaqueira entrevistados no Museu do Índio	128
Figura 44 – Modelo atual de desenvolvimento da atividade turística em Barra Velha	133
Figura 45 – Modelo proposto para desenvolvimento da atividade turística na aldeia de Barra Velha	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAP	Projeto de Conservação da Área de Anapurna
ASPECTUR	Associação Pataxó de Ecoturismo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DSEIs	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
ISA	Instituto Socioambiental
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
NET	Nova Era do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PINEB	Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste do Brasil
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR	Programa de Ações para o Desenvolvimento do Turismo
PRODETUR/BA	Plano de Desenvolvimento Turístico da Bahia

PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR Amazônia Legal	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PROM/BA	Programa de Remanejamento da Orla Marítima do Estado
RIMA	Relatório de Impacto ambiental
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
SPI	Serviço de Proteção do Índio
SISTUR	Sistema de Turismo
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento do Turismo do Estado
SUS	Sistema Único de Saúde
WTTC	World Travel and Tourism Council
WWF	Fundo Mundial para Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 TURISMO: CONCEITO, HISTÓRICO E EVOLUÇÃO	20
2.1 VIAJANDO NO CONCEITO	20
2.2 UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO TURISMO.....	23
2.3 O TURISMO TRADICIONAL E O TURISMO SUSTENTÁVEL.....	26
2.4 O TURISMO E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.....	17
2.5 PANORAMA DO TURISMO NO MUNDO	19
2.6 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO TURISMO	22
2.7 POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO E O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO	32
2.8 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	37
3 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA.....	40
3.1 OS ÍNDIOS DO BRASIL E O BRASIL DOS ÍNDIOS.....	40
3.2 A POLITICA DE SAÚDE INDÍGENA.....	48
3.3 EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	50
3.4 O TURISMO EM RESERVAS INDÍGENAS.....	52
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO.....	64
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL DO OBJETO DE ESTUDO	64
4.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO EXTREMO SUL	72
4.3 O TURISMO EM PORTO SEGURO E AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.....	78
4.3.1 Período de Conjuntura do Desenvolvimento Turístico de Porto Seguro ..	83
4.4 OS ÍNDIOS DA COSTA DO DESCOBRIMENTO.....	89
4.4.1 Breve histórico dos povos indígenas que habitaram a Região do Extremo Sul.....	89
4.4.2 As terras indígenas do Extremo Sul	91
4.5 A ALDEIA DA BARRA VELHA E A FORMAÇÃO DA COROA VERMELHA	93
4.6 TURISMO NA ALDEIA DA BARRA VELHA E NA PATAXÓ DA JAQUEIRA.....	107

4.6.1 Agências e Operadoras	107
4.6.2 Turistas de Porto Seguro.....	112
4.6.3 Índios Barra Velha.....	117
4.6.4 Índios de Coroa Vermelha	121
4.6.5 Turistas Museu do Índio	123
5 CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXO A - Autorização para divulgação do trabalho em meio eletrônico	140

1 INTRODUÇÃO

A localidade de Porto Seguro encontra-se inserida na Região econômica do Extremo Sul e na região turística da Costa do Descobrimento, que se constitui como uma das zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo na Bahia. O município citado caracteriza-se como destaque na região com relação ao fluxo de turistas. Desde a década de 1970, quando foi iniciado de forma endógena o processo de desenvolvimento turístico local, incrementado posteriormente pela construção da BR 101, a localidade passou a apresentar-se como alvo das preocupações do Estado no que toca ao desenvolvimento turístico.

Até a década de 80 os pequenos empreendimentos eram mais incidentes, atendiam ao fluxo de turistas que se encontravam dissociada dos pacotes turísticos, dada a diversidade natural de Porto Seguro, além do forte apelo histórico-cultural, ligado ao descobrimento do Brasil, nada mais natural seria o incremento do fluxo e conseqüentemente o despertar do interesse de grandes operadores de turismo pelo destino. Esse fato consolidou o turismo de massa no local. A forma desordenada como se processou o turismo, sobretudo pelo novo padrão de ocupação espacial que passou a exercer forte pressão sobre a infraestrutura local, despertou as preocupações do Estado por perceber a forte tendência à deterioração do destino.

Sendo Porto Seguro o município da Bahia que possui a maior população indígena, nos instigou investigar se o turismo tem contribuído para o desenvolvimento dessa população, sobretudo pelo forte apelo histórico-cultural do destino. Por outro lado, nos sentimos no dever de promover a socialização acadêmica da situação de marginalidade a qual a população indígena está relegada em consequência da brutalidade do processo colonial. Nesse aspecto, as comemorações dos 500 anos do Brasil, em 2000, foram marcadas por um período de denúncias e de lutas pelos direitos indígenas perdidos. Eles se misturaram a outras minorias e ocuparam os noticiários anunciando os 500 anos de descobrimento como “meio milênio de invasão, violência e genocídio”.

Diante da precária situação enfrentada pela maioria das comunidades indígenas brasileiras e dada a necessidade de sobrevivência frente aos modernos padrões instituídos pela sociedade mundial, algumas tribos indígenas vêm demonstrando interesse em desenvolver o turismo como alternativa econômica, aproveitando como atrativos o ambiente natural e a cultura tradicional.

Visualizando o turismo como um instrumento capaz de promover a inserção da população indígena das reservas Pataxó da Jaqueira e Barra Velha de forma menos perversa na sociedade local e, considerando-se o fato de alguns índios adquirirem renda a partir da venda do artesanato para os turistas, resolvemos investigar a maneira pela qual o turismo vem sendo desenvolvido nas reservas indígenas mencionadas e a contribuição da atividade para o desenvolvimento dessas comunidades.

Essa investigação será realizada a partir dos seguintes objetivos:

- a) Identificar se a atividade tem trabalhado com o resgate da importância histórico-cultural desta etnia e se o modelo de desenvolvimento turístico adotado pretende contribuir para a renovação do orgulho das manifestações culturais, fazendo com que a comunidade perceba a relevância do seu legado, na formação da cultura brasileira;
- b) Desvendar se essa informação vem sendo trabalhada, como forma de reduzir os impactos do choque cultural, com o intuito de fomentar uma integração saudável entre sujeitos pertencentes a comunidades étnicas diferentes;
- c) Verificar se a comunidade está participando do processo de geração de renda proporcionado pelo turismo;
- d) Verificar se a proximidade a locais turísticos tem contribuído para a elevação dos indicadores sociais;
- e) Investigar como as políticas públicas intervêm nessa realidade;
- f) Socializar o problema no meio acadêmico, estimulando novas pesquisas na área.

A metodologia adotada esteve norteada pela abordagem caracterizada como indutiva que, segundo Lakatos e Marconi (1996, p. 53), “é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal [...], o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam”.

O procedimento foi enquadrado como estudo de caso, em função de já existir o turismo na aldeia, porém de forma desorganizada. As técnicas utilizadas para a coleta de dados contemplaram documentações diretas e indiretas, sendo que esta última abrangeu o levantamento de documentos, artigos, anais de congressos, entre outros. Já a observação direta foi efetuada de forma intensiva para percebermos

como as relações interétnicas acontecem por meio do turismo e, de forma extensiva, a aplicação de 50 questionários com os índios de Coroa Vermelha, 50 questionários com os índios de Barra Velha, 150 com os turistas em visita a Porto Seguro, 100 com os turistas em visita a Coroa Vermelha e 14 com as agências e operadoras de turismo em Porto Seguro.

Além dessas etapas, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica, que trata da existência da questão no Brasil, o sucesso e insucesso de comunidades indígenas que adotaram este modelo de desenvolvimento, aspectos referentes à história da ocupação espacial dos índios na Bahia (CUNHA, 1992), cultura indígena (RIBEIRO, 1997), teorias de localização e de desenvolvimento (RODRIGUES, 2001; SILVA, 1976), turismo cultural e ecológico, turismo sustentável e planejamento turístico (BENI, 1998; PETROCCHI, 1998; SWARBROOKE, 2000).

É importante ressaltar que este estudo não se trata de uma pesquisa antropológica, mas de uma investigação na área do turismo.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo a Introdução (capítulo 1) e a Conclusão (capítulo 5).

No capítulo 2, serão investigados os marcos conceituais do Turismo, e sua evolução até os dias atuais, passando por sua relação com as políticas públicas e os desafios enfrentados enquanto importante vetor para o desenvolvimento local.

O capítulo 3 trata exclusivamente da questão indígena, em dimensão macro: primeiramente, é investigada a situação do índio no Brasil desde seu descobrimento, com uma abordagem aprofundada nas questões de saúde e educação. Na sequência, ampliando a visão para a esfera mundial, serão analisadas as diferentes situações enfrentadas pelos índios residentes em reservas indígenas de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como é o caso da Austrália e Nepal.

Já no Capítulo 4 encontra-se a análise da região onde está inserido o objeto de estudo deste documento – o Extremo Sul do Estado da Bahia –, contextualizando-o espacial e historicamente, incluindo seu processo de ocupação; na sequência, se apresenta a relação desta região com a atividade do Turismo, pautando-a nas teorias de desenvolvimento. Nos itens seguintes, é apresentado o povo indígena da região do Extremo Sul e sua trajetória desde o Descobrimento do Brasil. Ocorre aqui um aprofundamento na trajetória das tribos que são o objeto de estudo deste trabalho: sua história, seu território, sua situação socioeconômica na atualidade, sua relação com o turismo. Também será analisada a conjuntura do turismo na região,

apresentando a análise quantitativa e qualitativa dos questionários aplicados nas viagens de campo.

2 TURISMO: CONCEITO, HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

2.1 VIAJANDO NO CONCEITO

A multiplicidade de fatores que constituem o universo do turismo não permitiu, ainda, uma unanimidade acerca do seu conceito. O certo é que a necessidade da criação de um marco conceitual que permita a existência de uma homogeneidade, ante os princípios que baseiam a mera análise das estatísticas, é primordial para expressar a importância da atividade turística em nível mundial. Contudo, existem países com múltiplas fontes de dados turísticos, cada um com seu conceito e sua definição.

A partir de 1960 o turismo teve uma grande expansão como atividade de lazer. “Dos anos 50 à década de 80, o número de viagens internacionais em âmbito mundial duplicou a cada 10 anos aproximadamente”. [...] “Enquanto, em 1950, registraram-se 25 milhões de turistas, em 1996 os valores aumentaram para 595 milhões¹” (OMT, 2001). Esse crescimento transformou o turismo em um fenômeno econômico com grande representatividade no mundo financeiro internacional. O turismo é considerado uma atividade complexa pela quantidade de elementos que o compõem e pela quantidade de setores que estão envolvidos com o seu desenvolvimento.

o turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio-ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sócio cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2000).

Em função da representatividade que o turismo passou a apresentar em nível mundial, os estados nacionais passaram a perceber que a atividade pode se caracterizar como um importante instrumento alavancador do processo de

¹ Dados mais recentes da Organização Mundial do Turismo (OMT) sobre o turismo em escala global revelam que o enfraquecimento no setor turístico em 2001 não foi muito acentuado, especialmente quando levados em conta os valores das estimativas feitas em Janeiro de 2001. Informações mais atuais e precisas vêm agora mostrar que, no que diz respeito ao número de chegadas de turistas internacionais, o decréscimo foi de apenas -0,6%, ou seja, de 697 milhões de chegadas em 2000 para 693 milhões em 2001. Mas este retrocesso não foi apenas devido aos atentados de 11 de Setembro. Desde o início de 2001 vinha desenhando-se um enfraquecimento no crescimento econômico mundial, fruto das dificuldades econômicas na América do Norte, Europa e Ásia, o que fez com que este passasse de 4,7% de 2000 para 2,5% em 2001 (OMT, 2001).

desenvolvimento local/regional e que dados estatísticos confiáveis podem se caracterizar em elementos norteadores deste processo.

Foi organizado no ano de 1991, em Otawa, a Conferência sobre Viagens e Estatísticas de Turismo (Conferência de Otawa), com o envolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Governo do Canadá. O principal objetivo foi “*debater os sistemas de estatísticas com a finalidade de adotar uma série de recomendações internacionais sobre a análise e apresentação das estatísticas de turismo.*” (OMT, 2002, p. 36). Como um dos produtos da Conferência, ficou instituída a Comissão de estatísticas das Nações Unidas e em 1995 a OMT publicou a seguinte definição:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. (OMT, 2002, p. 36).

Tendo como base a definição da OMT, entendemos que todo tipo de viagem é considerada como turismo. Esse entendimento é uma visão moderna do turismo, pois há algum tempo não se considerava viagens de negócios como tal, fato que permite a segmentação da atividade e evidencia uma questão paradoxal se analisarmos o turismo a partir da ótica da apropriação do espaço pelo turista e conseqüentemente da produção do espaço turístico, intimamente ligado ao lazer, apesar do turismo não ser só lazer. Segundo Barreto (1994), três condicionantes são básicas para a análise do turismo na perspectiva do lazer, quais sejam: a livre escolha, a motivação e a inexistência de remuneração com a efetivação do deslocamento. Quando visualizamos as possibilidades de segmentação da atividade na perspectiva do turismo de negócios e do turismo de saúde, por exemplo, perdemos a lógica das condicionantes citadas. Portanto, torna-se importante salientar que, independente da concepção do conceito, o turismo é uma atividade de difícil mensuração. Por exemplo, os negócios podem estar associados ao lazer.

Se por um lado, a definição oficial permite a percepção na perspectiva paradoxal, por outro, promove a exacerbação das estatísticas, pois todos os viajantes são usuários dos serviços específicos da condição do ser humano, enquanto turista.

Segundo Moesch (2000), o turismo como matéria de interesse universitário surgiu no período entre guerras (1919-1938) e na Europa, sobretudo na universidade de Berna e na Escola de Berlim, foi onde foram publicados os primeiros estudos. Porém,

anteriormente ao referido período, em 1911, o economista austríaco Hermann Von Schattenhofen escrevia: *“Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.”* (MOESCH, 2000, p.10). As conceituações da “escola berlinesa” começaram a surgir em 1929, a partir dos esforços de Benscheidt, Glucksmann e outros, sendo o turismo definido como *“um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa”*. Outros autores contribuíram com definições semelhantes, citando-se a contribuição datada de 1942 e idealizada por W. Hunziker e K. Krapf, também catedráticos da Universidade de Berna, na qual fica clara a inexistência da atividade não remunerada e a relação de temporalidade com o destino visitado. *“A soma de fenômenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada.”* (MOESCH, 2000, p.11).

Além dessas conceituações, foram elaboradas outras pela conhecida “escola polonesa”. Segundo Lesczyck (*apud* MOESCH, 2000, p.10) *“o movimento turístico é aquele no qual participam os que durante certo tempo residem num certo lugar, como estrangeiros ou forasteiros e sem caráter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar”*. Já em 1982, Mathieson e Wall (1990), definiram o turismo como: *“turismo é o movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, as atividades empreendidas durante a estada e as facilidades são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”*. Na ótica dessa definição, podemos observar novamente a negação do trabalho, a determinação de um tempo de permanência e a inclusão da infraestrutura necessária para empreender a atividade turística com padrões de qualidade que satisfaçam as necessidades dos clientes.

A definição de alguns termos como: visitante, excursionista e turista são essenciais para o alcance da credibilidade das estatísticas de turismo. No documento elaborado pela ONU e OMT as definições são referenciadas da seguinte forma:

Viajante: qualquer pessoa que viaje entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades em seu país de residência habitual.

Visitantes: qualquer pessoa que viaje a um lugar que não seja o seu entorno habitual por um período de menos de doze meses e cuja finalidade ao viajar seja alheia ao exercício de uma atividade remunerada no lugar que visite.

Visitante internacional: toda pessoa que viaja por um período não superior a doze meses, para um país diferente daquele em que reside, fora de seu entorno habitual e cujo motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada no país visitado.

Visitante interno: toda pessoa que reside num país, e que viaja, por um tempo não superior a doze meses, para um lugar dentro de seu país diferente do seu entorno habitual e cujo motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada no lugar visitado.

Turistas: visitantes que pernoitam.

Excursionistas: visitantes por um dia, que não pernoitam.

2.2 UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO TURISMO

Segundo Fayos-Solá (1994 apud OMT, 2001), a evolução do turismo pode ser classificada em três etapas: Artesanal, Fordista, e a Nova Era do Turismo (NET). A etapa artesanal é caracterizada pela existência do intenso contato estabelecido entre os turistas e os provedores do turismo; a Fordista é representada pelas transformações oriundas da modernização: avanços tecnológicos, mudanças em sistemas de gestão, transformações sociais e dinâmica das economias que impulsionaram uma demanda numerosa que buscavam uma oferta padronizada e a baixo custo. A Nova Era do Turismo está marcada por uma demanda mais madura e informada, pela alta concorrência entre os destinos turísticos que a cada dia devem estar preparados para atender um mercado cada vez mais segmentado e exigente. A lógica dos baixos preços de venda já não mais são estratégias competitivas nesse mercado.

Desde os tempos mais remotos, o homem viajou. Nas sociedades mais antigas, os homens migravam por questões de sobrevivência. Na sociedade pós-moderna, o motivo da viagem é diferente, assim como as circunstâncias que condicionam as viagens. Na nossa civilização, a novidade é o volume e a rapidez dos deslocamentos humanos.

Segundo Barreto (1994), as primeiras viagens eram realizadas em função do comércio no Oriente Médio ou no Egito, ou por questões de sobrevivência: fome, guerras ou inundações. Durante o domínio Romano as viagens comerciais floresceram.

O processo temporal que condicionou o desenvolvimento do turismo está marcado basicamente por cinco grandes acontecimentos históricos: as Olimpíadas, a era das Grandes Navegações, a Revolução Industrial, e as duas Grandes Guerras (BARRETO, 1994).

Os deslocamentos motivados pelos jogos olímpicos que aconteciam na Grécia - cidade de Olímpia por volta de 800 a.C. - podem ser considerados as primeiras viagens turísticas na perspectiva da livre escolha e do prazer. Segundo Barreto (1994), a dinâmica organizacional do Império Romano também proporcionou o incremento das viagens, em função da construção de numerosas estradas em aproximadamente 150. a.C. "Na época do Imperador Trajano (que reinou de 98 a 117 a.C.) as estradas romanas abrangiam uma rede de 80 mil quilômetros".

A Grécia e a Ásia Menor eram destinações famosas, oferecendo jogos olímpicos e banhos medicinais e resorts litorâneos, respectivamente. As produções teatrais, os festivais, as competições atléticas e outras formas de organização e entretenimento também atraíam visitantes.

O período das grandes navegações, marcados com relatos de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal e as cartas de Américo Vespúcio ao governante de Florença, retrata uma fase de importantes conquistas no âmbito dos transportes. Mas é o período da Revolução Industrial, no séc. XVIII, na Inglaterra, que marca uma transformação no mundo das viagens.

Uma das principais mudanças proporcionadas pela Revolução Industrial, já no início do século XX, foi a valorização do tempo livre que anteriormente não apresentava um significado muito especial porque a maioria das pessoas trabalhava no campo e vivia da agricultura, sem necessariamente viver com limites temporais impostos, como hora de almoço, término de jornada de trabalho, etc. Com o advento da Revolução Industrial inicia-se o processo de urbanização. As inovações tecnológicas como a máquina a vapor e a criação de trens e barcos a vapor, a melhoria dos meios de comunicação, mudanças na questão de higiene e alfabetização, as estradas de ferro, entre outras inovações, trouxeram um incremento nos números das viagens.

Todas essas transformações contribuíram para o desenvolvimento do turismo, mas as conquistas trabalhistas relacionadas a menores jornadas de trabalho e ao tempo livre remunerado foram essenciais para proporcionar posteriormente nova dinâmica da atividade turística.

No século XIX, registra-se a primeira viagem turística organizada por um agente de viagem, marcando o início do turismo moderno. “A grande contribuição de Thomas Cook foi a organização da viagem completa – transporte, acomodação e atividades no local de destino que foi copiada no mundo todo” (DIAS; AGUIAR, 2002, p.46). É o início da prática do pacote turístico no mundo das viagens. A viagem realizada por Thomas Cook consistiu na oferta de um pacote (hospedagem e transporte) para pessoas que se interessaram em participar de um encontro contra o alcoolismo. Essa época corresponde à era do turismo artesanal descrito por Fayos-Solá (1994 apud OMT, 2001), quando apenas uma pequena elite podia viajar. “O surgimento do turismo na forma como conhecemos hoje não foi um fato isolado; o turismo sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. O modo de produção determina quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo”.

A partir da segunda metade do século XX, em função do incremento no número de viagens e das inovações tecnológicas em nível internacional, passa-se a entrar no período dominado pelo turismo de massa ou fordista, caracterizado pela massificação (produção em série). O número de companhias aéreas aumentou, os meios de hospedagem passaram por grandes modificações e as operadoras turísticas com seus pacotes passaram a ser responsáveis pela maior parte do movimento turístico (BARRETO, 1999).

Na década de 1960, o turismo de massa predomina como modalidade de turismo, mobilizando grandes contingentes de viajantes em função das facilidades permitidas pela institucionalização de um sistema de crédito, pelo incremento de obras básicas de infraestrutura e de facilidades turísticas.

Neste período as atenções do turismo estiveram voltadas para o turista, e não se dimensionava as agressões oriundas do turismo nas comunidades receptoras. Até porque, em comparação ao processo de impactos gerados pelas indústrias de transformação, os gerados pelo turismo eram insignificantes, daí utilizar-se o slogan “a indústria sem chaminés”. Nesse período, o turismo ainda era restrito a poucas áreas do planeta, sobretudo o litoral, não existia um interesse voltado para a cultura e exotividade dos lugares.

2.3 O TURISMO TRADICIONAL E O TURISMO SUSTENTÁVEL

A partir da década de 1970, inicia-se a preocupação com o meio-ambiente, principalmente motivada pela tomada de consciência em nível mundial, acerca das questões ambientais, impulsionada pela Conferência de Estocolmo em 1972. Essa conferência representa o primeiro grande marco do início com as preocupações voltadas à sustentabilidade, mas não representa o início do turismo alternativo, pois o turismo de massa foi hegemônico até meados da década de 80. Como consequência da crescente preocupação com a sustentabilidade da atividade, começam a aparecer modalidades mais brandas de turismo.

Dessa forma, surge o turismo alternativo, criado para categorizar modalidades de turismo que se contrapõem ao turismo de massa ou tradicional, sobretudo pela forma como se dá o consumo do espaço. Como exemplo podemos citar o turismo de natureza, que se constitui em uma classificação para todas as modalidades de turismo realizadas no meio natural – ecoturismo, turismo rural, turismo esportivo, de aventura etc.

Em 1980 aconteceu a Conferência de Manila sobre o Turismo Mundial. O evento teve como produto o documento intitulado “*Declaração de Manila sobre Turismo Mundial*”, que trata sobre a “*necessidade de preservação dos recursos naturais dos lugares históricos, culturais e religiosos*”.

Em 1982, a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – firmaram uma declaração sobre Turismo e Meio Ambiente, que enfatizou o desenvolvimento das atividades turísticas com uma gestão responsável do meio ambiente.

No início dos anos 80, o Fundo Mundial da Natureza (WWF²

) publicou suas recomendações para o ecoturismo. Em 1985, a Assembléia da OMT adotou a “Carta do Turismo e o Código do Turista”, que apelam para que os estados e os turistas, individualmente, tenham em conta a importância da proteção ao meio ambiente e da conservação dos recursos naturais e culturais, benéficos tanto para os turistas quanto para as populações locais. Em 1986, foi publicado o informe Brundtland, “*Nosso Futuro Comum*”, texto fundamental para o conceito de desenvolvimento sustentável.

² World Wildlife Fund

É certo que a tomada de consciência em nível mundial sobre as questões ambientais repercutiram diretamente num modelo de desenvolvimento que estava instaurado. No turismo, por exemplo, perde-se a visão centralizada no turista e passa-se a priorizar o futuro das destinações turísticas, até porque o turismo não se expande indefinidamente, estando condicionado a uma série de variáveis e uma delas é a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais.

Nessa perspectiva, passa-se a seguir uma nova lógica para o desenvolvimento, que culmina com a realização da Conferência sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO 92), que teve como um dos produtos a Agenda 21, que se caracteriza por uma série de recomendações voltadas para o alcance de uma nova ordem internacional a partir do distanciamento das propostas do desenvolvimento tradicional, predador, excludente e permeado pelos desequilíbrios. Nesse momento foi criada uma agenda 21 específica para o segmento de viagens e turismo.

Algumas medidas relativas aos princípios sustentáveis e o turismo foram propostos. Nesse sentido, citamos Ruschmann (2000), que relaciona a determinação da capacidade de carga das áreas naturais e das comunidades receptoras; o zoneamento detalhado das potencialidades e limitações dos recursos naturais; estratégias de desenvolvimento que contemplem a educação ambiental para os turistas e as comunidades receptoras; a realização de estudos de impacto ambiental (EIA) e seus relatórios de impacto ambiental (RIMA).

Segundo Beni (2001, p. 52) “a essência do problema que causa a crise ecológica nos espaços de uso turístico talvez possa ser resumida no enfrentamento de forças que ocorre no espaço cultural contra o espaço natural”. É certo que a humanidade já executou passos largos na tomada de consciência, mas de nada adianta tantos esforços, se não partirmos do pressuposto que, antes de mais nada, a questão da sustentabilidade perpassa por mudança de valores, portanto por questões culturais.

2.4 O TURISMO E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

O aumento de incertezas e ampliação de oportunidades é o paradoxo que permeia o mundo pós-moderno. O turismo encontra-se intimamente ligado a esse fenômeno pela capacidade de transformação a ele inerente e pelo contexto das novas demandas por diversão e por negócios.

É certo que o processo de globalização facilitou o crescimento do turismo mundial. Segundo Beni (2003), foi o turismo internacional que contribuiu para a aceleração do processo de globalização, e não a globalização que provocou o crescimento do turismo mundial. Já na visão de Donaire (1995 *apud* SPÍNOLA, 2001), o processo de internacionalização do turismo ocorre justamente em função do processo de globalização e da demanda por destinos que se contrapõem ao modelo Fordista de produção (turismo de massa).

Não nos deteremos ao fato de discutir se foi a globalização que promoveu o crescimento do turismo internacional ou se foi o processo inverso que ocorreu. A realidade nos mostra que os dois fenômenos estão visceralmente ligados e que são interdependentes. A nossa análise refere-se às tendências do turismo na pós-modernidade.

Os avanços tecnológicos, seja nos transportes ou nos meios de comunicação, contribuíram para a oferta de viagens a custos mais reduzidos, ampliando o mercado consumidor do produto turístico. Estamos assistindo o surgimento de novas destinações impulsionadas por uma demanda que não cessa e busca experiências “autênticas” em localidades com características mais peculiares. O cenário mundial, marcado também pelas incertezas, culminando com os ataques de 11 de setembro de 2001, com o ataque do governo norte-americano ao Iraque e as consequências das doenças respiratórias na Ásia demonstram um cenário de crise e de oportunidades. Esse contexto ressalta o fato do surgimento de novos destinos receptores para suprir a demanda de certos segmentos que não param de crescer.

O turismo passa a se consolidar como uma importante alternativa de inserção dos países pobres à economia mundial, apresentando-se norteado pelas tendências inerentes ao novo cenário global, como: internacionalização e interiorização; concentração de fluxos; crise da massificação – crescente demanda pelo turismo alternativo; perda da autenticidade pela aceitação da inautenticidade; reestruturação das empresas.

Influenciadas pelos efeitos da globalização, novas estratégias surgem para comercializar o turismo, tais como os *clusters*³, caracterizados como um pool promocional de empresas da cadeia produtiva do turismo, que se consolidam como estratégia de comercialização.

³ Cluster é uma concentração geográfica de empresas e instituições que se relacionam em um setor industrial particular. Um cluster inclui provedores especializados, universidades, associações industriais, instituições governamentais e outras organizações que provêm entretenimento, educação, informação, investigação e/ou apoio técnico”.

Referenciando as tendências de “internacionalização” e “interiorização”, percebidas por Urry (1990 *apud* SPÍNOLA, 2001), Donaire (1995 *apud* SPÍNOLA, 2001) e Polorneque (1997 *apud* SPÍNOLA, 2001), retratam o fato da emergência do planejamento de novos destinos frente ao crescimento da demanda mundial e da necessidade da oferta de produtos diferenciados.

A massificação do turismo no pós-guerra e o contínuo crescimento da atividade projetou o turismo como um dos principais setores socioeconômicos mundiais e um dos líderes no ranking do comércio internacional. Segundo a OMT (2003), em 1997, houve 612 milhões de chegadas de turistas internacionais, que geraram 443 bilhões de dólares de receita em moeda estrangeira. Até o ano de 2020, calcula-se que haja cerca de 1,6 bilhões de chegadas de turistas internacionais e que a receita turística internacional atinja 2 trilhões de dólares. Estima-se que o turismo doméstico seja cerca de dez vezes maior que o turismo internacional.

Daí emerge a necessidade de os países periféricos se constituírem como zonas receptoras do turismo internacional e como áreas dinâmicas no que toca ao turismo doméstico. Referenciando a tendência da interiorização do turismo, sobretudo a partir da década de 1970, quando passou a haver uma diversificação dos destinos turísticos mundiais, incentivado pela emergente demanda do turismo alternativo e consequente queda do predomínio do turismo de sol e praia, que ainda se constitui como hegemônico no mundo, citamos o caso do Brasil.

O processo de interiorização no Brasil se processa pela necessidade de diversificar o produto interno e de promover o desenvolvimento local (SPÍNOLA, 2001). Essa tendência no âmbito nacional é norteador pelo PRODETUR, pelo PNMT e pelo Proecotur. O nosso país conta com 1680 municípios considerados de interesse turístico, fato que realça o potencial do Brasil para utilizar o turismo como instrumento para seu desenvolvimento.

O crescimento em nível mundial do turismo não descaracteriza a atividade como concentrada em zonas. A distribuição geográfica em escala mundial sinaliza para a concentração de fluxos em determinados espaços. “Quase dois terços das zonas geoturísticas receptoras do turismo internacional localizam-se na Europa que, em 2002, segundo a OMT, recebeu 711 milhões de turistas, o que representa 58% da cota do mercado mundial.” (BENI, 2003).

Segundo Vera *et al* (1997) *apud* Silveira (2002) *apud* Beni (2003),

no mapa do turismo internacional, destacam-se claramente três grandes regiões de recepção turística, três bacias marítimas que têm em comum o fato de serem zonas de atração turísticas limítrofes aos maiores focos emissores. A bacia Europa – Mediterrâneo, a bacia América do Norte – Antilhas e América Central e finalmente, a bacia Oriental – Pacífico (com Japão, Austrália e Nova Zelândia como principais provedores) constituem os três grandes “lagos” de lírios mundiais e, nesse contexto, destaca-se o protagonismo do Mediterrâneo como maior região turística do globo.

Outra tendência apontada por Donaire (1995) é a “*Aparente crise da Massificação*”, estreitamente ligado à reação dos consumidores em rejeitar a oferta homogênea de produtos e de buscar experiências mais autênticas fora dos padrões de consumo de massa.

Segundo Spínola (2001), o elemento que retrata a perda do interesse pelo consumo do turismo de massa é a aparente crise do turismo de sol e praia que, como modelo de consumo, possui vínculo direto com o referido tipo de turismo. “*Os locais com essas características passam a atrair um público menos exigente, com menor poder aquisitivo e menos consciente das questões ambientais*”.

No caso do Brasil, ainda caminhamos em direção ao modelo maciço de exploração turística. As estratégias implementadas para a dinamização de fluxo são pautadas pela atração de grandes resorts que vêm ocupando a maioria das áreas litorâneas do país, consolidando-se como “ilhas turísticas”. As estratégias norteadas por este formato passam a inviabilizar a prática do turismo endógeno nestes espaços, comprometendo o envolvimento da comunidade enquanto gestores da atividade.

O formato do modelo adotado pelo Brasil nos remete a outra tendência pós-moderna do turismo, observada como a “*perda da autenticidade da atividade que vem se apresentando como uma forte característica do turismo pós-moderno em função da aceitação da inautenticidade*.” (FEIFER, 1985 *apud* DONAIRE, 1995).

A transformação dos lugares diferentes em lugares iguais, em função da necessidade de venda dos produtos turísticos (SPÍNOLA, 2001), pautada em estratégias de massificação, são uma ameaça à identidade das comunidades receptoras.

O turista moderno sabe quando não está vivendo uma experiência original e nem por isso a experiência perde o valor ou o sentido. Em função desta afirmação, Donaire (1995) caracteriza o turista que busca o contexto especial e o que busca o contexto espacial.

Os turistas de contexto especial são os que buscam experiências mais autênticas e que não se contentam em consumir um produto padronizado. No segundo caso, encontram-se em maior volume as pessoas que buscam diversão e que não se incomodam em viver experiências comuns ao cotidiano (SPÍNOLA, 2001).

O mercado turístico atual está composto por esses dois tipos de turistas que existem concomitantemente. A oferta precisa ser flexível para atender as demandas (SPÍNOLA, 2001). No caso do Brasil, como já foi dito, as estratégias estão voltadas para a alocação de grandes investimentos que se consolidam na oferta padronizada dos produtos. A nossa preocupação está assentada na necessidade de priorização de estratégias que sustentem em longo prazo a demanda que busca o contexto espacial.

Outra tendência do turismo pós-moderno, apontada por Donaire (1995), é a reestruturação das empresas que afetam novos modelos de gestão, assentados na verticalização e horizontalização; na adoção de novas tecnologias; nas fusões, também comuns às redes de empresas turísticas; e nas adaptações que devem ser realizadas em função da quebra de paradigmas da nova demanda no contexto pós-moderno.

2.5 PANORAMA DO TURISMO NO MUNDO

Diferentes fatores influenciam o desenvolvimento do turismo e são determinantes na impressão das diferenças de crescimento dessa atividade. Segundo a Secretaria Geral do Turismo da Espanha (1990) apud OMT 2001), dentre esses fatores, pode-se destacar:

- a) O grau de crescimento e desenvolvimento econômico;
- b) Renda disponível da população;
- c) Tempo livre;
- d) Aspectos demográficos;
- e) Entorno público;
- f) Costumes e crenças religiosas;
- g) Nível geral de educação;
- h) Grau de Desenvolvimento Tecnológico.

É perceptível a relação desses fatores com o nível de desenvolvimento da região, motivo pelo qual é fácil constatar que a intensidade de fluxos turísticos está

concentrada nos países desenvolvidos. No que toca aos destinos receptores, a OMT considera diferentes regiões: África, América, Ásia Ocidental e Pacífico, Europa, Oriente Médio e Sul da Ásia.

Historicamente, os turistas são oriundos da América do Norte e da Europa, deslocando-se a regiões do hemisfério Sul. Dentre as regiões que se destacam quanto ao recebimento do fluxo, estão o mediterrâneo e o Caribe.

Segundo a OMT (2001), as tendências regionais do turismo internacional, no que se refere à entrada de turistas e divisas, estão marcadas pelas seguintes considerações: a África é marcada por uma pequena participação, tanto como emissora quanto como receptora do turismo. A principal zona de destino do fluxo dirigido à África está concentrado na África Meridional. A América tem sido caracterizada pelo decréscimo do turismo internacional, em função da redução do número das viagens internacionais para a América do Norte, que tem o próprio país como destino principal, seguido pela Europa, Ásia Oriental e Caribe. O Canadá vem mantendo uma tendência crescente na entrada de turistas. A América Central vem melhorando o posicionamento no mercado, mas ainda é inexpressivo em comparação aos números do turismo no continente americano. A América do Sul vem registrando um acréscimo no movimento de turistas norte-americanos e europeus.

Quanto a Ásia Oriental e o Pacífico, registra-se um alto incremento de participação turística, tanto como emissores quanto como receptores. Esse incremento pode ser justificado pelo processo de desenvolvimento experienciado pelo Japão e pelos Tigres Asiáticos: Coreia do Sul, Hong-Kong, Taiwan e Cingapura. A Ásia Meridional se apresenta como uma zona emergente no que toca a movimentos turísticos. A Índia se apresenta como primeiro destino para essa região, e o Irã como segundo.

Na Europa, a atividade turística é bastante desenvolvida, sendo esse continente responsável por 60% das entradas de turistas internacionais e é a região que gerou a maior parte das viagens internacionais, cuja procedência dos turistas é dos próprios países europeus. Esse fato é propiciado pela redução geográfica dos países europeus, que os tornam próximos entre si e, sobretudo pela alta renda per capita e as estreitas relações comerciais entre os países.

O Oriente Médio foi beneficiado pela recuperação do turismo no Egito e representou a região de maior crescimento em 1996. A estabilização da situação interna contribuiu para estimular o turismo. Porém, com o advento da guerra no Iraque e das

intensas crises políticas que vêm ocorrendo no próprio Egito e em outros países, as previsões para o setor são desanimadoras.

Segundo a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), com o limiar da guerra contra o Iraque, a atividade mais prejudicada no planeta é a turística. Em uma pesquisa recente realizada pelo *World Travel and Tourism Council* (WTTC), constata-se que, a eclosão da guerra neste momento poderia destruir mais de três milhões de empregos em todo o mundo na indústria do turismo, e eliminaria, ao mesmo tempo, mais de US\$ 30 bilhões gerados pelo turismo.

As previsões são otimistas com relação ao crescimento do turismo. Segundo a OMT (2001)

mais de um milhão de turistas internacionais viajarão no ano de 2010 e calcula-se 1.602 milhões para o ano de 2020; as entradas pelo turismo deveriam alcançar a cifra de 621 milhões de dólares para o ano de 2000, de 1,5 trilhão no ano de 2010 e 2 trilhões em 2020.

Dadas as previsões de crescimento do turismo, emerge a necessidade de maiores investimentos no setor e a alocação de maiores atenções às políticas governamentais direcionadas à planificação do setor.

O surgimento de novos destinos e a necessidade de primar pela qualidade são elementos também destacados nas previsões para o turismo. O primeiro elemento demandará de uma reestruturação de mercado em função do aumento de visitantes detentores de um perfil mais exigente, em função da maior experiência do turista, e pelo aumento das campanhas publicitárias que proporcionam o estabelecimento de comparativos entre as regiões.

As novas estratégias adotadas pelos governos, em função da reestruturação do mercado, deverão estar pautadas, segundo a OMT (2001), nas seguintes ações:

- a) Diferenciar a imagem do país;
- b) Incrementar o marketing de nichos;
- c) Promover campanhas de marketing em colaboração com o setor privado e/ou países e regiões vizinhas;
- d) Abrir novas áreas do país para o turismo;
- e) Centrar-se no crescimento rápido e contínuo do turismo.

Com relação às referidas estratégias, é importante ressaltar que cuidados especiais devem ser tomados quando se tratar de abrir novas áreas do país para o turismo, pois o formato do desenvolvimento do turismo experienciado em muitos países,

inclusive o Brasil, só tem contribuído para uma maior concentração de renda, algo paradoxal se visualizarmos as notícias e pesquisas em turismo, que são fartas em divulgar que o turismo é uma das atividades que mais gera renda no mundo. O modelo de desenvolvimento turístico adotado atualmente só vem imprimir a possibilidade de quem detém o capital conquistar mais capital.

A abertura de novas áreas do país para o turismo deve considerar antes de tudo a necessidade de os autóctones estarem inseridos nesse processo de desenvolvimento, não só como trabalhadores de grandes cadeias hoteleiras, mas como empreendedores da área e integrantes do processo.

Ainda se falando em previsões, referenciamos Fayos-Solá (1994 *apud* OMT, 2001), quando se refere à evolução do turismo e pauta a sua referência no que se chama a Nova Era do Turismo, na qual se destaca algumas variáveis determinantes para o desenvolvimento da atividade:

- a) Variáveis exógenas – podem ser comparadas ao que Beni (2001) chamou de “*Meio Ambiente do Sistema de Turismo*”, ou seja, tudo o que se encontra fora do Sistema de Turismo (SISTUR), mas que de alguma forma afeta o seu funcionamento. São exemplos: questões políticas e de segurança; demografia; clima; desenvolvimento econômico e dinheiro disponível.
- b) Variáveis da oferta – aquelas que se referem à adaptação ao mundo pós-moderno, como: novas tecnologias impulsionadoras da modernização dos sistemas de reservas e conseqüente distribuição e venda de produtos turísticos; integração entre empresas; respeito ao meio ambiente; qualidade de serviços.
- c) Variáveis relativas ao consumidor – se traduz nos anseios do turista experiente, mais maduro, que busca a qualidade total na experiência turística, respeitando às questões ambientais. Estão norteadas pelo alcance da sustentabilidade da atividade que tem como matéria-prima o patrimônio natural e cultural.

2.6 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO TURISMO

Partindo para a análise das repercussões sócio-culturais no turismo, citamos Alffed (1975 *apud* MATHIESON; WALL, 1990), que caracteriza essas transformações em 3 categorias: o turista; a comunidade autóctone e os trabalhadores temporários.

Turistas – se caracterizam por disporem de condições socioeconômicas, permitindo-lhes consumir parte de sua renda no lazer, durante o período de tempo em que se dedica a viajar. Os alvos de seu deslocamento são o descanso, o conhecimento de novas culturas, pessoas, a fuga do ambiente de trabalho, etc.

Comunidade Autóctone (grupo receptor de turismo) – são os habitantes da localidade turística. Pode estar mesclada, também, pela incorporação de subgrupos e indivíduos provenientes de outras regiões e culturas.

Trabalhadores temporários – geralmente trabalham em hotelaria e áreas afins. Migram para a área receptora a fim de trabalhar para atender à demanda turística na alta estação, quando ocorre um aumento no número de visitantes.

A relação turista-receptor leva ao estudo das implicações socioculturais dos habitantes de uma área de destino em contato com os seus visitantes. A inter-relação dessas categorias em um mesmo território e num determinado tempo assume grande complexidade que, às vezes, é proveniente de uma situação de conflitos, pois entram em jogo interesses opostos. Também procura-se conciliar e integrar turistas e comunidade pela lei da oferta e da procura, geradora de injustiças sociais.

As repercussões sociais e culturais do turismo são frutos dos efeitos nas comunidades autóctones e de suas associações diretas e indiretas com o turista.

Os primeiros estudos acerca dos efeitos do turismo estão restritos às análises econômicas e relacionam os benefícios financeiros e o resultado da renda nas áreas de destino aos benefícios que o turismo pode dar para tal região (PIZAM, 1978 *apud* MATHIESON; WALL, 1990). Em contraste com os efeitos econômicos estão as repercussões socioculturais do turismo, ligados a diversos setores como conflitos raciais, políticos e religiosos.

O grupo receptor de turismo, geralmente formado pela incorporação de subgrupos e indivíduos provenientes de outras regiões e culturas, como já mencionado, se relaciona e também entra em conflito com os turistas, justamente por sua condição de receptor, sua estabilidade dentro da comunidade e suas condições socioeconômicas, que lhe permitem oferecer ao grupo migrante postos de trabalho e possibilidade de ascensão.

As repercussões socioculturais são resultados de relações sociais distintas que ocorrem entre turistas e o grupo receptor como consequência de um contato iminente. O encontro é o fator principal que influi de maneira significativa no

entendimento e desentendimento fomentado pelo processo do turismo. Segundo De Kadt (1979 *apud* MATHIESON; WALL, 1990), o encontro entre turista e grupo receptor ocorre em três aspectos: quando o turista compra algo ou serviço do receptor; quando o turista e o receptor se encontram frente a frente, em um show, por exemplo; e quando as duas partes interagem a fim de fazer um intercâmbio de ideias e informações.

O encontro entre o turista e o grupo receptor, em que um ou mais visitantes interagem com um ou mais dos membros do grupo receptor, se efetua dentro de uma série de metas e expectativas. Por um lado, o turista é móvel, desfruta de seu tempo livre e absorve a experiência de estar em um lugar diferente. Por outro, o receptor é relativamente estacionário, se emprega na indústria do turismo e passa a maior parte do seu tempo atendendo às necessidades e desejos do turista. As relações turistas e grupo receptor também se determinam pelas características dos grupos de interação individuais e nas condições que surge o contato, que são, segundo a UNESCO (1976):

- a) Natureza espontânea;
- b) Restrições temporais e espaciais;
- c) Carência de espontaneidade;
- d) Experiências desiguais e desequilibradas.

Primeiro, o processo de migração do turista é curto, talvez de dez, quinze dias, ou simplesmente um final de semana; e também é voluntário, ainda que, pelos condicionamentos socioeconômicos de seu meio ambiente, com frequência seja fortemente influenciado pela publicidade.

Segundo, a relação turista-receptor se caracteriza por restrições temporais e espaciais que influenciam na duração e intensidade do contato. O turista procura ver e aproveitar tudo no local visitado em um tempo disponível relativamente curto, e sempre está disposto a gastar mais do que quando está em suas circunstâncias rotineiras.

As facilidades e serviços para a recepção do turista, às vezes, se concentram em pequenos números de complexos, comumente conhecidos com guetos turísticos. As estruturas do turismo são reflexos de um desejo por parte dos proprietários e das autoridades políticas do local. Eles fazem com que a estrutura turística do local motive o turista a ter altos gastos com serviços e produtos, a fim de obter um maior retorno financeiro para a localidade.

A quantidade de turistas numa localidade pode ser identificada diretamente através dos operadores de viagem ou indiretamente por meios de serviços requeridos, como alojamento, restaurantes, entretenimento e instalações recreativas. Como o turismo chega a ser altamente espontâneo e as áreas turísticas são cada vez mais procuradas para descanso, os contatos entre a maioria dos turistas e o grupo receptor não ocorrem ou são pouco frequentes e superficiais, dependendo do tipo do turista. Geralmente essa característica é visualizada no turista charter, aquele que viaja com pacotes e programações determinadas, já o turista que busca o modo alternativo de turismo quer o contato com a comunidade da localidade visitada.

Terceiro, as relações turista-receptor são carentes de espontaneidade. O turismo ajuda certas relações humanas informais e tradicionais na área da atividade econômica, de modo que se volta às mostras de hospitalidade espontânea em transações comerciais. Os pacotes turísticos, as atrações planejadas, as exposições e todas as características organizadas são anunciadas e promovidas muito antes de sua realização. Com isso, faz com que o turista vislumbre antecipadamente sua viagem de maneira organizada e planejada, permitindo um contato menos freqüente e espontâneo com os receptores.

Em relação à última condição, existe uma tendência das relações entre esses dois grupos a serem desiguais e desequilibradas. Em algumas ocasiões, a desigualdade material existe e é possível ser observada nos gastos e atitudes do turista. O público receptor se sente inferior e, para compensar, muitas vezes explora o bem estar do turista. Há desigualdade também nos níveis de satisfação, onde o sentido de novidade deriva de acordo a relação. Para o turista, sair de férias significa uma nova experiência, enquanto para a comunidade autóctone são situações rotineiras.

No entanto, as repercussões socioculturais do turismo estão diretamente ligadas aos aspectos sociais e culturais, como as relações interpessoais, a conduta moral, a religião e o idioma.

Alguns estudos feitos por diversos autores, como Cohen (1972), Robinson (1976) e Pizam (1978) ajudaram a avaliar as repercussões sociais do turismo. Esses autores desempenharam seus estudos na necessidade de enfatizar os aspectos do comportamento do visitante e do residente, assim como os efeitos recíprocos de interação entre uma comunidade e o turista.

Doxey (1976 *apud* MATHIESON; WALL, 1990) avaliou que a existência de influências recíprocas entre os turistas e os residentes pode converter em graus de

irritabilidade variáveis nesses últimos. A comunidade receptora dos destinos turísticos sucessivamente passa por etapas de euforia, apatia, irritação, incompatibilidade e a etapa final. O nível de irritação que surge do contato do anfitrião com o turista se determina por uma mútua compatibilidade, com a suposição de que cada grupo tem sua problemática, embutida muitas vezes nas diferenças raciais, culturais, nível econômico e nacionalidade, como fatores maiores de desentendimento.

A seguir serão citadas as características de cada nível do índice de irritação do turista segundo Doxey (1976 *apud* MATHIESON; WALL, 1990):

- a) Nível de euforia - quando há um envolvimento das pessoas do local com o desenvolvimento turístico, proporcionando para ambas as partes um sentimento de satisfação, dando aos nativos oportunidades geradas a partir da economia deixada pelos visitantes.
- b) Nível de apatia – com a expansão da indústria turística, as pessoas começam a descontentar o turista, levando esse a ignorar a comunidade local.
- c) Nível de irritação – começa quando a indústria cresce a ponto de saturar o que é permitido.
- d) Nível de incompatibilidade – quando as irritações se tornam evidentes. O turista é visto como o vilão, muitas vezes sendo considerado destruidor da comunidade e de suas belezas naturais.
- e) Nível final – leva a argumentar que o receptor esquece de que o turismo é o maior meio de injeção de dinheiro na economia local, e que é através dele que sua localidade pode ascender. A comunidade local passa a tratar o turista de forma diferente de como o recebera inicialmente.

As etapas iniciais do desenvolvimento turístico geralmente são acompanhadas de respostas dos indivíduos que formam parte da população receptora, pois através destas respostas são percebidos os benefícios que os visitantes trazem ao seu local. Como se tem comprovado, o turismo é um forte ponto para novas fontes de capital, e tem recebido constante apoio dos governos e dos próprios moradores da região explorada pela atividade.

As repercussões da comunidade receptora e suas atitudes fazem com que haja uma expansão contínua de facilidades e serviços para satisfazer a demanda turística, podendo levar à incompatibilidade e alcançar proporções xenofóbicas. Na medida em que o número de turistas e suas influências permanecem em baixo nível, e as

repercussões econômicas continuam sendo positivas, a presença deles nas áreas de destino normalmente é aceita e bem vinda pela maioria da população local. Uma vez que esse limite se excede, numerosos sinais de descontentamento são visíveis, dando início ao que chamamos de xenofobia. Segundo os autores Mathieson e Wall (1990), o ponto crítico da tolerância varia entre cada um dos grupos anfitriões, como o seguinte:

- a) As distâncias econômicas e culturais entre os turistas e os receptores, pois os centros turísticos variam na tolerância e diferem pelos seus próprios moradores, especialmente pela aparência distinta, raça e nacionalidade dos visitantes. Quanto maior as divergências das características entre os grupos, maiores serão as repercussões sociais.
- b) A capacidade do destino e suas preocupações em absorver física e psicologicamente as chegadas dos turistas sem dificultar o processo das atividades locais.
- c) A rapidez e intensidade do desenvolvimento turístico. Quando o turista participa gradualmente numa economia grande e estável. Alguns lugares estão crescendo cada vez mais com a indústria do turismo, muitas vezes se desenvolvendo principalmente em um período curto, quando o turismo é mais explorado, tornando assim, a localidade dependente de uma moeda estrangeira. Com isso, as repercussões socioculturais e psicológicas tornam-se inevitáveis.

Foi citada por Jafari (1937 *apud* MATHIESON; WALL, 1990) a área de turismo magnético, onde ele afirma que o turismo é a principal fonte de entrada de recursos para a comunidade e toda ela tem que satisfazer a demanda turística, podendo esta limitar-se a uma estação curta. Jordan (1980 *apud* MATHIESON; WALL, 1990) defende que muito do sustento dos residentes pode derivar da presença do turista. Isso se torna evidente, uma vez que a comunidade receptora se volta para tal atividade, buscando outra alternativa de sobrevivência.

O colonialismo e o imperialismo contribuíram para uma percepção extrema do desenvolvimento turístico e seus efeitos. De acordo com alguns autores, o crescimento do turismo em certos destinos tem sido uma troca na forma e na importância da viagem, sem alteração na sua qualidade colonial. Alguns dos vínculos legais entre os poderes metropolitanos e os destinos turísticos são trocados, pois muitos países em desenvolvimento vêm obtendo sua independência e

as relações econômicas entre eles são praticamente as mesmas. Com isso, o turismo foi designado uma atividade neocolonial.

Segundo Mathieson e Wall (1990), autores como Pérez (1975), Bugnicourt (1977) e Matthews (1977) salientaram que o turismo é neocolonialista ao agregar grupos locais para o entretenimento dos turistas, mediante a transformação das lembranças dos regimes coloniais passados, tais como fortes e edifícios históricos em atrações turísticas. Com isso, os símbolos culturais como arte, música, dança e literatura, são explorados a fim de satisfazer a curiosidade do turista e gerar renda a partir de exposições muitas vezes realizadas nesses locais históricos.

A conduta moral é uma questão delicada no turismo, onde o crescimento da prostituição e a delinquência são mencionados frequentemente como aspectos negativos do desenvolvimento turístico.

A prostituição certamente é muito antiga e proveniente de uma parte da sociedade que se deslocava para outras regiões, existindo, portanto, antes mesmo do turismo massivo. O turismo tem sido um dos responsáveis pelo aumento da prostituição no Brasil e em outros lugares turísticos do mundo. Segundo Mathieson e Wall (1990), algumas hipóteses servem de explicação para o desenvolvimento da prostituição em alguns centros turísticos, como:

- a) Os processos do turismo, localidade x ambiente, atraem grandes números de prostitutas e clientes;
- b) Pela sua própria natureza, o turismo faz com que as pessoas desmistifiquem a ideia de que devem seguir a sua vida normal, diária, fazendo com que haja uma liberação no seu pudor, deixando o turista livre de alguns compromissos particulares, proporcionando, pois, a prática da prostituição;
- c) O turismo pode ainda fazer com que a mulher melhore sua condição econômica, se prostituindo eventualmente para aquisição de novos níveis econômicos.

As relações entre o turismo e a religião vêm ganhando força com a história de grandes templos religiosos como Jerusalém, Meca e Medina, estimulados por visitantes que careciam de uma forte motivação espiritual.

Este segmento do turismo vem ganhando destaque no cenário nacional e internacional. Muitas pessoas vêm sendo atraídas pelos grandes centros religiosos a fim de conhecer grandes santuários e realizarem desejos pessoais como cumprimentos de promessas e outros.

No Brasil, o turismo religioso vem se configurando como um dos principais segmentos deste setor. É grande a procura por pacotes turísticos durante a Semana Santa, especialmente para Nova Jerusalém, em Pernambuco, onde uma encenação ao ar livre da Paixão de Cristo vem atraindo um grande número de visitantes. Muito comum no Nordeste, romeiros se deslocam aos centros religiosos, como Juazeiro do Norte, Ceará, a fim de agradecer por graças alcançadas e pedir outras. No mês de outubro, milhares de devotos vão até a Aparecida do Norte pedir e agradecer à padroeira do Brasil.

A falta de investigação referente às repercussões linguísticas do turismo significa que não é possível examinar com detalhes este aspecto social. Deve-se estudar, portanto, o papel sociocultural que o idioma e sua relação desempenha para o turismo. O idioma é um meio de comunicação e uma parte dos atributos sociais e culturais de qualquer população. Portanto, exerce uma influência decisiva na composição e distribuição de unidades sociais de intercomunicação, sobre quem fala e para quem, assim como nas atividades em que o homem é capaz de participar em grupo.

Em uma situação de contato social e cultural, por exemplo, a forma como a língua nativa é falada é, todavia, um indicador do alcance da assimilação social e da intensidade da cultura, como em uma aldeia indígena, onde seus costumes e dialeto são provas vivas de sua cultura.

O idioma é um fator importante em uma análise de troca tanto social como cultural, e ele pode ser um indicador útil da repercussão social do turismo internacional. Observa-se em várias regiões turísticas da Bahia uma variedade de idiomas como o espanhol, o inglês, o italiano e o francês, onde a população convive em plena harmonia com essa diversidade linguística, contribuindo até para seu aprendizado.

Com relação à saúde, esta e o turismo estão vinculados de três formas:

- a) O melhoramento da saúde é um motivo comum para viajar;
- b) O estado de saúde pública nas áreas de destino contribui para a qualidade do produto turístico;
- c) As doenças podem ser contraídas pelo turista num lugar e transferir a outros destinos ou para seu próprio lugar.

É grande a demanda pelos Spas em diversas partes do país e também no exterior, onde as pessoas buscam descanso e tratamentos para algumas enfermidades. Os

turistas buscam ainda um lugar de clima agradável, onde possam desfrutar das comodidades do local, contribuindo para sua saúde e seu bem estar.

Há casos onde o turista é um dos responsáveis para a propagação de certas doenças, pois a trazem consigo de outro destino, levando a comunidade local ao mesmo problema.

A importância da cultura para atividade turística merece destaque, pois ela tem uma relação direta com o turismo e com o trabalho que está sendo desenvolvido, uma vez que a cultura é o conjunto de experiências e realizações humanas, como costumes, crenças, produções artísticas e intelectuais que caracterizam uma sociedade. Ela inclui normas, regras e estudos que são encontrados no comportamento humano e nas relações sociais.

A cultura dos povos da localidade visitada é observada sob todos os aspectos pelos turistas e isso acontece também sob a ótica da comunidade local, onde são observados e comentados todos os costumes e comportamentos de seus visitantes. Elementos da cultura, como o artesanato, o idioma, as tradições, gastronomia; as artes, incluindo a música, a pintura e a escultura; as religiões e suas manifestações, e a maneira de vestir-se, são alguns dos elementos que mais atraem os turistas a destinos particulares.

A investigação referente às repercussões culturais do turismo tem uma ênfase similar e se centraliza em três formas principais de cultura que atraem os visitantes (RITCHIE; ZINS, 1978 *apud* MATHIESON; WALL, 1990):

- a) Formas de cultura inanimadas que intervêm diretamente na atividade humana – turistas que visitam lugares de arquitetura e arte, edifícios e monumentos históricos, e que compram arte e artesanatos tradicionais são exemplos significativos;
- b) Formas de cultura refletidas na vida diária de um destino – geram uma motivação turística comum, como a visita de estrangeiros para observar as atividades normais da comunidade autóctone, tanto sociais como econômicas, assim como o tempo livre com intenção de compreender seus estilos de vida, ideologias e costumes;
- c) Formas de cultura especialmente animadas – podem implicar eventos especiais, descrições históricas ou acontecimentos famosos, como festivais musicais, carnaval e festas populares que retratam antigas tradições e comportamento.

Para Mathieson e Wall (1990), o turismo é um meio pelo qual se pode estudar a aculturação, embora essa troca de culturas não seja exclusiva dos tempos modernos. Quase todas as comunidades já estiveram expostas a culturas diferentes

antes mesmo da chegada do turismo. As descobertas na maneira de deslocamento de um lugar para outro, o processo de urbanização e até mesmo o contato dos índios com exploradores e missionários são alguns dos fatores que contribuem para o rompimento das barreiras culturais.

A troca entre culturas pode ser originada de fatores internos e externos, e essa troca cultural pode ocorrer como resultado das modificações de um centro ecológico ocupado por uma sociedade, pois a mudança no ambiente de uma sociedade induz a troca que podem implicar em novas adaptações. Também o contato entre sociedades de culturas diferentes pode trazer novos conhecimentos para ambas as partes, e ainda há o processo de adaptação, em que as sociedades são transformadas através de respostas a necessidades internas, biológicas e sociais.

Estudos feitos em décadas passadas comprovaram que quando há contato de uma cultura forte com uma mais fraca, geralmente a primeira influi sobre a segunda. Esses estudos pretenderam mostrar que as trocas culturais ocorrem principalmente nas tradições, costumes e valores da sociedade nativa e não no grupo de visitante, e que a identidade local é assimilada por uma cultura visitante mais forte.

A mobilidade, característica importante do turismo, é necessária para o contato dos diferentes grupos sociais, nacionalidades e culturas. Esse contato pode contribuir para a eliminação de danos sociais e nacionais e para a promoção de um melhor entendimento e convívio social entre grupos diferentes.

A qualidade da comunicação intercultural é de suma importância, uma vez que ela contribui para o entendimento entre turistas e comunidade receptora, estando relacionada a diversos fatores, como:

- a) O tipo de turista – as variações ocorrem de acordo com a motivação do turista pela viagem, seus gostos, preferências e experiências. De acordo com o contato que o turista tem com a população local, se determina o grau de contato intercultural;
- b) O contexto espacial, temporal e comunicativo em que ocorrem os contatos – algumas pessoas da comunidade local devem fazer parte desse processo de comunicação, podendo ser um intermediador, como guias e tradutores entre o turista e outra pessoa leiga no idioma do visitante. Esses moradores que desempenham esse papel são bilíngues e inovadores ao introduzir trocas de conhecimento na sua cultura. Esses agentes culturais podem ainda ter um controle sobre a quantidade e

qualidade da comunicação entre seu grupo, podendo organizar a cultura local para propósitos turísticos, sem afetar a sua identidade cultural.

O turista, quando se dispõe a viajar e a conhecer outros lugares, automaticamente estará adquirindo conhecimento sobre aquela localidade e através desse deslocamento, passará a admirar e usufruir da cultura do local visitado. Frequentemente, adquirem *souvenires* como forma de recordação daquele local. Os turistas, em sua maioria, se encantam com a diversidade cultural existente na dança, culinária, religião e artesanato. E é por meio, muitas vezes, desses símbolos culturais que as agências de turismo fazem seu *marketing* para venda de grandes pacotes turísticos.

Comumente, uma localidade se organiza de forma conjunta para realizar eventos ou atrações que convidem o turista, para que ele possa ver e conhecer aspectos culturais daquela região. Porém, essas atrações podem repercutir tanto positivo quanto negativamente para o turista. Terão uma imagem positiva se for uma atração que realmente descontraia o turista e o leve a um grau considerado de satisfação. Será negativa se houver manipulação por parte dos participantes em relação às tradições e costumes para simplesmente fazer uma experiência turística, tendo uma participação mínima de visitantes e uma reprovação por parte deles naquela atividade.

2.7 POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO E O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO

Ao longo do tempo, a intervenção estatal no turismo brasileiro esteve restrita ao fomento e à regulamentação da atividade. Apesar da percepção do Estado para a importância do turismo ter ocorrido desde a década de 50, período que coincide com a dinâmica da atividade turística, em função dos avanços tecnológicos e das conquistas trabalhistas, foi somente em 1966 que se materializou a primeira Política Nacional do Turismo (PNT), a partir da criação do Sistema Nacional de Turismo (composto pela Embratur, Cntur e o Ministério das Relações Exteriores). Através do decreto Lei nº55, o sistema nacional do turismo objetivava a organização do setor contemplando toda a sua magnitude.

As ações da Política Nacional estiveram voltadas para a “concessão de incentivos fiscais e creditícios para investimentos; controle de qualidade dos serviços privados e ordenação do uso e ocupação do patrimônio turístico” (EMBRATUR, 1996). Essas

ações do governo de fato não ocorreram de forma a consolidar o destino Brasil, pois elas restringiram-se ao financiamento de hotéis enquanto havia recursos, a um controle relativo da atividade e uma promoção ineficiente do produto, em função de não existir um plano estratégico de marketing.

Um importante marco histórico para a política nacional de turismo ocorre no governo Collor de Mello, quando são promulgadas a lei nº 8.181/91 e o decreto nº 448/92, que rezam por novas formas de ordenar uma política objetiva para a área de turismo. Nesses elementos estão constituídas as bases legais para a formulação da política nacional de 1996-1999, institucionalizada no governo de Fernando Henrique Cardoso. O documento materializado na gestão de FHC foi intitulado “*Política Nacional do Turismo – Diretrizes e Programas 1996-1999*” e vigorou somente no prazo previsto pelo seu título. Após 1999, não houve outra publicação com o caráter de legitimar uma nova política nacional.

Dentre as estratégias que nortearam este documento, ressaltam-se as questões a seguir:

- a) Ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre o governo e a iniciativa privada;
- b) Implantação de infraestrutura básica e infraestrutura turística adequadas às potencialidade regionais;
- c) Qualificação profissional;
- d) Descentralização da gestão turística, por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, pela municipalização do turismo e terceirização de atividades para o setor privado.

Se o turismo movimentar 52 setores da economia, é inerente a ele a necessidade de articulação entre as demais políticas públicas e a iniciativa privada, pois, por natureza, o turismo envolve deslocamento que demanda empresas privadas para a consecução, daí a forte dependência com o setor de transportes. A estreita relação entre o turismo e as cidades concentradoras de infraestruturas utilizadas para o fazer turístico e importantes para a utilização da cidade, enquanto atrativo, justifica a segunda macro estratégia referenciada neste trabalho. A necessidade de capacitação profissional é emergente para consolidar o produto Brasil, já que dentre as principais queixas do turista que visita o nosso país é com relação à qualidade dos serviços prestados. Por fim, a última macro estratégia está intimamente ligada à

necessidade de diversificar a oferta de produtos, a partir da gestão local de instrumentos que viabilizem a inserção de novos destinos no cenário mundial.

Segundo o mesmo documento, os objetivos e metas do Governo para o turismo podem ser visualizadas a seguir:

- a) A melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem em regiões com potencial turístico;
- b) A diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infraestrutura receptiva do turismo nacional;
- c) A geração de novos empregos e a manutenção dos existentes;
- d) A qualificação e requalificação dos recursos humanos já envolvidos;
- e) Aproveitamento de mão-de-obra não qualificada, com sua consequente capacitação;
- f) A redução das desigualdades regionais;
- g) Maior aporte de divisas ao balanço de pagamento;
- h) A integração socioeconômica e cultural da população;
- i) A proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- j) A inserção do Brasil no cenário internacional, construindo-se uma imagem externa positiva.

Dentre os programas da política nacional de turismo, podemos citar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); os Programas de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR); e os Programas de Ecoturismo materializados no Proecotur e no documento intitulado *“Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”*.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é um programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo (OMT), e adaptada à realidade brasileira. Seu propósito é implementar um novo modelo de gestão da atividade turística para os estados e municípios, de maneira integrada, simplificada e uniformizada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística de forma participativa.

Como instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT apoia as funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão e controle operacional,

abrangendo os Órgãos da Administração Pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas e privadas.

Os programas de ação para o desenvolvimento do turismo, tendo como exemplo o PRODETUR Nordeste, se caracteriza como um programa multisetorial que tem o Estado como subsidiador dos custos de produção. O Governo Federal, em 1994, através do Banco do Nordeste, implementou o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE), tendo como marco inicial a assinatura do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), envolvendo financiamentos na ordem de US\$ 670 milhões, e contrapartida dos estados da região e da União em mais US\$ 270 milhões, para a implementação de sua primeira fase.

Essa fase inicial contemplou, em todos os Estados do Nordeste, obras de infraestrutura básica – saneamento, administração de resíduos sólidos, construção e melhoria de rodovias, preservação ambiental e recuperação do patrimônio histórico-cultural; construção e modernização de aeroportos, e estruturação e modernização dos órgãos públicos, bem como a capacitação dos respectivos servidores.

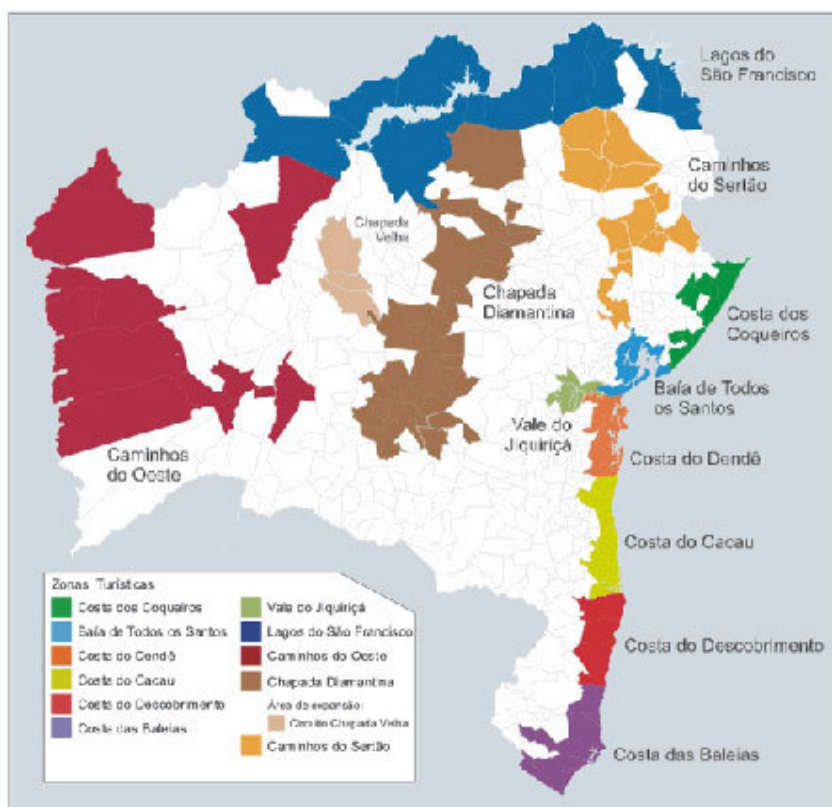


Figura 1 – Mapa Zonas Turísticas do estado da Bahia - PRODETUR

Fonte: www.folhasertaneja.com.br

A segunda fase do PRODETUR NE terá o objetivo de “*melhorar a qualidade de vida da população permanente nos municípios integrantes dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, através da geração de maiores oportunidades de emprego, maior disponibilidade e qualidade dos serviços urbanos municipais e uma melhor qualidade do meio ambiente*”, focalizando a sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos e da iniciativa privada que estão sendo realizados nesta área.

O volume de recursos nessa nova fase será de US\$ 800 milhões, divididos em duas etapas de igual valor, sendo que, dos US\$ 400 milhões iniciais, US\$ 160 milhões serão de contrapartida dos estados (50%) e da União (50%).

Nessa fase será financiado prioritariamente o planejamento setorial integrado e participativo (Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), bem como a criação de uma capacidade de gestão ambiental, administrativa e fiscal adequada aos municípios, antes de qualquer investimento em infraestrutura, ou seja:

- a) Fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo;
- b) Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico;
- c) Promoção de investimento do setor privado.

Como política dessa nova fase foi adotado o modelo participativo, com a criação dos Conselhos de Turismo para cada Pólo, que busca reunir os atores que trabalham com a atividade em nível de mesoregião. Os “*Conselhos são espaços sistematizados para o planejamento, a deliberação e viabilização de ações que concorrem para o desenvolvimento do turismo, através da identificação dos entraves existentes e implementação de soluções sistêmicas e mitigadoras desses óbices, bem como atuam de forma a fortalecer os elos da Cadeia Produtiva do Turismo, incorporando ações antecedentes e subsequentes à colocação de crédito*”. Assim, somente após a aprovação do PDITS, pelo Conselho do Pólo, é que se dará a realização da assinatura dos contratos de subempréstimos do Banco do Nordeste com os estados. Vale salientar que a aplicação desses recursos obedece ao planejamento turístico de cada estado, otimizando assim sua aplicação.

O Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur) foi concebido com o intuito de promover diretrizes para o ecoturismo na Amazônia, atuando de forma a maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais dessa atividade. O Proecotur pode ser considerado, segundo a carta de turismo da Universidade Anhembi-Morumbi (2002), como uma mescla dos dois programas citados, já que contempla tanto ações voltadas para a infraestrutura como para a construção de empreendimentos. *“A superposição territorial entre Proecotur e o PNMT e suas articulações e desarticulações são as molas governamentais propulsoras do processo de criação de uma “hospitalidade turística” nos territórios amazônicos ao qual se somam, ainda, as iniciativas privadas, diversas vezes desconectadas de qualquer política ou plano dessa natureza”.*

A articulação entre a PNT e outras políticas de governo inexistiu desde a sua implementação e um dos elementos essenciais para o desenvolvimento da atividade é a relação com as políticas setoriais que a todo o momento tangenciam o desenvolvimento do setor.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a partir do ano de 2000, foi iniciado o realinhamento da PNT com o Plano Plurianual de Ação (PRA) do Governo Federal, mas até o último ano deste mandato não existiu uma nova publicação da PNT.

2.8 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Existem duas perspectivas de análise para o entendimento do desenvolvimento regional. A exógena, norteadas para um modelo de desenvolvimento relacionado à centralização do planejamento pelo estado nacional. No caso do Brasil, que por muito tempo centralizou suas ações para o incentivo à indústria nacional, é normalmente intitulado como desenvolvimento “de cima para baixo”. E, por sua vez, o desenvolvimento endógeno é entendido na perspectiva de “baixo para cima”, caracterizado pelo aproveitamento das potencialidades locais e visto como um modelo alternativo de desenvolvimento, frente à lógica ainda dominante do desenvolvimento exógeno.

Segundo Bacelar (2000 apud GARRIDO, 2002) o desenvolvimento local “é resultante da capacidade dos atores locais se estruturarem e se mobilizarem, tendo como base não somente suas potencialidades, mas também a sua matriz cultural”.

Nas palavras de Amaral Filho (1999 apud GARRIDO, 2002), o desenvolvimento endógeno que não se traduz em desenvolvimento local, sendo entendido como:

o desenvolvimento é a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a torna apta a fazer crescer cumulativamente e duravelmente, seu produto real global"; retenção do excedente econômico gerado na economia local, e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. "Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional. (PERROUX, 1960 apud ANDRADE, 1970).

Influenciada pelo processo de tomada de consciência para a gravidade dos problemas ambientais, a noção de desenvolvimento regional, desde a década de 80, vem sendo permeada pela perspectiva de sustentabilidade baseada nas questões socioeconômicas e ambientais.

O modelo de turismo dominante no Brasil tem sido o turismo de massa, altamente predatório. É certo que o volume de renda gerada pelo turismo de massa é alto, mas não produz a distribuição desse montante, pois os destinos que normalmente recebem esse fluxo estão em países de terceiro mundo onde as assimetrias sociais são acentuadas, e quase sempre favorecem no quadro das relações sociais estabelecidas os grupos (minorias) que detém o maior poder econômico.

Relacionando-se os diversos grupos envolvidos no processo de deslocamento, temos que considerar que muitos deles lucram com o turismo predatório e com o alto volume do fluxo turístico. Há como exemplo o capital imobiliário, as transportadoras, os grandes hotéis, e até os agenciadores de menores prostituídas. A consolidação dos lugares enquanto destinos receptores de turismo de massa implica na mudança de características essenciais à sobrevivência de grupos socioeconômicos e politicamente mais frágeis, que dependem muito mais dos recursos locais do que os grupos que dominam economicamente.

Nesse sentido, é importante esclarecer que o desenvolvimento não deve ser visualizado apenas como sinônimo de crescimento econômico, e sim como algo que tem o poder de repercutir em melhorias dos indicadores sociais das populações envolvidas e de proporcionar instrumentos capazes de tornar a sociedade mais justa e legítima.

Na lógica de desenvolvimento do turismo de massa, as paisagens passam a ser degradadas e as culturas tradicionais descaracterizadas. Segundo o relatório do 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local (1997):

O turismo de massa, ao produzir imagens estereotipadas de um lugar a serem fugazmente consumidas em larga escala implica de um lado a inserção desses lugares no processo de globalização e de outro na destruição de suas singularidades. (GARCIA, 1997 apud BENEVIDES, 1997).

Considera-se também que a globalização, ao atribuir um tratamento hierarquizado ao consumo dos destinos, tende a criar condições de marginalidade a muitos desses lugares, que passam a estar inviabilizados de migrarem para um modelo de turismo alternativo em função do esgotamento dos recursos que poderiam ser traduzidos em particularidades locais.

Dessa forma, na lógica do turismo de massa, o processo de desenvolvimento local quase sempre está inviabilizado, por conta do regime de acumulação de capital, beneficiando aos grandes grupos dominantes, em função da intensidade do fluxo turístico demandar de altos investimentos.

A possibilidade para a saída do modelo de desenvolvimento predominante está apoiada no turismo alternativo que, segundo Benevides (1997), deve estar norteado por cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida.

O estabelecimento da relação entre o turismo alternativo e o desenvolvimento local está condicionado à manutenção das características locais articuladas de forma que o consumo desses espaços se dê em pequena escala e que promova o conservacionismo, a valorização de identidades locais e que essas condições aconteçam de forma participativa. Por outro lado, a forma desse consumo em pequena escala requer a compensação econômica que justifique a forma de exploração, produzindo uma visita seletiva e demandando baixos investimentos em infraestrutura e oferta de facilidades e serviços. Deste modo, ajudaria na manutenção da atratividade, já que os impactos ambientais estariam sendo minimizados.

Segundo Benevides (1997), a singularidade do turismo com base local está demarcada por três elementos: sua escala espacial, o meio social, e a escala de operações econômicas. Esses três elementos determinam as condições para a prática do turismo com base local, primeiramente porque o suporte territorial é

condicionante para o desenvolvimento de práticas turísticas, e a característica da comunidade que ocupa esse espaço é o que proporcionará a sistemática de operações econômicas.

A cadeia produtiva do turismo com base local pode ocorrer a partir da utilização dos recursos endógenos, da produção de insumos pelas sociedades semi camponesas e grupos de nativos que empreendam em equipamentos turísticos de pequeno porte. A produção e o consumo do produto turístico estariam centrados no aproveitamento dos recursos locais, beneficiando dessa forma a comunidade autóctone e não exclusivamente a população flutuante.

É certo que a importância da valorização dos recursos e a promoção do empreendedorismo locais são ingredientes essenciais para a consolidação do turismo como instrumento para o desenvolvimento. Porém, é essencial que as intervenções governamentais auxiliem esse processo em função dos problemas sociais, frequentemente enfrentados por essas comunidades, que desconhecem os instrumentos capazes de promover o desenvolvimento local. E, muitas vezes, a inexistência desse conhecimento inviabiliza a prática.

3 UMA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA

Este capítulo subsidia o leitor a respeito da condição da população indígena brasileira, em diferentes aspectos: o histórico dos conflitos de interesses com os brancos; a atuação dos órgãos governamentais criados em prol dos índios; os direitos do povo indígena, protegidos pela Constituição Federal; um aprofundamento nas questões de saúde e educação; e a relação deste povo com o turismo, analisando os casos do Brasil e de outros países do mundo, onde existe a prática dessa atividade em áreas indígenas.

3.1 OS ÍNDIOS DO BRASIL E O BRASIL DOS ÍNDIOS

Ao iniciarmos esse capítulo, é essencial que seja estabelecida a diferença entre a política indigenista e a política indígena. No primeiro caso, é natural que se defina como qualquer ação política ligada à questão indígena, que se caracterize como governamental ou não governamental (SANTILLI, 2000). No segundo, caracteriza-se

como aquela em que os próprios índios são protagonistas e não está submetida à política indigenista.

Como ação da política indigenista em 1910, cria-se o Serviço de Proteção Indígena (SPI)¹, caracterizado como órgão oficial incumbido de tratar do problema indígena. A criação desse órgão esteve motivada, sobretudo, por campanhas da imprensa, a partir da divulgação das chacinas, de intermináveis conflitos e de apelos por providências com relação à questão indígena ao governo.

O novo órgão teve à frente o Marechal Rondon, que condicionou sua participação ao cumprimento dos princípios idealizados, em 1822, por José Bonifácio de Andrade e Silva. Esses princípios, até então, não haviam sido contemplados, mas que passaram a representar as diretrizes norteadoras do SPI (RIBEIRO, 1996).

- a) Justiça – não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhe restam e das quais são legítimos senhores;
- b) Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como usurpadores e cristãos;
- c) Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com a perda da nossa parte;
- d) Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos;
- e) Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre os índios, brancos e mulatos. (SILVA, 1910, p. 22-3 *apud* RIBEIRO, 1996, p. 156)

O funcionamento do SPI esteve moldado na incumbência de promover núcleos de atração com a finalidade de amparar o índio e de colonizá-lo. Em 1914, o SPI, em função do reconhecimento do problema indígena, passa a tratar especificamente desse problema, transferindo a questão da alocação de terras para outra instância do Governo.

Segundo Ribeiro (1996), os núcleos de atração não deveriam fomentar a introdução de atividades agrícolas, senão àquelas já praticadas pelos índios, e nem tampouco realizar a concessão de terras juntamente com o povo indígena, como forma de produzir a reorganização tribal, mas a atitude é compreensível na medida em que a lógica dominante do reconhecimento do índio era marcada pela trajetória realizada até se tornar um não-índio.

Em 1911, foram fixadas as linhas mestras para a política indigenista brasileira, onde ficou estatuído como princípio de lei

¹ Decreto nº8072, de 20 de julho de 1910.

o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aquele que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podia mudar. (RIBEIRO, 1996, p. 158).

Pelo novo regimento, ficou instituída a proteção ao índio em seu próprio território, “ficando proibido” o desmembramento da família indígena e garantia ao povo das terras em caráter coletivo e inalienável como condição básica para sua tranquilidade e seu desenvolvimento. Reconheceu-se também a inexistência de igualdade entre os índios e os demais cidadãos (RIBEIRO, 1996, p. 161).

Segundo Ribeiro (1996), três condições eram indispensáveis à plena aplicação da política indigenista:

- a) Verbas suficientes;
- b) Pessoal altamente qualificado para tarefa tão delicada, ou seja, a de controlar um processo social complexo, como assimilação e aculturação;
- c) Suficiente autoridade e poder para se impor aos régulos locais.

Nos primeiros anos de sua existência, o SPI funcionou operando com todas as dotações que se faziam necessárias e com princípios norteados pelo lema do Marechal Rondon: “Morrer se for preciso, matar jamais.” Após três anos de funcionamento, foram cortados 60% de suas verbas, em função da crise pela qual passaram alguns setores da economia brasileira e a eminência da guerra. A crise e a guerra passaram e somente em 1925 as dotações foram restabelecidas. O SPI sempre funcionou em função do bom relacionamento de Rondon. O órgão entrou em decadência no período em que tinha atingido o seu auge, pacificou dezenas de tribos e proporcionou a ocupação do sertão de forma pacífica, e criou 97 pontos de amparo ao índio que representavam o único ponto de assistência em regiões inteiras (RIBEIRO, 1996).

Em 1934, em função de Rondon ter assumido uma missão diplomática na Amazônia, o SPI voltou a manter uma boa relação com o Governo e conseguiu o aumento das dotações orçamentárias. Neste período, o SPI completaria pouco mais de trinta anos de vida e, em função dos cortes de verbas, somente havia atuado o proporcional a dez anos.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelo SPI, não só pela questão do corte de verbas, mas as relações estabelecidas no interior do país, em lugares cuja população não sabia o que era cumprir leis. As relações com os governos locais

também não eram as mais sadias, pois esses possuíam obrigações eleitorais e defendiam política e economicamente os interesses dos exploradores dos índios.

A situação de dependência perdurou até 1940, quando Getúlio Vargas resolveu apoiar o SPI, em decorrência de uma visita realizada à Ilha do Bananal. O Ministério da Agricultura passa a responder pelo SPI e é inaugurada uma nova fase de atuação: passam a ocupar postos indígenas abandonados e inicia-se um novo período de pacificação.

A falta de comprometimento ideológico com a causa indígena, por parte dos novos integrantes do SPI, regou de normas e burocracias o funcionamento desse órgão de tal forma, que desempenhava uma atividade tão singular e marcada de bom senso, que as formalidades eram muitas vezes inaplicáveis. Porém, entre 1950 e 1954, essa situação burocrática encontrou reação por parte de José Maria da Gama Malcher, que, buscando inovações e desprendido dos moldes positivistas da época de Rondon, idealizou uma orientação científica moderna contratando etnólogos que passaram a dirigir as principais divisões do SPI. Essa inovação não materializou nenhum sucesso, pois a política partidária passou a interferir nos seus destinos. As reações entre os servidores foram intensas e o custo à vitória dos servidores foi o enquadramento do SPI como “órgão de interesse militar”, a partir de 1957. Essa condição relegou ao SPI o momento da sua mais degradante atuação, com os postos do interior servindo muitas vezes para apoio aos espoliadores dos índios (RIBEIRO, 1996).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, unificou o antigo SPI e o conselho de Proteção aos Índios do Parque Nacional do Xingu. A função da FUNAI, segundo o Ministro do Interior Maurício Rangel Reis, é beneficiar as comunidades indígenas e, em consequência, recomendou conceder-lhes emancipação assegurada e assistência técnica e social adequadas em projetos agrícolas, agroindustriais e artesanais (P e D 1975, ano 2 nº 20). Em 1973, é instituído o Estatuto do Índio que surge para regulamentar a situação das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional e sob tutela governamental, em função de serem considerados relativamente incapazes. O referido Estatuto continua em vigor até hoje.

No Código Civil Brasileiro, promulgado em 1916, estabelece-se que “*todo homem é capaz de direitos e obrigações de ordem civil*”, mas estabeleceram-se também exceções para essa regra: os menores de 16 anos, os loucos, os surdos- mudos são

considerados incapazes e os menores entre 16 e 21 anos e os silvícolas, “relativamente incapazes”. Quanto aos incapazes, a justiça determina um tutor. Para os índios foi estabelecida a tutela da União, a ser exercida por um órgão indigenista (FUNAI), até quando estivessem integrados a sociedade brasileira. Segundo Santilli (2000), a tutela foi exercida mais em função do tutor do que do tutelado. Somente na metade deste século, 83 grupos étnicos foram extintos, muitos empreendimentos econômicos foram implantados sem respeito às terras indígenas, forçando o deslocamento da população para terras distantes, e provocando epidemias em função da forma como aconteceram os contatos. Contudo, o Estatuto do Índio (1973), no capítulo III, artigo 18, institucionaliza que “as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas”.

É realmente visível que as garantias dos direitos indígenas, previstos na Constituição Brasileira - artigo 198 e no Estatuto do Índio, não são preservados.

A atuação do SPI, pontuada nas premissas dos seus fundadores, liderados pelo Marechal Rondon, previa a assimilação dos povos indígenas pela sociedade nacional. Acreditavam na potencialidade do índio para que, a partir de proporcionadas condições para o desenvolvimento, a integração fosse efetivada, porém não se considerou a força do sentimento da identificação tribal, sobretudo baseada pela autonomia e pela identidade, e a incapacidade das frentes de expansão brasileiras para promover a assimilação de grupos indígenas (RIBEIRO, 1996). A atuação dos indigenistas do SPI passou a ter que aceitar a resistência dos índios e atuar no sentido de assegurar-lhes o direito de viver enquanto índios. Inerente a essa redefinição de atuação, a lógica da “incorporação dos índios à comunhão nacional” entrou em malogro e deu lugar às assistências de Luis Bueno Horta Barbosa: “não incorporar povos, mas fazer do índio, um índio melhor” (RIBEIRO, 1996).

Ribeiro (1996) também atribui a problemática indígena à questão da interação entre etnias tribais e a sociedade nacional e a diversidade de atitude que assume diante do problema, como exemplo: o etnocentrismo, que parte dos que concebem o índio como ser inferior, condenando seus costumes e almejando “limpar” essa mancha da sociedade nacional, forçando-os a adotar formas corretas de viver. Essa atitude é típica dos missionários que atuaram como salvadores de alma e dos interessados

nos índios como mão-de-obra. Há também a atitude romântica, pautada na premissa de que o índio deve continuar a viver da sua forma em reservas destinadas a esse fim, exigindo do SPI uma atitude voltada para a preservação das culturas tribais. E, por fim, a atitude absenteísta, que considera inescrutável a expansão da sociedade nacional, vomitando a desintegração das culturas tribais. Também consideram que os índios devem ser tratados para se incorporarem aos camponeses (RIBEIRO, 1996).

A corrente etnocêntrica e a absenteísta desconsideram que o problema indígena carece de ações específicas e precisam de tratamento especializado. As duas correntes negligenciam os seguintes fatos:

- a) Os índios são mais vulneráveis às moléstias infecciosas transmitidas pelos brancos e, quando entram no círculo de contágio destas, sofrem tamanha mortalidade que, por vezes, são levados a completo extermínio;
- b) Os índios, isolados numa concepção própria do mundo e separados dos demais brasileiros por barreiras linguísticas e culturais, são incapazes de se desenvolver por seus próprios recursos e de interagirem de igual para igual na sociedade brasileira;
- c) Os índios estão em conflito aberto com os invasores das terras que habitam, os quais procuram desalojá-los a qualquer custo, para delas se apoderarem, e só admitem tratá-los como mão-de-obra servil que exploraria até o extermínio;
- d) Os índios são objeto de discriminação racial por parte das populações com quem estão em contato, as quais, diante da diferença de costumes, de concepções e de motivações, bem como da pobreza do equipamento indígena de luta pela vida, reagem considerando-os tipos subumanos, desprezíveis, em quem podem atirar como se fossem animais;
- e) Os índios estão vivendo dramático processo natural, desencadeado pela conjugação da cultura tribal com a sociedade nacional, que pode conduzi-los a um colapso, por perda do gosto de viver e desespero diante do destino que lhes é imposto, seguido de desmoralização e extinção (RIBEIRO, 1996, p.215).

A corrente romântica com postura preservacionista prega que os índios deveriam ser colocados em condições de estufa, apesar de reconhecer a singularidade da questão indígena, mas essa escolha colocaria o índio em condição marginalizada.

É certo que as condições de assimilação do índio pela sociedade nacional não são favoráveis a esse povo. Em função da qualidade de vida experienciada antes das frentes de contato e à condição de assimilação a que estão submetidos, a incorporação seria realizada na mais baixa camada da estrutura social. O SPI não poderia evitar esse formato de assimilação, porém, livre de atitudes extremadas, pode assegurar posse das terras, proporcionar um mínimo de assistência e comentar que nesse quadro o índio possuía uma condição privilegiada que assegure a sua existência.

O Estado monopolizou por décadas a gestão dos cuidados e serviços prestados aos índios. Na política indigenista brasileira, o Estado se apresenta como o elemento central, atribuindo a si mesmo a função de proteger a integridade física e cultural dos grupos indígenas que vivem em seu território. Dentre as tarefas que estão sob sua responsabilidade, temos: o processo de reconhecimento e regulamentação jurídica de suas terras; a organização do atendimento à saúde dos índios; a formulação de políticas educacionais específicas; e a proteção e defesa de grupos ameaçados por frentes de expansão econômicas, como: madeireiros, posseiros e garimpeiros. Atualmente, a FUNAI responde pela política indigenista brasileira e conta na sua estrutura organizacional com uma sede em Brasília, 46 administrações regionais, cinco Núcleos de Apoio Indígena, dez postos de vigilância e 344 Postos Indígenas, distribuídos por todo o país Instituto Sócio Ambiental (ISA).

A condição de posse dos indígenas às suas terras é essencial para a sobrevivência destes em condições menos perversas. Esta, contudo, é sistematicamente desrespeitada, mas está em lei desde a Carta Régia de 30 de julho de 1609. O alvará de 1º de abril de 1680 afirma que os índios são "primários e naturais senhores de suas terras." (CUNHA, 1993).

Todas as Constituições da era republicana, ressalvada a omissão da Constituição de 1891, reconheceram aos índios direitos sobre os territórios por eles habitados:

Constituição de 1934

"Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las."

Constituição de 1937

"Art. 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las".

Constituição de 1946

"Art. 216 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem."

Constituição de 1967

"Art. 186 – É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

Emenda Constitucional número 1/ 1969

"Art. 198 – As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes".

A constituição de 1988 estabeleceu novos marcos para a relação entre as sociedades indígenas, o Estado e a população brasileira. Não só assegurou a existência da organização indigenista enquanto pessoa jurídica, como também abandonou a perspectiva assimilacionista que entendia os índios como uma categoria social transitória, fadada ao desaparecimento, mas desde os anos 80 essa previsão cedeu lugar à retomada do crescimento demográfico (CUNHA, 1993). Outro marco importante é o "reconhecimento do direito aos índios sobre suas terras definidos enquanto direitos originários". Reconhece-se que a posse das terras indígenas é anterior à criação do próprio Estado e que eles foram os primeiros ocupantes do Brasil.

Segundo Cunha (1993), atualmente o Brasil conta com 519 áreas indígenas esparsas, que totalizam 10,52% do território nacional. Segundo a Constituição, a data de 5 de outubro de 1993 era o limite para a conclusão das demarcações, mas atualmente 256 terras estão demarcadas fisicamente e homologadas (CEDI, 1993 *apud* CUNHA, 1993). "As outras 263 áreas estão em diferentes etapas de reconhecimento, desde 106 totalmente sem providencias até as 27 que estão demarcadas fisicamente, mas ainda não homologadas. Cerca de 85% das terras indígenas sofrem algum tipo de invasão.

A nova constituição criou a base legal para as reivindicações dos indígenas, mas a árdua tarefa de colocá-los em prática, assegurando de fato a aplicação da

legislação, cabe às organizações, universidades, entidades de apoio, Ministério Público e aos índios. É um trabalho condicionado a um processo de conscientização da sociedade, que vai de encontro aos mais diversos interesses econômicos que negligenciam a existência do índio. Uma das inovações legitimadas pela nova Constituição é o reconhecimento de que os *“índios, suas comunidades e organizações, são parte legítimas para ingressar em juízo, em defesa de seus direitos e interesses”*.

Como existe o Estatuto do Índio (1973) em legislação ordinária, e este não se adequa às regras da nova Carta foram enviadas ao Executivo, desde 1991, solicitações para que o projeto de lei fosse revisto, mas somente às vésperas das comemorações dos 500 anos de colonização, o governo apresentou uma nova proposta aos índios, intitulada “Estatuto dos índios e das comunidades indígenas”. A proposta do governo possui pontos importantes em comum com a nova Carta, reconhece que os índios não pertencem genericamente a todas as comunidades, mas sim àquelas que partilha de um mesmo processo histórico. De acordo com a nova proposta, não existem inovações para temas como educação e saúde, e remete-se a leis mais antigas o exercício dessas ações. É remetido poder de política ao órgão indígena federal.

Os índios têm assumido posturas diferentes em relação ao novo Estatuto. Os indígenas mais dependentes da FUNAI argumentam que o fim da tutela representaria a extinção do órgão, enquanto outros grupos reivindicam o fim da tutela, a fim de um tratamento mais digno do que “incapazes”. O Deputado Luciano Pizzato é o relator do novo Estatuto e vem buscando sugestões de índios de várias regiões do país. Sua função consiste em elaborar um parecer que receberá emendas e então é encaminhado para a pontuação na Câmara dos Deputados, e em seguida para o Senado. Até o momento, o novo estatuto está sendo discutido, e conseqüentemente não aconteceu a promulgação da lei. “No limiar do novo milênio, o Brasil precisa livrar-se do ranço colonial da tutela e da dominação. O Estado das Sociedades Indígenas permitirá que as novas gerações respirem outros ares e vislumbrem outros horizontes.” (ISA, 2000).

3.2 A POLITICA DE SAÚDE INDÍGENA

O sistema de saúde indígena, que esteve pautado dentre as ações da FUNAI, sempre recebeu críticas, pois inexistia uma política voltada para a saúde do povo indígena que considerasse a gama de fatores envolvidos no processo de adoecer e de buscar tratamento, em função da peculiaridade do modo de perceber e agir dos índios. Além disso, a inexistência de recursos agravava o sistema de atuação da FUNAI, e o quadro de desassistência relegaria a população indígena a enfermidades que poderiam ser sistematicamente reduzidas se ações continuadas de atenção básica à saúde tivessem sido realizadas. Segundo o ISA, as doenças que acometiam os índios eram: infecções respiratórias e intestinais, malária, tuberculose, DSTs, desnutrição e doenças previsíveis pela vacinação.

A partir de 1999, as ações da FUNAI, na área de saúde indígena, foram transferidas para Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), órgão do Ministério da Saúde.

Desde 1998, discussões vêm sendo adequadas para sistematizar uma política de saúde indígena que contemple as peculiaridades dessa população. A proposta política de saúde indígena foi regulamentada pelo decreto 3.156, de 17 de agosto de 1999 (ISA), reza que a ação se volta para todas as comunidades indígenas do país, a partir da implantação de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), caracterizados como uma unidade organizacional de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, estabelecido a partir de uma população e territórios definidos por critérios sócio-culturais, geográficos, epidemiológicos e de acesso aos serviços, contando com uma rede de serviços própria nas terras indígenas.

O modelo adotado para a atenção à saúde indígena, segundo o projeto do Deputado Sérgio Arouca, está pautado em aspectos que transcendam a simples assistência médica, mas deverá proporcionar às comunidades os meios para melhor exercer o controle sobre sua saúde, envolvendo ações para: "*o saneamento básico, nutrição, habitação, meio-ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional*". De fato, esse modelo de DSEI vem enfrentando dificuldades de atuação num contexto intercultural, porém essa proposta traz oportunidades da participação efetiva do indígena com a criação de conselhos locais e distritais de saúde.

O Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia possui sede em Salvador. As equipes dos DSEIs atendem 16 municípios na Bahia, totalizando 10.307 índios em 43 aldeias, contemplando todos os grupos étnicos do Estado.

3.3 EDUCAÇÃO INDÍGENA

As ações voltadas para a educação indígena no Brasil estiveram pautadas, desde a época do Descobrimento, pela necessidade de “civilizá-los”, negando a diferença e buscando a integração forçada dos índios à sociedade nacional, através da catequização e civilização.

A alteração da situação de submissão dos grupos indígenas passou a mudar em anos recentes, através de parcerias com representantes da sociedade civil organizada, que lutam, sobretudo, por formas menos perversas de relacionamento entre os índios e a sociedade nacional, em que as especificidades culturais sejam preservadas e que o acesso aos conhecimentos gerais sejam assegurados, sem negação da identidade cultural indígena.

A situação heterogênea e a dispersão dos povos indígenas em território nacional dificultou a implementação de uma política educacional adequada. O abandono da visão integracionista, regulamentada na nova Constituição, que reconhece o direito à diferença dos povos indígenas, propiciou a formatação de uma política educacional diferenciada, que considera as especificidades dessa comunidade, as relações interculturais e o ensino bilíngüe.

Segundo a FUNAI (2003), o quadro geral da educação indígena no Brasil é desigual e desafiado, em função do processo histórico a que esteve relegado. Muitos esforços devem ser empreendidos para buscar a oferta de uma educação escolar de qualidade para os índios, que permita a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

A educação indígena esteve mantida por muito tempo na FUNAI, que geria as escolas em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação. A responsabilidade pela educação indígena foi transferida para o Ministério da Educação (MEC) e, atualmente, cabe aos estados a gestão dessa diferenciada ação educacional.

É reconhecido pelo Ministério da Educação que o processo de formatação dos currículos e dos programas específicos para cada etnia deve partir dos próprios índios, razão pela qual as ações voltadas para a formação dos índios, enquanto professores são contemplados no Plano Nacional de Educação Indígena

desenvolvido pelo Ministério da Educação. *“O MEC tem ações e programas definidos, caracterizados pela descentralização, pelo respeito ao processo de lutas e conquistas dos povos indígenas e pelo estímulo a demandas que contemplem a educação intercultural e bilíngüe.”* (MEC, 2003).

Alguns critérios são estabelecidos para a aprovação, financiamento e avaliação dos projetos de educação indígena. A prioridade é para projetos que cumpram os seguintes critérios:

- a) Investir na formação inicial e continuada dos profissionais de educação indígena;
- b) Estimular a produção e publicação de material didático;
- c) Divulgar para a sociedade nacional, de forma séria e criteriosa, a existência da diversidade étnica, linguística e cultural no país.

A partir da divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), fica determinado que dentro de cinco anos não poderão mais existir professores leigos, condição na qual se encontram a maioria dos professores indígenas. Para adequar a realidade indígena às exigências da nova LDB, o MEC vem viabilizando a articulação entre o Ministério da Educação e do Desporto, universidades, secretarias de educação, organizações não-governamentais, associações de professores indígenas e as próprias comunidades.

Estima-se que existam 2.500 professores indígenas e os projetos apoiados pelo MEC contemplam 500 desses professores. Os das secretarias de educação, que possuem núcleos específicos para a educação indígena, atingem cerca de 1.600 professores.

“O MEC vem apoiando programas de formação e cursos de capacitação de professores indígenas, além da produção de materiais didático-pedagógicos para escolas indígenas, desenvolvidos pelas secretarias estaduais de educação do Acre, Amazonas, Amapá, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins” (MEC, 2003).

Alguns programas integram o plano nacional de educação indígena como: formação de recursos humanos; produção e publicação de material didático; divulgação da temática indígena; cooperação técnica; referencial curricular nacional para a escola indígena; banco de dados sobre a escola indígena. No âmbito da capacitação de professores, destaca-se o projeto TUCUM, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso.

Trata-se de um projeto desenvolvido pela secretaria estadual de educação em parceria com a FUNAI, cujo nome é uma referência a uma palmeira da região muito utilizada pelos índios. *“O projeto tem como objetivo formar e capacitar professores indígenas, em nível de magistério, levando em consideração não só as teorias, como as experiências práticas da vida indígena. Esta característica alia ao processo de conhecimento as experiências práticas da vida indígena”.*

Segundo a FUNAI (2003), esta proposta é composta de um currículo intercultural, diferenciado, bilíngue e específico, que abrange desde conteúdos de culturas indígenas até conhecimentos que interessam à continuidade e à transformação dos grupos. Sua carga horária é de 2.800 horas.

O curso é desenvolvido em etapas: uma etapa intensiva, uma intermediária, e um estágio supervisionado, de forma a permitir a monitoração do trabalho realizado pelos cursistas.

3.4 O TURISMO EM RESERVAS INDÍGENAS

Apesar da interpretação contraditória, que num primeiro momento pode ser gerada pela temática do desenvolvimento do turismo em reservas indígenas; pela tendência que o turismo de massa possui em consumir os recursos naturais; por outro lado, a necessidade de conservação e preservação das características de comunidades indígenas, os povos indígenas têm, a cada dia, sofrido influências do turismo, em função da ausência de outra alternativa de geração de renda (ZINDER, 1969 *apud* SINGH; SINGH, 2000). Alguns autores, como Altman (1989) e Parker (1993 *apud* SINGH; SINGH, 2000) afirmam, a partir da realização de pesquisas sobre o turismo

e os aborígenes, que a independência econômica dos povos indígenas pode ser alcançada a partir da realização de um turismo endógeno.

O turismo como opção de desenvolvimento para os povos do vale do Himalaia é uma realidade, assim como os Sherpas do Nepal e os Botias do Vale Bhyundar no Garhwal do Himalaia. No Himalaia, o turismo pode ser identificado a partir de cinco práticas (SINGH, 1989):

1. Peregrinações no Himalaia;
2. Turismo ameno dos dias do Raj (período do Reino Britânico);
3. Turismo do parque;
4. Turismo de paixão;
5. Turismo nos vales pastorais.

As peregrinações dos Hindus aos templos do Himalaia são muito antigas, incluindo o ritual Yatra, que se caracterizou como uma prática religiosa que proporcionava benefícios locais. A região possui uma população flutuante de cerca de 400 mil turistas durante os meses de verão. Não era permitido aos povos primitivos, por sanção religiosa, a realização desses serviços, que eram executados pelos pandas ou agentes religiosos. Com o passar dos anos, muitos desses lugares religiosos passaram a ser objetos do turismo de massa, que apresentam uma mistura entre o religioso e o profano.

Os pandas não mais monopolizavam a prática do turismo e oportunidades foram criadas para os povos das montanhas participarem da execução das atividades.

Atraídas pelo volume de peregrinos que se deslocavam para essa região do Himalaia, administradoras inglesas criaram as “estações na montanha”. Assim, alguns lugares como Mussurie e Nainital, nasceram no início do século XIX e passaram a suprir as necessidades dos burgueses, reis e imperadores. A partir de 1947, independência da Índia, os povos tribais foram vítimas da falta de planejamento, enfrentaram a saturação e não tinham equipamentos para suprir as demandas existentes dos 25 milhões de visitantes.

Outra fase do turismo no Himalaia, citado por Singh e Singh (2000), é o conceito de Parque, que já era conhecido nos retiros espirituais intitulados Ashrams, porém a prática da atividade turística em parque se constitui como um fenômeno recente, que enfatiza três aspectos: a conservação ecológica, a educação e a recreação. É uma prática que exige conhecimentos específicos e serviços especializados que permitam a interpretação adequada do parque. Os planejadores do turismo nos parques do Himalaia não desenvolveram uma prática moldada nos princípios do ecoturismo, e não promoveram a inserção dos indígenas no processo de desenvolvimento do turismo.

A partir de 1980, regiões remotas do Himalaia foram sendo descobertas pelos turistas e as trilhas se tornaram populares. Porém, mecanismos de controle ambiental e um gerenciamento apropriado não foram seguidos, acarretando a desilusão das comunidades locais. Lentamente, foi surgindo uma tipologia de turismo nos vales pastoris distantes, que detêm características singulares pela conservação dos atributos religiosos e culturais e pela riqueza paisagística. Nesse novo formato, as comunidades indígenas, que estão localizadas, em sua grande maioria, nas proximidades do belo cenário do Himalaia, tiveram oportunidade de participar do turismo com a venda de produtos agropastoris.

Segundo Singh e Singh (2002), apesar de os indígenas estarem localizados perto das frequentadas localidades do Himalaia e com relativa facilidade de acesso a esses pontos, a “economia da peregrinação” foi monopolizada pelos agentes religiosos, e as corporações de desenvolvimento do Himalaia não demonstraram interesse em inserir essas comunidades no processo desencadeado pela prática do turismo.

Os Sherpas, povos que vivem na região de Khumbu, no Himalaia do Nepal, desenvolveram um modelo de turismo que supriu as necessidades econômicas no momento do fechamento da fronteira entre o Nepal e o Tibete, em 1959. Segundo Adams (1992 *apud* SINGH e SINGH, 2002), os Sherpas demonstraram, durante a crise comercial com o Tibete, uma grande capacidade de recuperação econômica, a partir do aproveitamento dos recursos locais para a exploração turística, intitulado “turismo montanhês”. O estudo de impactos realizado na região do Monte Everest

(Khumbu) sinaliza de forma positiva para a avaliação socioeconômica. O referido estudo demonstra a alta capacidade do turismo em transformar a qualidade de vida das populações indígenas, que viviam à margem de um processo de geração de renda. Segundo Haimendorf (1979 *apud* SINGH e SINGH, 2002): *“Hoje, a renda do trabalho a serviço dos montanheses e turistas substituiu os ganhos derivados do comércio com o Tibete, e os Sherpas foram capazes de manter, e em certos aspectos até melhorar, seu padrão de vida”*.

Os Sherpas associaram seus conhecimentos tradicionais à nova forma de geração de renda proporcionada pelo turismo. Eles dirigiam os recursos locais, como a produção de lã, realizavam serviços de alimentação para os turistas das montanhas e ainda ofereciam hospedagem, além de trabalharem como líderes de caravanas, trabalho que lhes rendeu reputação mundial. Esse fato culminou com a centralização dos benefícios econômicos no próprio vale, permitindo a elevação da qualidade de vida pela concentração do capital. De acordo com Muqbil (1984 *apud* SINGH e SINGH, 2002), alguns estudos revelaram que a renda de um Sherpa que trabalhava com turismo era superior à média nacional.

As oportunidades proporcionadas pelo turismo ao povo Sherpa resultou também em impactos negativos na ótica ambiental, muitos foram os problemas enfrentados pela ausência de um planejamento que contemplasse medidas de minimização dos impactos. Lixo nas trilhas, dejetos espalhados, devastação de florestas virgens e mercantilização da cultura foram alguns aspectos elencados por Bjonness & Adams (1992 *apud* SINGH e SINGH, 2002). O fato positivo desses impactos foi a percepção da necessidade de minimizá-los para que o principal recurso, a natureza, pudesse continuar beneficiando a população. Foi com esse pano de fundo que as populações indígenas se organizaram para discutir uma forma menos perversa de exploração do turismo, que resultou no desenvolvimento de estratégias para a consecução do turismo verde, orientado ao ambiente e voltado para a comunidade. A conscientização foi alcançada através de campanhas intituladas: “Mantenha o Himalaia limpo!”, “Ecotrilhas”, “A poluição é cara” (SINGH, 1996).

O Annapurna Conservation Area Project – ACAP – ou Projeto de Conservação da Área de Anapurna (tradução livre), determinou diretrizes para um programa de

turismo verde, que elaborou um código de impacto mínimo, a partir do envolvimento da população local. Por meio da promoção da conscientização, treinamento e educação para turistas e comunidade, através da criação de um centro de informação para os visitantes, conseguiram minimizar os impactos ambientais gerados pelo fluxo de 36 mil turistas que demandavam da queimada das florestas de rododendros para produção de lenha. Foi pela via da conservação da natureza, do desenvolvimento humano e do gerenciamento do turismo que as populações indígenas do Himalaia conquistaram a autonomia socioeconômica atrelada à preservação da herança do Himalaia.

Outro povo do Himalaia que vislumbra o turismo como complementar de renda são os Botias de Garhwal que habitam a região de Bhot, no Tibete, desde as montanhas mais ao sul da grande cordilheira do Himalaia e se estendendo ao norte até Zanskar, que marca a fronteira entre a Índia e o Tibete. Por mais de seis meses, os vales habitados por esse povo aparecem cobertos de neve, fato que obriga os Botias a terem aldeias baixas de inverno e aldeias altas de verão. A atividade pastoreira é a base da economia dos Botias, e a criação de gado, cabras e ovelhas foi estabelecida após o confronto sino-indiano em 1962, quando as fronteiras tibetanas foram fechadas para essa comunidade, que aproveitava o comércio indo-tibetano com sal, lã, bórax, rapadura e cevada. Nesse período, a indústria de lã foi severamente ameaçada por questões políticas e a base econômica necessitou de outro recurso para a sobrevivência: foi assim que o pastoreio se tornou a principal atividade desse povo.

Para as necessidades de alimentação e de produção artesanal, no inverno eles se dedicam à produção de fios de lã.

A partir de 1967, com a criação da lei de reserva tribal, os Botias puderam restabelecer seus lanifícios, artigos de lã e serviços de transporte. *“Durante os anos 60, cerca de 80% da população estava ligada à atividade pastoral, dos quais 20% continuaram com a atividade durante os anos 80.”* (SINGH & SINGH, 2002). Poucos deles trabalham com a economia do turismo, fato que surpreende os pesquisadores, pois este povo vive na região mais bela do Himalaia, possuem uma grande

experiência com o comércio, além de habilidades manuais e conhecimento íntimo da área, que são fatores favoráveis ao desenvolvimento do turismo.

A população indígena da Austrália divide-se em aborígenes e ilhéus do Estreito de Torres. Evidências arqueológicas recentes estimam que a população indígena australiana, em 1778 – ano em que os europeus invadiram o continente, girava em torno de 1 a 2 milhões de indivíduos (ROSS, 1995 *apud* MERCER, 2001). Atualmente, a população indígena é de aproximadamente 340 mil pessoas, o que representa 1,3% do total da população australiana. No Território do Norte, os índios representam 23% da população (J. TAYLOR & D. MARTIN, 1996 *apud* MERCER, 2001).

Para os aborígenes, inexistente a noção de propriedade no sentido ocidental: a terra, para eles, possui traços topográficos incutidos pelos espíritos, e as colinas, os riachos, as cavernas e os lagos possuem significados espirituais.

No Território do Norte, atualmente, existe um grande movimento em busca das “terras natais” ou “povoações longínquas”, que permitem a vida mais saudável e mais de acordo com os valores indígenas. Também existe um movimento nacional para resgatar a identidade dos aborígenes, incentivando as crianças a terem uma vivência contínua aos modos de vida de seus ancestrais. Esses movimentos só foram possíveis graças à legislação sobre direito à terra, instituída no final da década de 1970, e pela alocação de fundos pelo Departamento de Questões Aborígenes de nível federal. Em 1981, estimou-se que, no Território do Norte, já haviam 4 mil residentes aborígenes vivendo em 150 “centros de terras natais” isolados. Nos últimos anos, os aborígenes têm experimentado melhores condições de vida, sobretudo pelo reconhecimento, em nível federal, da propriedade inalienável, com domínio absoluto e pelo direito ao voto.

A Austrália é um país detentor de locais aborígenes de grande importância arqueológica e cultural. Em 1993, foram relacionados pela Comissão de Herança Australiana, 814 locais aborígenes com características peculiares, como locais de rochas esculpidas ou de significado mitológico. Esses locais são de alto interesse turístico, mas o turismo é, por natureza, praticado em um tempo destinado ao lazer e

à separação entre tempo de trabalho e tempo livre. Com isso, sua prática entra em confronto direto com as culturas pré-industriais, fato que faz com que o turismo seja percebido pelos aborígenes como atividade suspeita.

Mercer (2001) trata da questão do turismo e a relação com a população local em diversas áreas da Austrália. O problema central na investigação é a afirmação ou não se o desenvolvimento turístico na Austrália fora dos principais centros metropolitanos é “apropriado” do ponto de vista dos aborígenes.

Os aborígenes e os ilhéus do Estreito de Torres se caracterizam como dois grupos étnicos bastante diferenciados, assim como suas reações com relação ao turismo. Essas reações se caracterizam desde a clara oposição à atividade, até acordos de co-gestão de empresas com os brancos e de empresas controladas e dirigidas pelos nativos (MERCER, 2001). A relação entre os aborígenes e o desenvolvimento relacionado ou não ao turismo, é permeado pela necessidade de controlar suas terras para, então, tomar decisões com relação às propostas de exploração, o que Mercer (2001) resumiu em duas palavras: escolha e controle. Portanto, existem problemas no aproveitamento das terras aborígenes pelo turismo, em função das noções eurocêntricas de desenvolvimento serem incompatíveis com a filosofia espiritual aborígene.

O apoio dos aborígenes à prática do turismo irá depender da compreensão deles quanto à experiência direta com os turistas, que implicará em quantidade de turistas, duração da visita, comportamento e motivo da viagem. A desconfiança dos aborígenes com relação à atividade turística em suas áreas deve-se, também, ao fato de que eles têm, muitas vezes, seus direitos desrespeitados pelo homem branco. No Território do Norte, por exemplo, os empresários utilizam a imagem do aborígene como estratégia de venda do destino, mas não revertem recursos adquiridos para o bem estar dessa população, que encontra-se, na grande maioria, em difíceis condições de vida (MERCER, 2001).

Na Austrália existem alguns casos de oposição ao turismo. Um exemplo está no estado da Austrália do Sul, marcado pela inexistência de diálogo entre os governantes, os empresários e a comunidade indígena. Uma empresa privada iria

construir uma ponte de 6,4 milhões de dólares australianos para ligar a ilha de Hindmarsh ao continente e a uma marina. Na visão indígena, a construção dessa ponte ameaçaria os espíritos ancestrais tradicionais das mulheres, que habitam o canal Goolwa. Muitos movimentos indígenas, de ONGs e grupos religiosos pressionaram o tribunal federal a coibir a obra, que foi proibida e até hoje a controvérsia existe na Austrália.

Ao norte de Cairns, em Mosman Gorge, uma estância turística foi construída sem consulta à comunidade e agora acesso aos locais tradicionais estão negados aos indígenas. Em Aurukum, na península de Cape York, e nas ilhas Murray, no estreito de Torres as comunidades indígenas locais proibiram totalmente o turismo alegando ameaças aos valores tradicionais e aos locais de pesca.

Segundo Law (1993 *apud* MERCER, 2001), “numa base per capita, a parcela dos aborígenes nos benefícios econômicos do turismo no território não passa de cerca de 12% do total que chega aos australianos brancos” (MERCER, 2001, p. 127).

Em função dessa oposição a algumas propostas de mineração e de turismo, os interesses corporativos da Austrália divulgam que os aborígenes se opõem a qualquer tipo de desenvolvimento ao progresso em suas terras. Essa interpretação é enganosa, pois os aborígenes apenas desejam rever as consequências desses projetos nos seus modos de vida, na agressão aos lugares sagrados e na ameaça de não poderem transmitir suas tradições às futuras gerações.

Para que exista um relacionamento saudável entre cultura ocidental e os aborígenes, é preciso que o planejamento e o envolvimento comunitário sejam os alicerces das negociações.

Entretanto, existem também exemplos de sucesso, através da co-gestão entre indígenas e homens brancos. Em Kimberley, no noroeste da Austrália, na região de Bungles-Bungles, a mídia busca atrelar a promoção do turismo aos direitos aborígenes calcados no:

1. O controle sobre suas terras, costumes e representações culturais tradicionais;
2. A indenização pelas injustiças sofridas no passado;

3. A soberania / autogoverno total ou parcial.

Os destinos preferidos dos turistas em visita a Austrália são Sidney e Melbourne, a Costa Dourada e o Recife de Barrier, em Queensland.

O turismo em Queensland tem se tornado cada vez mais dinâmico: cerca de 50% dos turistas estrangeiros visitam esta região. O Território do Norte possui quatro parques nacionais, conhecidos internacionalmente e que são de propriedade dos aborígenes. São eles: Gurig, Nitmilur, Ayers Park (Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta) e o Parque Nacional Kakadu. Em 1984, segundo o Escritório de Pesquisas sobre o Turismo, o número de visitantes estrangeiros no Território do Norte era de 58 mil (6,23% dos turistas na Austrália). Em 1992, em função de campanhas agressivas do governo, o número de turistas estrangeiros chegou a 222.400. Os dados da pesquisa, de 1987 a 1992, sinalizam que a cultura aborígine não foi uma atração significativa para visitantes nacionais e estrangeiros: menos que 1% dos visitantes identificaram a cultura aborígine como a atração mais importante.

O Parque Nacional Kakadu está localizado a 300km a leste de Darwin, no Território do Norte. Após todas as negociações de incorporação de terras ao parque, iniciadas em 1965, o mesmo totalizou 2 milhões de hectares. O Kakadu tinha sido uma reserva aborígine durante cinquenta anos e os vínculos indígenas à área eram muito fortes. Em função do significado ecológico e cultural da área, Kakadu é, hoje, considerado Patrimônio da Humanidade.

Quando a área ganhou o status de parque nacional, em 1979, os proprietários, grupo formado por cem proprietários tradicionais e cerca de duzentos aborígenes com filiação histórica à área, decidiram arrendar as terras ao Serviço de Parques Nacionais e Animais Selvagens da Austrália – departamento australiano de conservação da natureza, por um período de cem anos. A esta altura as pressões de turistas e mineradores eram altas e os aborígenes reconheceram que não possuíam habilidades gerenciais para tal negociação.

Norteando as diretrizes do arrendamento, foi apresentando aos proprietários tradicionais todo o formato de exploração do parque, com direito a espaço para os aborígenes em todo o processo de planejamento e administração. “Kakadu se

tornou o primeiro parque nacional do país onde se concedeu aos aborígenes uma participação oficial, tanto na gestão rotineira quanto na de longo prazo“. Outros parques e países imitaram esse modelo e dois estados australianos passaram a empregar guardas florestais aborígenes.

Alguns problemas permearam as relações estabelecidas na gestão do parque. Destacam-se as questões referentes ao conceito de tempo, que na ótica capitalista é muito menor do que na cultura aborígine. Outra problemática enfrentada foi a identificação exata de locais sagrados e secretos, pois, de acordo com as tradições, poucos “iniciados“ aborígenes possuem permissão para conhecer. Além disso, o aumento do fluxo de turistas tem representado problemas especiais para o parque. O processo de implementação do parque teve um significado especial para os aborígenes, sobretudo pelo retorno definitivo de muitos deles à sua terra natal. Antes da criação do parque, havia apenas vinte famílias residentes na área; em 1980, mais 150 aborígenes tinham retornado e pouco mais tarde esse número dobrou.

Já o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta não passou por um modelo de gestão participativa. O maior atrativo do parque é a Pedra Ayers, visitada anualmente por mais de 706 mil turistas. A pedra foi um importante local sagrado para os aborígenes durante milhares de anos, e existem muitas cavernas ao seu redor, cada uma com seu significado. O local fazia parte da Reserva Aborígine Petermann, anunciada em 1920. O crescente interesse turístico pela área, desde 1946, incentivou as empresas de turismo da cidade mais próxima, Alie Springs, a vender o destino intensamente. Os interesses dessas empresas suprimiram 1.200km do território da reserva em 1958, sem o envolvimento dos proprietários tradicionais – os aborígenes – que possuíam a área pelo seu importante significado religioso.

O objetivo da supressão da área foi a criação da Pedra Ayers e a formação do Parque Nacional Monte Olga, sob administração do Conselho de Reservas do Território do Norte. Em 1950, a administração adotou uma postura de afastamento total de toda a população aborígine da área, e expulsou a população da vizinhança e da estrada do acesso, alegando não ser positivo para o turista, observarem a situação de marginalidade a que estava relegada aquela população. Esse fato

incutiu a ideia nos aborígenes de que o turismo representava um elemento de expropriação da cultura.

Por meio da Emenda à Lei dos Direitos Aborígenes à Terra, em 1985 as terras voltaram para o domínio dos aborígenes. Mas, o Território do Norte, insatisfeito, juntamente com as empresas de turismo, reivindicaram o direito a terra, asphaltando a estrada e construindo a estância turística Yulara. Foi deliberadamente localizada numa área amputada de 104 km², a uns 20 km da pedra. Foi construída ao custo de 250 milhões, contém três grandes hotéis, um aeroporto e uma ampla área de camping. Está localizada no lado contrário da pedra em relação às populações indígenas.

Os custos sociais do empreendimento são visíveis, as expectativas eram que os benefícios oriundos do empreendimento fossem a geração de empregos, mas os aborígenes ocuparam 9 dos 24 cargos oferecidos e não demonstraram interesse pelos empregos envolvidos nas relações de turismo.

Frente à problemática, já mencionada neste trabalho, referente à situação precária de vida dos povos indígenas e a busca de alternativas para uma sobrevivência menos perversa, destacamos os Potiquaras da Baía da Traição, no litoral da Paraíba, e as tribos Tucano e Tiujuca, na Baía formada pelos rios Negro, Vaupés e Tiquié, no Amazonas. Essas tribos buscaram o aproveitamento turístico dos seus recursos como alternativa econômica (SEABRA, 2001).

No alto do rio Tiquié foi implantado, em 1997, um programa de ecoturismo contemplando a cultura indígena. Os índios da região, beneficiados pela beleza e diversidade faunística da Amazônia e organizados internamente para fomentar o desenvolvimento do turismo em suas terras, promoveram um roteiro local, compreendendo um percurso de 600 km pelos rios da Amazônia. A viagem é realizada em barcos de alumínio e duram de sete a oito dias de viagem. A atratividade da viagem está diretamente relacionada à participação e convívio dos turistas com os indígenas locais: os hábitos e rituais indígenas são compartilhados pelos turistas nas comunidades de São Joaquim, Canuri, Lago do Mucura, São Luís, Pari-Cachoeira, São Domingos e Santa Rosa. A alimentação e a dormida não fogem

ao padrão adotado pela população tradicional, que dormem em redes e se alimentam de peixes, mandiocas, bolachas e bichos-da-seda torrados (AZEVEDO, 2000 *apud* SEABRA, 2001).

Na Baía da Traição (PB) onde também é desenvolvido o turismo étnico, constataram-se obstáculos e dificuldades para o desenvolvimento do turismo no local (ARAÚJO, 1999 *apud* SEABRA, 2001). Dentre eles, destaca-se a extrema pobreza dos integrantes desses grupos indígenas, e a proximidade a uma cidade na qual o turismo de massa ainda predomina.

Na Bahia, tem-se conhecimento de três reservas indígenas que, de alguma forma, e por iniciativa própria, fizeram a tentativa de desenvolver o turismo. São elas: a aldeia de Mirandela, de etnia Kiriri, situada no território de Banzaê, nordeste do estado; a reserva Pataxó da Jaqueira em Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz de Cabrália; e a reserva de Barra Velha em Caraíva, no município de Porto Seguro, ambas da etnia Pataxó, localizadas no Sul da Bahia.

O território pertencente à aldeia de Mirandela não possui grande atratividade do ponto de vista paisagístico, sendo que a sua maior atratividade está nas manifestações culturais, na forma de vida e na história da aldeia. Até o momento, duas tentativas de desenvolvimento do turismo aconteceram de forma frustrada, por ausência de planejamento e preparo da comunidade para tal fim. Já a reserva Pataxó da Jaqueira e a aldeia de Barra Velha, ambas localizadas em áreas tradicionalmente turísticas, têm este fato como positivo para sua inserção no turismo, na ótica da já existente demanda turística para a área. Contudo, algumas medidas devem permear a prática da atividade nesses espaços, baseadas nos princípios da sustentabilidade, de forma a garantir sua manutenção para o usufruto das futuras gerações.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo, encontra-se a análise da região onde está inserido o objeto de estudo deste documento – o Extremo Sul do Estado da Bahia –, contextualizando-o espacial e historicamente, incluindo seu processo de ocupação. Na sequência, se apresenta a relação desta região com a atividade do Turismo, pautando-a nas teorias de desenvolvimento. Nos itens seguintes, é apresentado o povo indígena da região do Extremo Sul e sua trajetória desde o Descobrimento do Brasil. Ocorre aqui um aprofundamento na trajetória das tribos que são o objeto de estudo deste trabalho: sua história, seu território, sua situação socioeconômica na atualidade, sua relação com o turismo. Também será analisada a conjuntura do turismo na região, apresentando a análise quantitativa e qualitativa dos questionários aplicados nas viagens de campo.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL DO OBJETO DE ESTUDO

De acordo com a proposta do órgão central de planejamento do Estado da Bahia – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEPLANTEC-SEI, são identificadas no Estado 15 regiões econômicas. O objeto da análise, do ponto de vista espacial-regional, está inserido na região Sul da Bahia, que compreende três subáreas: Baixo Sul, Cacaueira e Extremo Sul.

Porto Seguro é um dos 21 municípios da região do Extremo Sul (Figura 2), tendo sido criado, segundo a SEI (2002), em 1534, constituindo-se como segundo município do Estado da Bahia. Turisticamente, o município está inserido na zona denominada Costa do Descobrimento (Ver Figura 1).



Figura 2 – Mapa da região econômica do Extremo Sul da Bahia
 Fonte – www.brasilfazendas.com.br

A região do Extremo Sul faz fronteira, ao Sul, com o Espírito Santo, a oeste com Minas Gerais e, ao Norte, o seu limite é a região Litoral Sul. Segundo a SEI (2001), a região do Extremo Sul pode ser dividida em três zonas: Litorânea, Central e Oeste.

Ainda segundo a SEI (2002), a referida região possui área total de 29.444 Km² que representa 5,19% da área total do Estado da Bahia, e reúne 692.545 habitantes, o que representa 5,19% da população total da Bahia. A densidade média, em 1996, era 19,61 hab/km², média inferior ao restante da Bahia: 22,1hab/Km² (SEI, 1996). Em 2002, a densidade da região passou para 23,52 hab/km², ultrapassando a densidade demográfica do Estado, que era de 23,49 hab/km² (SEI, 2002). Já Porto Seguro possui população total estimada de 108.568 habitantes, distribuídos numa área de 2.416,6 km², apresentando uma densidade demográfica de 44,93 hab/km², superando em muito a densidade demográfica do Extremo Sul e do Estado da Bahia (SEI, 2002).

A população da região distribui-se de maneira muito desigual pelos 21 municípios. A maior concentração populacional pode ser encontrada na localidade de Teixeira de Freitas, com um total de 112.077 habitantes. Dentre os municípios que apresentam um porte demográfico mais expressivo, ou seja, mais de 50.000 habitantes, podemos citar em ordem decrescente por quantitativo populacional os seguintes: Teixeira de Freitas (112.077), Porto Seguro (108.568), Itamaraju (64.109) e Eunápolis (86.976) (SEI, 2002). O total da população dos 4 municípios representa 53,6% da população da região.

A zona litorânea possui o total de 288.983 habitantes, a zona central 289.934 habitantes e a zona Oeste 113.623 habitantes (SEI, 2002).

A zona central do Extremo Sul da Bahia é a que concentra a maior parte da população. Essa zona é caracterizada pela concentração das atividades industriais no ramo madeireiro, sobretudo após a implantação da BR 101.

Com a dinâmica regional proporcionada pela estrada, a partir da década de 1970, surgiram atividades comerciais e de serviços: mecânicos, bancários, médico-hospitalares e outros (SEI, 1996).

A Zona Litorânea é a segunda em número de habitantes 288.983 (SEI, 2002), e é caracterizada pela ocupação mais antiga do Estado. A beleza e o passado colonial imprimem nessa área um lócus de desenvolvimento turístico, impulsionado também pela BR 101, integrando esta zona aos municípios de Prado e Porto Seguro, que representam hoje para o mais importante pólo turístico do interior da Bahia (SEI, 1996).

A Zona Oeste é a menos povoada, totalizando 113.623 habitantes (SEI, 2002), que representa 16,4% do total da população do Extremo Sul. A economia desta zona está marcada pelas atividades de agricultura e pecuária, sobretudo as culturas do café e do cacau. (SEI, 1996).

A distribuição espacial da população regional está assim concentrada: a Zona Oeste abarca 36% do território, o que equivale a uma área de 10.505Km² e 16,4% da população da região. A Zona Central representa a menor porção territorial da região,

com 19%, e em contrapartida a maior população – 41,86%. Já o Litoral representa a maior área da região, com 45% do território e possui concentração populacional pouco inferior à área central, com 41,7% da população.

A geologia da região de Porto Seguro é caracterizada pela cobertura detrítica terció-quaternária (SEI, 2002). Com relação aos recursos minerais, na região podem-se encontrar minas de rochas ornamentais, caracterizadas como minerais não-metálicos, existindo também minas de titânio, caracterizado como mineral metálico. A tipologia climática é úmida e o relevo caracterizado pelo planalto costeiro. As terras possuem aptidão regular para a lavoura. A região é servida pela bacia hidrográfica do Extremo Sul e pela usina Termelétrica Bahia Sul, que fica localizada em Mucuri.

A vegetação da região é caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa e por áreas com vegetação de restinga e manguezal. Muitas espécies da flora são ameaçadas de extinção, inclusive o pau-brasil. A fauna da região também se encontra ameaçada.

As áreas protegidas da região do Extremo Sul, caracterizadas como unidades de proteção integral, que se encontram sob administração federal são: Parque Nacional do Monte Pascoal, com área total de 22.500ha; o Parque Nacional do Pau Brasil, com área de 12.112ha; e o Parque Nacional do Descobrimento, com 21.118ha (Figura 3). Sob administração municipal, a região conta com o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora, no município de Porto Seguro, com 1.750ha. As unidades de uso sustentável existentes na região são: APA Caraíva-Trancoso, com área total de 31.900 ha e administração estadual (Figura 4); a APA de Coroa Vermelha (Figura 5), com 4.100 ha, sob administração estadual, que contempla os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália; e ainda a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau com 89.500ha, sob administração federal, abarcando os municípios de Porto Seguro e Prado (Figura 6). Em Porto Seguro, encontram-se também 2 RPPNs, caracterizadas por serem de administração particular. São: RPPN Portal do Curupira e RPPN Manona.

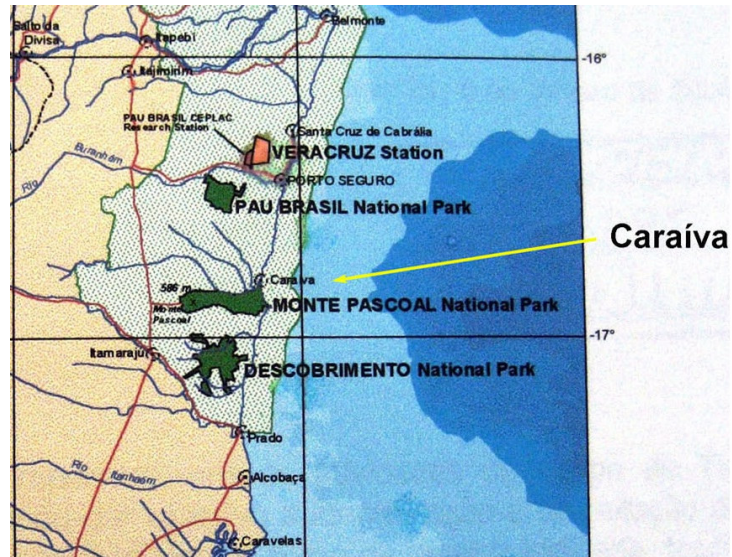


Figura 3 – Áreas protegidas da região do Extremo Sul da Bahia, caracterizadas como unidades de proteção integral, que se encontram sob administração federal

Fonte – www.vivacaraiva.com

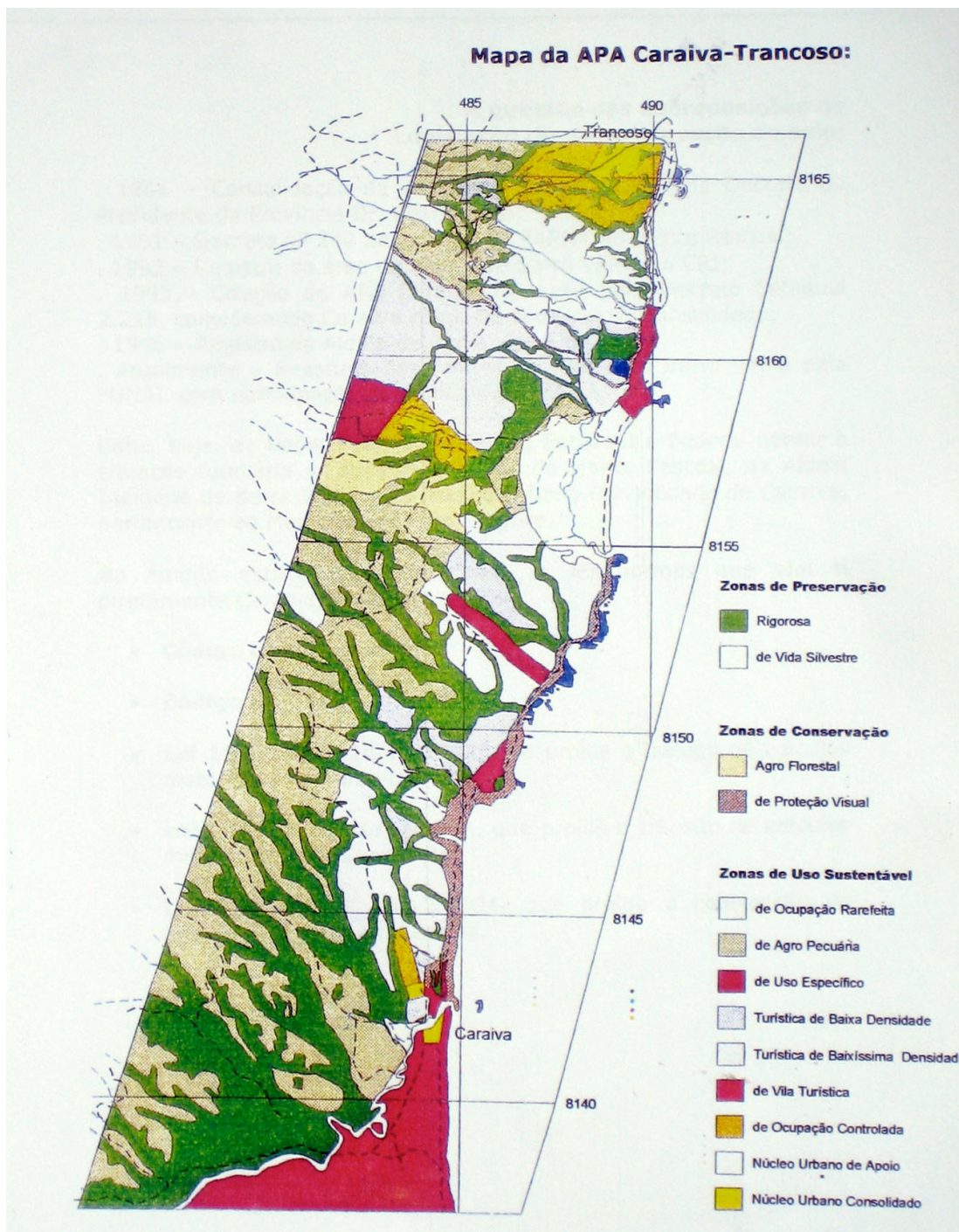


Figura 4 – Mapa APA Caraiva- Trancoso
 Fonte: www.vivacaraiva.com

MAPA DA TERRA INDÍGENA COROA VERMELHA



TERRA INDÍGENA COROA VERMELHA		DEMARCAÇÃO	
<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>		<p>PLANO</p> <p>COORDENADAS</p> <p>WGS 84 - 77 2142 m UTM - 749 7807 m</p> <p>PROJEÇÃO</p> <p>UTM</p> <p>DATA</p> <p>05/05/1999</p>	<p>PERÍMETRO</p> <p>Área - 1.183,48 m² Circunf. - 126,17 m</p> <p>PROJEÇÃO</p> <p>PROJEÇÃO</p> <p>PROJEÇÃO</p>
<p>SANTA CRUZ CABRALIA e PORTO SEGURO</p>		<p>BAHIA</p>	<p>EUNAPÓLIS</p>
<p>COORDENADOR</p> <p>MARCO JOSÉ MARTINS ALVES COORDENADOR</p>	<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p> <p>JOSÉ EDUARDO DA SILVA ANALISTA FUNAI/DAF</p>	<p>DESENVOLVIDOR</p> <p>ROBERTO LOPES DE OLIVEIRA ENGENHEIRO DE FUNAI/DAF</p>	<p>REVISOR</p> <p>ALVARO AUGUSTO FERREIRA ANALISTA FUNAI/DAF</p>

Figura 5 – Mapa terras indígenas de Coroa Vermelha
Fonte: Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI.

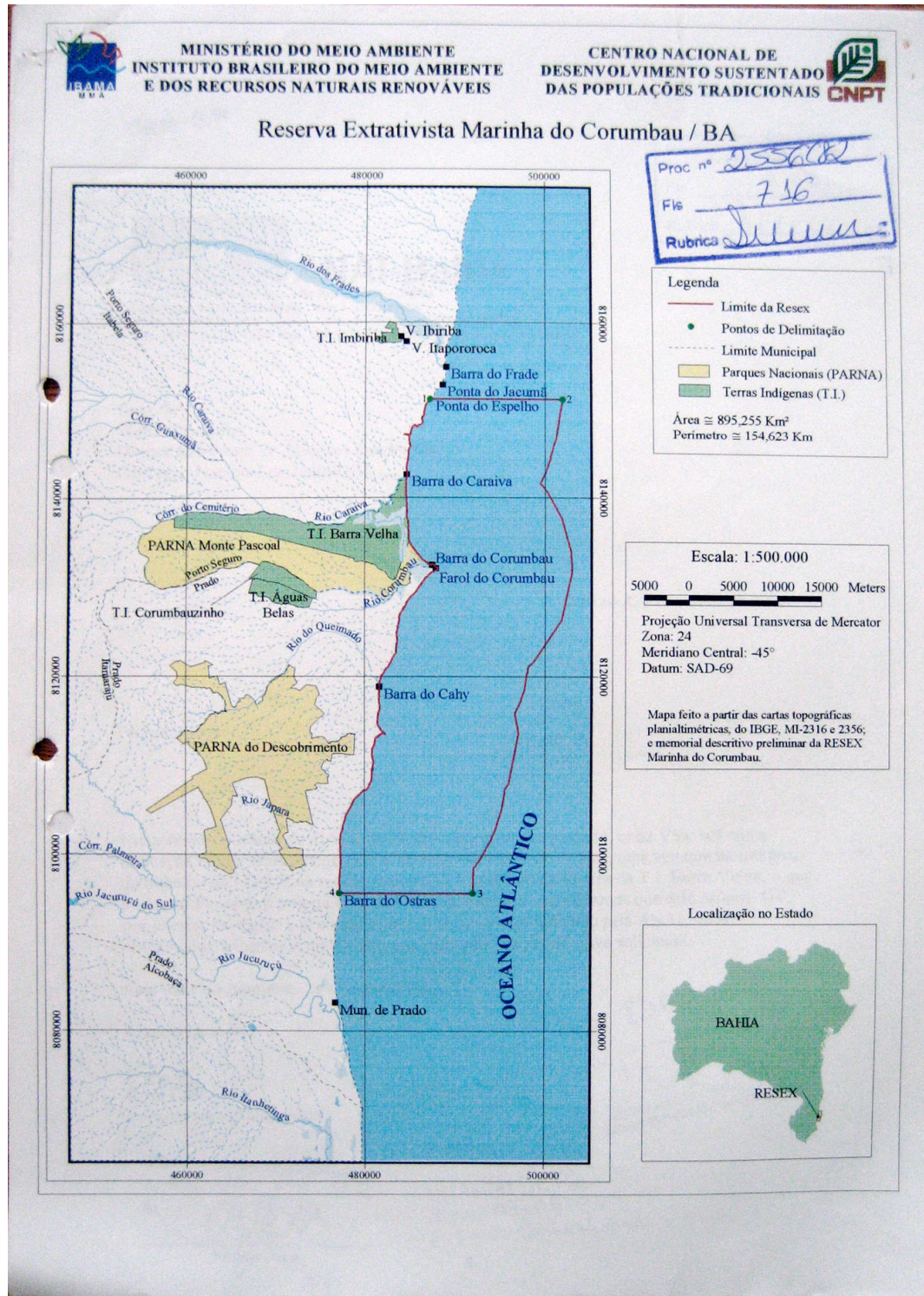


Figura 6 – Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau
 Fonte: www.ibama.gov.br

A região econômica do Extremo Sul (SEI, 2001) possui um total de 30 hospitais conveniados com o SUS – Sistema Único de Saúde, sendo que 3 são hospitais estaduais, 10 municipais, 11 particulares e 6 filantrópicos. Já em Porto Seguro,

existem 2 hospitais conveniados com o SUS, sendo um caracterizado como estadual e um municipal. Em Porto Seguro, o total dos óbitos registrados em 2000, segundo a SEI, foi 391 pessoas. As doenças que mais representaram as causas de óbitos foram: doenças do aparelho circulatório, com 53 casos e algumas doenças infectocontagiosas e parasitárias, representando 29 casos. Do total de óbitos, a maior faixa etária atingida foi a de pessoas com mais de 50 anos, representando 156 dos óbitos registrados no referido ano.

Alguns cursos foram oferecidos na região em 2001 pelo SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, dentre eles os de turismo e hotelaria, nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. O total de matriculados foi de 583 pessoas, sendo que 416 em Porto Seguro. Foi registrada a evasão de 28 matriculados, todos em Porto Seguro. No total, 555 pessoas concluíram o curso, sendo 388 em Porto Seguro.

Em um município que registra população total de aproximadamente 109.000 habitantes, e onde o turismo se caracteriza como atividade econômica prioritária, 388 pessoas formadas significa pouca mão-de-obra especializada ou com alguma formação na área, ainda mais se considerando Porto Seguro como o destino com maior número de leitos do Estado da Bahia.

4.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO EXTREMO SUL

O Extremo Sul da Bahia é caracterizado como uma das áreas de ocupação e povoamento mais antigas do estado e do país, mas foi somente no século XX que a região apresentou expressividade no desenvolvimento socioeconômico e demográfico, diferentemente do que ocorreu em outras regiões da Bahia, como o Recôncavo, que ainda no século XVIII atingiu o florescimento socioeconômico e cultural e a expansão demográfica, sobretudo pela dinâmica proporcionada pelo ciclo da cana-de-açúcar (SEI, 2003).

As tentativas de ocupação e povoamento empreendidas pelos portugueses nesta porção do território baiano foram iniciadas pelo litoral, a partir da criação de povoados, vilas e cidades com finalidade de defesa, comércio e administração colonial. Muitas foram as tentativas de implementar as políticas de ocupação constantes no projeto da Coroa Portuguesa, que a todo momento estavam ameaçadas pelos frequentes conflitos com os povos indígenas, pois estes ameaçavam as possibilidades de estabilidade dos imigrantes portugueses no território.

Os primeiros núcleos de ocupação surgiram em Porto Seguro e Caravelas (IBGE, 1958 *apud* SEI, 2003), e a atividade produtiva encontrava-se restrita à extração da madeira do pau-brasil. Esses núcleos tiveram duração limitada e não implementaram nenhum povoamento estável, fato que ameaçava os interesses da Coroa Portuguesa, em função das ameaças de invasão dos franceses e holandeses. Então, por volta de 1534, é implementada pela Coroa Portuguesa uma política de colonização assentada no sistema de Capitânicas Hereditárias.

O sistema de Capitânicas Hereditárias superou as expectativas portuguesas. Foram implantados 37 núcleos de povoamento (vilas e cidades), em todo território brasileiro, durante o primeiro século da colonização (REIS FILHO, 1968 *apud* SEI, 2003). Na porção de terra que atualmente corresponde ao Extremo Sul, foram instaladas as vilas de Porto Seguro (1535) e Santa Cruz (1536) – esta última é, atualmente, Santa Cruz de Cabralia. As determinações portuguesas com relação à implantação desses núcleos (OMEGNA, 1972 *apud* SEI, 2003) estavam concentradas nas questões de defesa, através das alturas e sinalizava-se para a necessidade de proximidade com os indígenas, para o comércio com a selva e para maiores facilidades no provimento de braços para a lavoura.

O donatário desses núcleos era Pero de Campos Tourinho, que incentivou a construção de fortes, capelas, armazéns e engenhos de açúcar. Segundo estudos da CPE (1992 *apud* SEI, 2003), a capitania de Porto Seguro chegou a contar com 5 engenhos, que após 30 anos foi reduzido para apenas um, enquanto a Bahia duplicou a quantidade.

A dinâmica econômica da região do Extremo Sul, na primeira fase da colonização, esteve restrita à exportação de madeira e ao cultivo de alguns produtos para o mercado interno. O povoamento esteve restrito a alguns núcleos distribuídos pelo litoral. A região encontrava-se incapaz de ser incorporada ao modelo agroexportador que era liderado pelo Recôncavo Baiano. Dessa forma, procedeu-se à venda das capitânicas de Porto Seguro e Ilhéus para a capitania da Bahia, em 1761 (SEI, 2003). Neste período, a atividade produtiva da região passou a estar assentada no fornecimento de alimentos ao Recôncavo e a outras regiões; na extração da madeira e na produção de alimentos como: farinha de mandioca, arroz, milho, feijão e a pesca da garoupa e do mero em Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

Consolidada essa nova dinâmica produtiva, o povoamento foi expandido e delineou-se o padrão de ocupação nucleado e concentrado na costa.

“a partir do século XVII e no curso do século XVIII, foram criadas as seguintes vilas: Caravelas (1700), Alcobaça (1742 ou 1755), Prado (1755 ou 1765), Trancoso (1759) no atual município de Porto Seguro, Vila Verde (1759 e 1762) no atual município de Porto Seguro, Vila Verde (1759 e 1762), no atual distrito de Vale Verde (município de Porto Seguro), Belmonte (1764 ou 1765), Viçosa (1768) no atual município de Nova Viçosa e São José de Porto Alegre (1755 ou 1769), no atual município de Mucuri” (CPE, 1992 apud SEI, 2003).

As dimensões desses núcleos de povoação eram bastante reduzidas. “Aires do Casal (1847:71), ao referir a Porto Seguro nas primeiras décadas do século XIX, observa que *“de todas as províncias he esta a que se acha mais atrasada; sendo toda ella quase um bosque”* (apud SEI, 2003).

Segundo SEI (2003), todos os estudiosos consultados enfatizam as dificuldades encontradas para adensar o povoamento e consolidar o desenvolvimento na área correspondente ao Sul da Bahia (Extremo Sul e Litoral Sul). Como indicativos para tal situação, citam-se:

- 1) a insuficiente migração portuguesa para a área;

- 2) os ciclos de aumento da mortalidade, provocado por epidemias e pelos confrontos entre índios e não-índios;
- 3) a emigração, a partir da criação dos núcleos de povoamento, que se dava tanto em função da transferência de militares e religiosos para outros locais, quanto pela atração exercida pela descoberta de ouro e pedras preciosas em outras áreas, pelo recrutamento que acabava provocando a fuga de diversas pessoas ou mesmo pelos recenseamentos que eram interpretados pelas pessoas do lugar como recrutas.

Segundo Flexor (1989 *apud* SEI, 2003), a povoação do Sul da Bahia foi considerada uma das tarefas mais árduas pelos representantes do governo português da época. O povoamento de Porto Seguro dependia basicamente da “civilização” dos índios e do envio de degredados. Estes, ainda segundo Flexor (1989, p.14), eram “*os vadios, possuidores de sítios volantes e criminosos, compreendendo não apenas aqueles que eram expatriados da Metrópole e outras colônias para o Brasil, mas também aqueles que, devido a seus crimes, eram expulsos de suas povoações e vilas para nunca mais voltar*”.

As dificuldades de povoamento da área persistiram até o século XIX (GARCEZ, 1977 *apud* SEI, 2003). A região permaneceu fragilmente integrada ao conjunto da economia nacional. Somente na segunda metade do século XIX é que o panorama regional começa a ser modificado, de forma parcial, em função da expansão das culturas do café e do cacau que estiveram concentradas na localidade da atual Nova Viçosa, e na área definida como Litoral Sul, respectivamente.

A cultura do cacau só atingiu o atual Extremo Sul no início do século XX, sem, contudo, provocar grandes modificações como o ocorrido no Litoral Sul, permanecendo escassamente povoado e com precária integração ao conjunto do estado até a metade deste mesmo século, quando esse isolamento parcial foi rompido.

As atividades econômicas, como o cultivo do cacau, a pecuária e a exploração madeireira, imprimiram na região, a partir de 1950, uma nova dinâmica de ocupação voltada para o interior.

Desde o início do século XX, a cultura do cacau proporcionou grande prosperidade ao Litoral Sul e em meados da década de 1950 acabou penetrando no Extremo Sul. O cacau não obteve destaque nessa região como o ocorrido no eixo Ilhéus-Itabuna e, conseqüentemente, não provocou grandes transformações na estrutura produtiva da região estudada (SEI, 2003).

Ao contrário da cultura do cacau, a pecuária bovina determinou, a partir de 1950, outra estratégia de ocupação territorial, partindo do interior para a costa e contando com o envolvimento de produtores oriundos de Vitória da Conquista, Itapetinga e do nordeste de Minas Gerais (SEI, 2003).

Desde o início da colonização portuguesa, a extração da madeira marcou a estrutura produtiva regional, e no início do século XX foi impressa uma ampliação na exploração e nas possibilidades de escoamento, em função da construção da estrada de ferro Bahia-Minas. Em 1950, a exploração de madeira se constituía como uma atividade econômica de destaque, e contribuía para os criadores de gado, que já encontravam os locais desmatados e apropriados para a criação desses animais.

O isolamento e a apatia socioeconômica experimentados pela região até 1950 estiveram relacionados à precariedade dos sistemas de comunicação e de transportes, mas, a partir do referido ano, a rede rodoviária foi incrementada. Foi construída a BR 05, ligando a Bahia e o Espírito Santo, a ampliação dessa rodovia resultou, na década de 1970, na implantação da BR 101, que era interligada à BR 04, atual BR 116. (CPE, 1992 *apud* SEI, 2003). A integração das duas rodovias proporcionou o rápido crescimento das diversas localidades fora da faixa litorânea, como Eunápolis e Teixeira de Freitas, que, a partir desse período, se configuraram como os maiores centros urbanos da região. Essa nova dinâmica proporcionou um novo padrão de distribuição espacial da população, norteado pela interiorização da ocupação. A BR 101 marcou a inserção da região na economia nacional.

As facilidades de transportes, atreladas à situação regional de grandes possibilidades de exploração, combinados com os baixos preços das terras, contribuíram para a atração do capital externo de diversos agentes econômicos

como: madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais do setor de celulose e papel (CAR, 1994).

A inserção de grupos externos, caracterizados na exploração pela utilização de novas tecnologias, intensificou o processo de destruição da Mata Atlântica, que por sua vez estimulou a pecuária bovina, tanto no interior como nos municípios costeiros. Outro elemento estimulado neste processo foi o reflorestamento, que contou com o incentivo de políticas federais e estaduais, a partir de meados da década de 1970. Da década de 1980 até hoje o processo de reflorestamento esteve norteado para a floresta de Pinus e Eucaliptos, que surgiram para suprir as necessidades das indústrias de papel e celulose que foram implantadas na região, como a Bahia Sul, em Mucuri, a Aracruz e a CAF Florestal, no Espírito Santo e a Veracruz, em Eunápolis.

O processo de ocupação da região Sul da Bahia foi iniciado no século XVI, período marcado pelo processo de colonização com o extrativismo do pau-brasil e de madeiras nobres, que favoreceu o surgimento de entrepostos comerciais ao longo da costa. O povoamento foi iniciado com o cultivo da cana-de-açúcar, que foi a cultura predominante na região até o final do século XVII. Durante o século XVIII, a região torna-se produtora potencial de alimentos, como: farinha de mandioca, milho, feijão, algodão, café e cacau, além da atividade pesqueira praticada em Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Até meados do século XIX, as culturas do café e do cacau exerceram papel fundamental no crescimento demográfico e na dinamização interna da economia regional. No século XIX, o café entrou em decadência e o cacau se consolida na região. Já no século XX, a importância econômica do cacau torna-se definitiva para o estado (PDRS,1997). A partir de 1917, a economia cacauzeira passa a sofrer sucessivas crises e a pecuária torna-se a atividade que vem substituir as terras cultivadas pelos cacauicultores. Assim, a pecuária passa a predominar na região do Extremo Sul.

4.3 O TURISMO EM PORTO SEGURO E AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Tendo em vista a importância do turismo como um instrumento para o desenvolvimento local, busca-se referenciar a introdução desse tema nas discussões teóricas em torno do desenvolvimento, evidenciando o enquadramento do fenômeno na geografia econômica elucidada primeiramente por Christaller (1933) na Teoria das Localidades Centrais (SILVA, 1976).

Aborda-se também, partindo de uma abstração, o enquadramento do turismo na Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux (1955), referenciando a mais recente estratégia de desenvolvimento turístico da Bahia, que resultou na formação de uma nova geografia turística para o estado. Outra questão trabalhada é a importância dos fatores internos e externos do desenvolvimento, tratada na Teoria do Setor e na Teoria da Base de Exportação Regional, respectivamente, buscando enquadrar o desenvolvimento de Porto Seguro nesse enfoque.

Atribui-se uma abordagem histórica ao desenvolvimento do turismo na Bahia, mostrando a importância da organização institucional da atividade e a evolução temporal dessa organização e, posteriormente, as transformações espaciais decorrentes da institucionalização do turismo no estado, a partir da análise dessas inter-relações na Costa do Descobrimento, particularmente em Porto Seguro.

Necessário se faz atribuir uma rápida abordagem histórica à Ciência Regional. Em 1957, o tema não era considerado difundido, e foi a partir de 1960, que os estudos sobre polarização ganharam especial atenção e, em 1966, o assunto já não era tão desconhecido no Brasil e América Latina. Com o passar dos anos, em função do desenvolvimento desigual, problema que atualmente merece análise de todos os campos da ciência, as atenções alocadas a esse assunto tornaram-se acentuadas, principalmente nos países europeus e latino-americanos.

É certo que as literaturas acerca do desenvolvimento não tendem a referenciar, em sua maioria, o turismo como um elemento de forte importância para a consolidação desse processo. Talvez por ser o turismo de massas um fenômeno recente, gerando

grande impulso a partir de 1950, ou também por não representar a mesma importância em outros países. Assim sendo, o turismo foi negligenciado por muito tempo. Mas, nos últimos anos, os geógrafos econômicos passaram a direcionar uma atenção maior à atividade turística, estimulando o surgimento de discussões referentes ao espaço turístico e o seu papel no desenvolvimento.

Nesse sentido, cita-se a contribuição do geógrafo alemão Walter Christaller, que em 1933, tratou de enquadrar o turismo na área da geografia econômica, a partir da Teoria das Localidades Centrais, na qual se busca a espacialização de qualquer tipo de atividade econômica, traçando assim uma geografia das atividades em função da sua localização em áreas centrais ou periféricas, cabendo ao turismo ocupar a periferia de áreas já densamente povoadas, se configurando, segundo Christaller (1933), como um setor da economia que evita os lugares centrais e as aglomerações industriais. Daí a necessidade de estabelecer um planejamento voltado para o desenvolvimento dessa atividade, de forma a ordenar a ocupação do espaço periférico e minimizar os desequilíbrios regionais. Nesse sentido, o desenvolvimento de estratégias competitivas, voltadas para valorizar e potencializar as particularidades locais, torna-se um instrumento para a inserção de regiões periféricas na economia mundial de forma menos perversa do que a assistida até então.

O Brasil, por se apresentar como país periférico em nível mundial, e a Bahia, no contexto nacional, enquadram-se como potenciais objetos da teoria de Christaller devido a enorme riqueza natural, histórica, cultural e a diversidade de paisagens, que podem ser aproveitadas de forma ordenada para a intensificação do fluxo de turistas. Nesse sentido, os fatores locacionais brasileiros e baianos sinalizam para a imersão desses espaços nos circuitos turísticos mundiais. Mas a falta de profissionalismo e a ausência de um posicionamento mercadológico eficaz contribuem para os números ainda incipientes, no que toca à atividade turística nesses espaços.

Partindo para a abstração, como também para a necessidade de enquadrar o turismo nos discursos teóricos voltados para o desenvolvimento local e regional, demonstramos a tentativa de enquadrar o fenômeno na Teoria dos Pólos de

Crescimento (1955), resultantes de estudos do professor François Perroux, que está relacionada com a Teoria do Crescimento Econômico e também com a Localização Industrial. O referencial é voltado particularmente para o crescimento do setor industrial, fomentado pela existência de uma indústria motriz que impulsionaria o desenvolvimento concentrado, a princípio, em alguns núcleos, propiciando uma desigualdade inicial e posteriormente realizando um “efeito de arraste”, fomentando a penetração do desenvolvimento em áreas vizinhas. Iniciando a abstração, podemos enquadrar a estratégia de desenvolvimento turístico adotado pelo Estado da Bahia na perspectiva da Teoria dos Pólos de Crescimento, no sentido da criação das zonas turísticas para o Estado, resultantes das diretrizes do PRODETUR-BA⁷ - Plano de Desenvolvimento Turístico da Bahia. O PRODETUR se apresenta como a terceira estratégia de desenvolvimento turístico para o Estado, e inclui o desenho de uma geografia turística que se materializou pelo diagnóstico voltado a elucidar espaços detentores de vocação para o desenvolvimento da atividade, resultando assim na criação das costas: do Cacau, do Dendê, do Descobrimento, das Baleias, dos Coqueiros, na região da Chapada Diamantina e da Baía de Todos os Santos. Esses

espaços se configuram como zonas prioritárias para investimentos em infra-estrutura e possuem um município que podemos apelidar de “município motriz”, para o qual os maiores investimentos estariam voltados, como a construção de aeroportos, melhorias no abastecimento de água e energia, no sistema de esgotamento sanitário, etc. Assim, eles se configuram, a princípio, como centralizadores de investimentos, mas com um papel voltado para canalizar o fluxo turístico nas regiões pertencentes à sua zona, realizando assim a propagação do desenvolvimento, na medida em que o aumento do fluxo turístico para essas regiões demandará de investimentos voltados para o desenvolvimento da atividade.

Assim, a Bahia vem se consolidando como um “território turistificado”, com grandes chances de aumentar o tempo de permanência dos turistas no seu território, em função da diversidade de produtos e da melhoria das condições de acesso a eles. Contudo, os desníveis dos fluxos são notáveis de região para região e a zona que

⁷ O PRODETUR – BA pode ser descrito como um programa multisetorial do Governo do Estado, que busca convergir ações de infraestrutura pública, bem como a promoção de educação para o turismo nas zonas turísticas prioritárias. O Programa conta com recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco do Nordeste. (SCT / SUDETUR)

vem se destacando é a Costa do Descobrimento, tendo Porto Seguro como “município matriz”.

Necessário se faz referenciar os aspectos inerentes ao desenvolvimento desse destino, elucidando os elementos internos e externos do desenvolvimento regional, pelo fato de que cada um deles se constitui como uma teoria desse tema. Nesse contexto, temos a Teoria da Base de Exportação Regional, que explica o desenvolvimento de uma região através da demanda externa para seus recursos naturais e ou humanos, isoladamente ou em conjunto, quando satisfeitas algumas condições, tais como: vantagens sobre outros produtos, a acessibilidade aos recursos, o desenvolvimento das exportações regionais, sendo exigida a implantação de infraestrutura física e de instituições que darão origem a um sistema urbano. Vê-se nessa teoria a elucidação de fatores externos. Por outro lado, a Teoria do Setor, que referencia os fatores internos, ressalta que, com o uso eficiente dos recursos e das inovações introduzidas por empresários e intelectuais, decorre a especialização interna da produção e o aumento da produtividade, daí torna-se necessário tirar vantagens. O decorrente desenvolvimento dos sistemas de transportes e da comercialização irá formar núcleos urbanos hierarquizados, atraindo novas atividades.

As interdependências inerentes entre os dois processos foram explicadas por Stöhr ao afirmar que “*substituições posteriores no padrão da região irão depender da intensidade relativa com o qual o primeiro processo estabelecido é capaz de introduzir ou atrair o outro*”. Nesse sentido, o ocorrido na região em estudo está enquadrado nessa relação de interdependência, sendo que fatores endógenos foram os primeiros estabelecidos no processo, tornando-se decisivos para a atração dos fatores exógenos.

Porto Seguro se consolidou como maior destinação turística do mercado doméstico brasileiro e, desde a década de 80, vem ocupando lugar de destaque, em termos de visitantes no estado. O processo de crescimento e desenvolvimento local neste espaço aconteceu, a princípio, a partir da indução interna, onde os atores desse processo foram os seguidores do movimento hippie da década de 1970, que caracterizavam a localidade como um dos paraísos hippies, frequentada inicialmente

pelos integrantes desse movimento. Por duas décadas, aproximadamente, o turismo se desenvolveu em Porto Seguro de forma espontânea e desordenada.

A incidência de empreendimentos existentes, até meados da década de 80, era de pequeno e médio porte, atendiam a um fluxo natural de visitantes, que por sua vez não utilizavam pacotes turísticos. Um segundo momento do turismo em Porto Seguro foi a oportunidade percebida pelas grandes operadoras nacionais, em função da qualidade e diversidade dos atrativos locais, que fomentou o turismo de massa, como também o surgimento de maiores empreendimentos hoteleiros, que passaram a demandar de uma mais completa infraestrutura básica e urbana. Outro fator decisivo para o início do desenvolvimento do turismo na área em estudo foi a implantação da BR 101 no início da década de 70.

Os recursos turísticos da região em foco se caracterizam por um forte apelo histórico-cultural e natural (vinham sendo degradados em função do crescimento desordenado do turismo). Esses atrativos projetaram Porto Seguro no ranking baiano e contribuíram para assegurar a posição de segundo destino mais visitado do Estado. Outro fato que culminou com a necessidade emergente de intervenção foi a pressão social constituída a partir dos desdobramentos da crise do cacau, que provocou a migração de ex-trabalhadores da lavoura para Porto Seguro, em busca de empregabilidade no turismo.

A inter-relação entre fatores endógenos e exógenos observados no desenvolvimento de Porto Seguro foi preponderante para a consolidação do destino como produto turístico, que apesar dos efeitos negativos gerados pela ocupação desordenada, continuou sendo conhecido e visitado. *"A eficiência do mesmo fator externo varia segundo os lugares, e os valores internos a estes. Os lugares se diferenciam pela maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização pré-existente. A partir desse choque impõe-se uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo"* (SANTOS apud MELLO, 1988).

4.3.1 Período de Conjuntura do Desenvolvimento Turístico de Porto Seguro

Na década de 1960, o turismo de Porto Seguro é marcado por uma demanda de jovens que contestavam os valores da sociedade tradicional, e se refugiaram em Porto Seguro e Arraial d'Ajuda como forma de manterem-se isolados da “civilização”. Existia todo um misticismo em torno da região, em função da presença do Monte Pascoal e do descobrimento do Brasil. Essa demanda incentivou o surgimento de comunidades alternativas, que se apresentavam como caracterizadores da liberdade. Apesar de o fluxo gerado por essas comunidades não ser expressivo, já impulsionava o aparecimento de pousadas e hospedarias.

Desde 1973, Porto Seguro foi enquadrado ao cenário rodoviário federal através da BR 101 e da BR 367, fato que promoveu a intensificação de demanda para a região, sobretudo pela ligação realizada a partir dessas rodovias com os centros urbanos economicamente mais favorecidos, onde se concentra a maior parte da demanda interna. Esse fato anulou um isolamento parcial, responsável pela preservação da estrutura tradicional.

O advento da BR 101 favoreceu a emergência de novas aglomerações às margens da rodovia e proporcionou o deslocamento da população do litoral (Porto Seguro) para o interior (Eunápolis) que, de acampamento para a construção da estrada, se tornou centro de referência para a região do Extremo Sul, onde se concentrou as inovações e o centro econômico regional. A mudança que se deu pela construção da estrada favoreceu mais diretamente Eunápolis a Porto Seguro que, a partir de então, passou a atuar como periferia. Esse fato reforça o estudo de Christaller, quando afirma que o turismo é uma atividade capaz de ser desenvolvida com sucesso em espaços periféricos.

Na década de 1970, houve uma mudança no posicionamento mercadológico de Porto Seguro, em função da intensificação da demanda após a construção da BR 101. O ponto central da mudança foi a decisão política de explorar o maior fator de atratividade da região, que foi o fato de ali ter sido descoberto o Brasil. As estratégias de promoção voltaram-se para explorar as praias e o diferencial histórico direcionados para um público jovem, sobretudo estudantes do Centro-Sul do país.

Parcerias foram implementadas, no sentido de almejar sucesso nesse novo posicionamento, entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria Estadual de Turismo e as operadoras Wellcome e Intersul, pertencentes ao grupo Pão de Açúcar. Mas essa estratégia fracassou, pois como o público era composto por estudantes e, na época, a infraestrutura na localidade era precária, os pais não permitiam a viagem. Por outro lado, a estratégia foi positiva, pois reforçou a imagem do destino como “lugar onde tudo começou”, nos centros emissores.

Foi somente na terceira tentativa de posicionamento mercadológico que o sucesso desejado foi atingido, já na década de 1980. O patrimônio natural e a origem histórica continuaram a receber ênfase, mas, o advento do ritmo musical “lambada” favoreceu a divulgação do destino em âmbito mundial, intensificando o fluxo e fomentando o surgimento de hotéis, pousadas e serviços de apoio ao turismo, ocupando o espaço de forma desordenada, e forçando melhorias na infraestrutura. A excessiva divulgação impulsionou o turismo de massa e contribuiu para a deterioração do destino. De outra parte, a massa de desempregados provenientes da lavoura cacaueteira, em crise, migrou para a região em busca de um posto de trabalho no mercado turístico local, fato esse que aumentou a pressão social na Costa do Descobrimento. As medidas minimizadoras dessa realidade só tornaram-se possíveis na década de 1990.

Em função do crescimento desordenado do turismo em Porto Seguro e conseqüentemente, a pressão que os novos empreendimentos passaram a exercer sobre a infraestrutura básica, cuja situação já foi referenciada no presente trabalho, foram demandadas ações do poder público voltadas para prover a melhoria da infraestrutura básica na região.

A partir de 1991, a região da Costa do Descobrimento sofreu intervenções espaciais em função da materialização das diretrizes inerentes ao PRODETUR, contudo os efeitos pretendidos podem ser mensurados parcialmente, pois a consolidação total das ações do programa será visível a longo prazo.

Nesse sentido, em 1998, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, realizou um estudo cujo objetivo era analisar se as ações implementadas na região contribuíram

para o desenvolvimento turístico sustentável, transformando positivamente a qualidade de vida dos residentes.

Desse modo, constatou-se que os investimentos públicos na região contribuíram para atrair investimentos privados, gerando assim mais postos de emprego para a população local, incrementando os serviços turísticos locais e fomentando a melhoria da qualidade de vida da população. Quanto aos investimentos da iniciativa privada, cujos objetivos estão também canalizados com os do PRODETUR, estima-se que para cada US\$1,00 aplicado em infra-estrutura pública, tem-se a previsão de US\$ 6,45 em investimentos privados.

Contudo, resta saber se a população residente está qualificada para ingressar nos novos postos de trabalho ou acontecerá a importação de mão-de-obra, aliás, muito comum no turismo. Paralelamente a esse problema, contido na agenda dos pontos relevantes para essa zona turística, prevê-se a promoção de programas de treinamento para a utilização da mão-de-obra local.

Dentre outros aspectos levantados nessa avaliação, investigou-se o perfil do turista, o fluxo anual de turistas para a Costa do Descobrimento, utilizando-se uma série histórica desde 1993 a 1999, que apresentou um incremento na ordem de aproximadamente 433.000 turistas. Constatou-se também que o meio de transporte mais utilizado pelos turistas que chegam à região é o rodoviário, fato que ressalta a importância da BR 101 para o incremento do turismo regional. O motivo que mais representou as viagens para a área em estudo foi o lazer diferentemente do que acontecia em 1974, ano em que o principal motivador era o fator histórico, segundo o plano diretor da orla marítima de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

Com o objetivo de minimizar os fluxos da sazonalidade, o Governo do Estado implantou na região o centro de convenções de Porto Seguro, buscando atrair os turistas motivados por eventos, que independem da alta estação para ocorrer.

Apesar de todos os investimentos referenciados, alguns aspectos foram elucidados pela população entrevistada, como: a ausência de áreas públicas de convivência, extremamente necessárias para o lazer das comunidades receptoras; a

pavimentação das ruas, que muitas vezes, em cidades turísticas, só acontece nos circuitos visitados, marginalizando os bairros localizados fora dos roteiros turísticos. Outro aspecto levantado, de extrema importância para o desenvolvimento turístico, foi a necessidade de maior segurança. “O planejamento do turismo é, em princípio, complicado porque tem que conciliar os interesses de uma população que busca o prazer num local onde outras pessoas vivem e trabalham. Satisfazer a ambas não é tarefa fácil. Neste embate, há conflitos frequentes e inevitáveis [...]” (RODRIGUES, 1996).

Na realização da pesquisa, constatou-se os benefícios referentes à geração de emprego, educação, saúde e habitação. Dessa forma, observa-se que as iniciativas voltadas para o desenvolvimento turístico têm contribuído para a melhoria da realidade social da Costa do Descobrimento. Contudo, a população sugere que novas ações sejam implementadas em infra-estrutura, na área social, educação e geração de emprego e renda.

O perfil do empresário foi outro aspecto levantado na investigação, demonstrando que a grande maioria é oriunda de outros Estados e foi atraída pelas oportunidades profissionais, como também pela vontade de usufruir da qualidade de vida ofertada na região. A maioria dos equipamentos turísticos é de pequeno porte, e os proprietários se sentem excluídos das correntes turísticas que chegam nos “pacotes” das grandes operadoras. Esse fato pode ser explicado pela aquisição, por parte das operadoras de empreendimentos hoteleiros na região, como forma de maximizar os lucros, acomodando seus clientes em hotéis próprios.

A partir da análise dirigida para esses aspectos, confirma-se a hipótese de que as ações do PRODETUR na Costa do Descobrimento, no período de 1994 a 1998, têm contribuído para promover o crescimento do turismo sustentável, gerando emprego, renda, elevação do padrão do visitante e a melhoria da qualidade de vida da população local.

É sabido que a região da Costa do Descobrimento abriga povos indígenas, sobretudo os Pataxós, que podem estar inseridos no processo de desenvolvimento turístico regional, sem se tornar um atrativo, mas contribuindo para a diversificação

da oferta turística local. Neste sentido, temos a Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira, que, a partir da organização interna, recebe ajuda financeira do Ministério da Cultura e onde foi montado um espaço, numa reserva de Mata Atlântica secundária, voltado para receber turistas. Nesse espaço são realizadas trilhas pela mata e apresentados alguns aspectos culturais (os que são permitidos). Essa iniciativa vem desmistificar a imagem gerada em torno das comunidades indígenas, contribuindo para a melhoria da autoestima dessa população historicamente marginalizada. Ainda, fomenta o resgate das manifestações culturais desse povo. Esses aspectos merecem uma análise mais aprofundada, que será realizada em um segundo momento.

Dentre as ações para a inserção dessas comunidades no desenvolvimento turístico, estaria o fornecimento de produtos hortigranjeiros aos empreendimentos, assim como a venda do artesanato “autêntico” indígena e ainda o aproveitamento dos índios como guias e guardas dos parques estaduais.

Essas iniciativas deveriam constar da pauta das ações do PRODETUR na Costa do Descobrimento, pois atualmente os índios são considerados operadores da sociedade civil e as alternativas relacionadas seriam uma opção de renda para essas comunidades, que estariam inclusas no processo de desenvolvimento local.

A infraestrutura urbana de Porto Seguro foi totalmente configurada em função do desenvolvimento turístico, afirmação essa ressaltada pelo fato de que o período de desenvolvimento do PROM-BA – Programa de Remanejamento da Orla Marítima do Estado, década de 1970, coincide com a época da intensificação do fluxo turístico para a região.

O período anterior a esse processo de planejamento não demandou investimentos nesse setor, pois era a ausência deles que atraía os turistas da época. Contudo, com a implantação da BR 101 e a localização geográfica privilegiada de Porto Seguro, foi incrementada a demanda para esse destino, forçando iniciativas governamentais que visam a ampliação da infraestrutura que era precária e, inclusive, prejudicou um dos posicionamentos mercadológicos, o que era voltado para a atração de estudantes.

A estratégia visava a mudança no perfil do visitante, e para tanto demandava mudanças também na estrutura receptiva, que se desenvolveu de forma desordenada e sobrecarregou a infra-estrutura básica existente, prejudicando a distribuição dos serviços em rede. Nesse aspecto, visualiza-se claramente a necessidade do estabelecimento de ações, a partir de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, no sentido minimizar os efeitos negativos da ocupação do espaço.

Os investimentos realizados pelo PRODETUR contribuíram para a projeção de Porto Seguro no cenário mundial. Isso implica no ingresso de um volume maior de visitantes, que por sua vez demandarão uma quantidade maior de serviços, que devem estar disponíveis em padrões qualitativos satisfatórios para não prejudicar a imagem do destino, em função da superlotação, que contribui para a deterioração do espaço utilizado. Assim, as ações de planejamento e mensuração das transformações devem ocorrer de forma cíclica, visando detectar as alterações geradas pela intensificação de visitas.

O aeroporto de Porto Seguro se apresenta hoje como o que movimenta o maior volume de turistas em todo o Nordeste, segundo dados do Jornal A TARDE da primeira semana de janeiro. Durante o período do último Reveillon, a Costa do Descobrimento recebeu em torno de 150.000 turistas, dado que demonstra a força mercadológica da região. Esse número afirma também a necessidade da continuidade de ações voltadas para a minimização dos impactos negativos gerados pela atividade turística, principalmente no que toca ao deslocamento da população local em função da especulação imobiliária, como também ao aumento do custo de vida, em virtude dos altos preços praticados em cidades turísticas.

Um aspecto que merece grande atenção da Superintendência de Desenvolvimento do Turismo no Estado – SUDETUR é o fato de as comunidades indígenas serem referenciadas e contempladas com as ações do Programa, pois, apenas a título de recordação, eles eram os donos da terra que lhes foram “usurpadas”, sem respeito às suas formas tradicionais de vida. São diferenciados constitucionalmente, considerados relativamente incapazes, e por consequência, as ações voltadas para a inserção desses grupos no processo de desenvolvimento devem ser também

diferenciadas. Contrastando com esse entendimento, em nenhum momento fez-se referência a esses grupos, talvez por que sejam um empecilho para a implantação de empreendimentos, na medida em que buscam resgatar o maior bem que lhes pertencia: A TERRA.

4.4 OS ÍNDIOS DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

4.4.1 Breve histórico dos povos indígenas que habitaram a Região do Extremo Sul

Existe uma precariedade de informações sobre as características socioculturais e demográficas dos diferentes povos indígenas que habitavam a região estudada, no período pré-cabralino. Contudo, alguns estudos do PINEB – Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste do Brasil – executado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), referenciando autores como: Carvalho (1977), Agostinho (1988) e Sampaio (1994), atribuem importantes informações sobre tais aspectos.

A região do Extremo Sul da Bahia era habitada por diferentes etnias, que viviam em confronto pela disputa do território. Segundo Sampaio (1994 *apud* SEI, 1998), a faixa costeira era habitada pelos Tupis, que migraram para o nordeste do Brasil, oriundos do sul do país. O mesmo autor indica que esse grupo possuía uma grande homogeneidade cultural e linguística e eram divididos em diversas unidades políticas.

Essa população litorânea da época, foi denominada de Tupiniquins ou Tupinambás, eram mais sedentários que os povos localizados no interior e apresentavam-se concentrados em grandes aldeias, com população que oscilava de mil a três mil pessoas. A estrutura produtiva era baseada na caça, na pesca e na agricultura, e o cultivo era basicamente de milho e mandioca (SAMPAIO, 1994 *apud* SEI, 1998).

Dentre os grupos indígenas que habitavam o interior da região, cita-se os Pataxó, Maxacali, Botocudo, Puri e Kamakã. Segundo Sampaio (1994), os grupos do interior

eram culturalmente heterogêneos, costumavam se organizar em pequenos grupos de apenas algumas famílias, que não ultrapassavam uma centena de indivíduos, mudavam do local de moradia a cada estação agrícola, e a caça e a pesca eram as atividades produtivas mais relevantes para sua sobrevivência.

As relações sociais desses povos foram redefinidas com a chegada dos portugueses, que buscaram o envolvimento com os grupos indígenas litorâneos para as primeiras tentativas de ocupação da área, que foram concentradas em Porto Seguro e em Caravelas (FIBGE, 1958 *apud* SEI, 1998).

Os Tupi, costeiros, foram os primeiros a sofrer as conseqüências do processo de “civilização”, estimulado pela igreja católica e necessário às estratégias de ocupação do território idealizadas pelos portugueses. As conseqüências desse contato interétnico materializaram-se na disseminação das doenças contagiosas trazidas pelos portugueses, que dizimaram grande parte da população indígena. O aliciamento de indígenas implicou na destruição do universo cultural desse povo e negou a identidade étnica e política deles. Sampaio (1994 *apud* SEI, 1998), relata que praticamente não existia Tupiniquins livres na costa sul da Bahia ao final de 1500.

Já os Aymoré, como eram chamados os índios que habitavam o interior da região, foram extremamente resistentes à ocupação e dominação lusitana, organizavam constantes ataques às vilas em formação, fato que impedia a consolidação da ocupação portuguesa na área. Muitos documentos oficiais da época, sobretudo aqueles do século XIX, retratam a hostilidade presente nas relações sociais entre índios e portugueses, o tipo de tratamento alocado pelos empreendedores locais e pelas autoridades públicas aos índios, variava em função do grau de aproximação e da utilidade dos índios enquanto mão-de-obra (CARVAHO, 1977 *apud* SEI, 1998).

Outros documentos apontam que muitos grupos indígenas da época já conviviam de forma pacífica com a sociedade regional desde o séc XVIII. Dentre esses grupos pacíficos estavam os Pataxó, como pode ser visto nos relatos de viagem do príncipe de Wield-Neuaield, de 1817, *sobre* os sertões de Alcobaça, onde habitavam os Pataxó e Maxacali. Segundo ele, “os Pataxó estavam em contato amigável com os

habitantes locais, há três anos, com os quais mantinham relações comerciais...” (CARVALHO, 1977 *apud* SEI, 1998). “Em relação ao povo Pataxó, essa pesquisadora localizou registros de que, no século XIX, existiam alguns bandos em contato intermitente com a sociedade regional, grupos mais resistentes e ainda grupos hostis” (SEI, 1998, p. 28).

As relações conflitantes estavam estabelecidas em todas as esferas, seja entre os índios e os colonos, seja entre os índios e as altas esferas governamentais. Segundo Sampaio (1994), no início do século XIX, o Governo Real assumiu o combate aos índios selvagens que ameaçavam os projetos lusitanos de expansão colonial, e sucessivos ataques foram realizados para dizimar esses grupos.

Em meados do século XIV, o presidente da Província da Bahia, motivado por preocupações relativas aos constantes conflitos entre os índios e a sociedade regional, ordenou a concentração de todos os índios já subjulgados numa única aldeia (SAMPAIO, 1994; CARVALHO, 1977, AGOSTINHO, 1988 *apud* SEI, 1998). Supõe-se que foi nesse cenário que se constituiu a aldeia de Barra Velha. Mais uma vez, as iniciativas governamentais relegam e marginalizam o fato das diferentes identidades e organizações sociopolíticas entre os índios. Essa negação condicionava os índios às facilidades de manipulação pelo governo. Os índios que resistissem à referida forma de integração poderiam ser dizimados. Foi o que ocorreu, segundo Ribeiro (1970), com os grupos indígenas autônomos da região cacauera, que foram dizimados pelos plantadores de cacau que mandaram espalhar roupas contaminadas por lepra e varíola entre eles.

4.4.2 As terras indígenas do Extremo Sul

Segundo o Ministério Público Federal (2000), o total de terras indígenas da Costa do Descobrimento é de seis (Figura 7), todas pertencentes ao povo indígena Pataxó, que se inserem ao grupamento indígena denominado Grupo 4 - integrados, caracterizados como um grupo que têm transitado pelos estágios anteriores. São eles: 1 - isolados; 2 - em contato intermitente; 3 - em contato permanente. O grupo 4

(integrados) caracteriza-se pela perda da língua e outras características tribais e raciais, mantendo, contudo uma forte ligação à sua identidade indígena.” (LOBO, 2000).

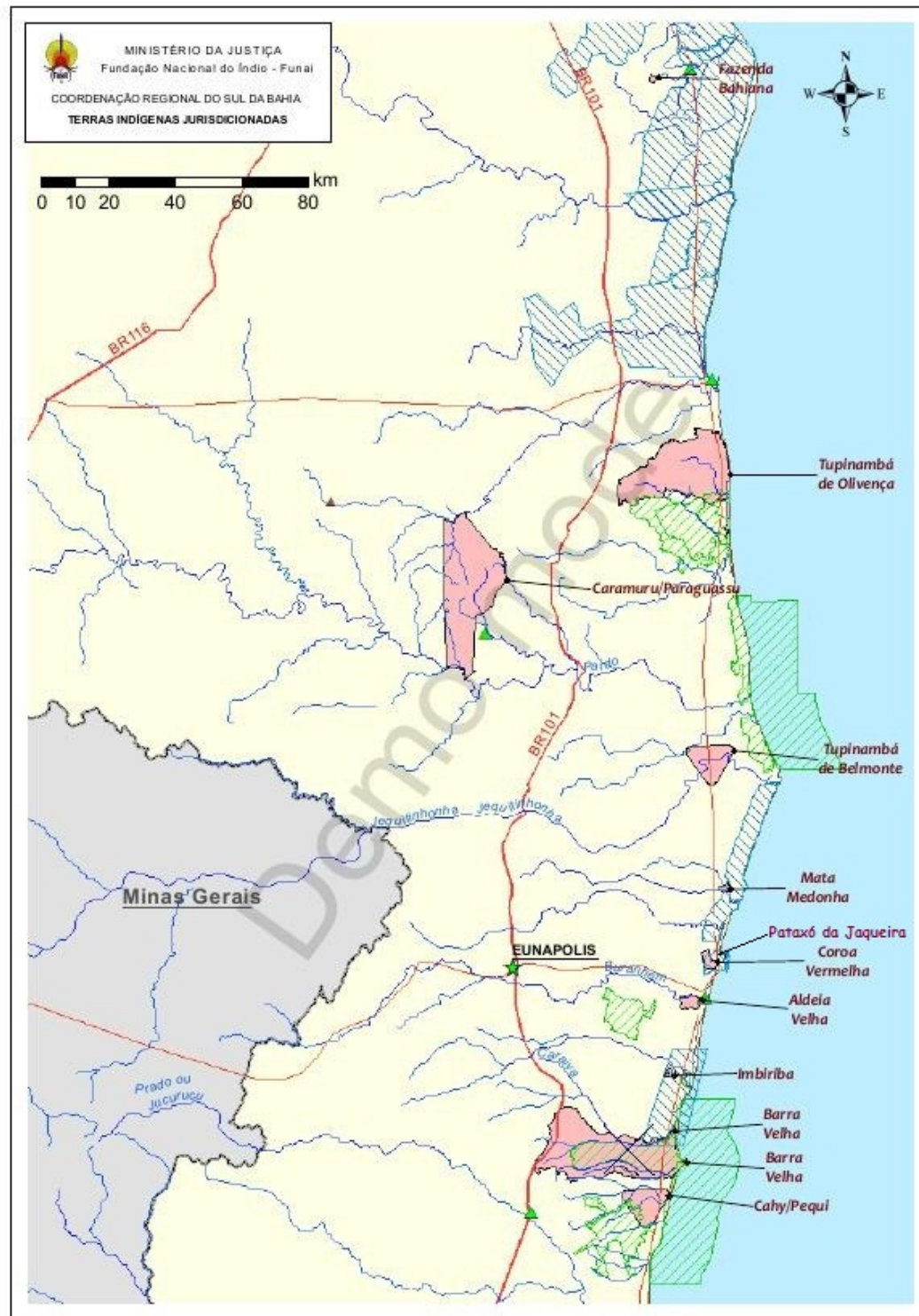


Figura 7 – Mapa das terras indígenas da Costa do Descobrimento
Fonte: www.vivacaraiva.com.

Dentre as terras indígenas da Costa do Descobrimento, podemos citar: Barra Velha (Porto Seguro), com os núcleos de ocupação indígena da Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata e Monte Pascoal; Terra Indígena Águas Belas (Prado); Coroa Vermelha (Santa Cruz de Cabrália); Terra Indígena Aldeia Velha (Arraial D´Ajuda, Porto Seguro); e Terra Indígena Corumbauzinho (Prado); Terra Indígena Monte Pascoal (Porto Seguro) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2000).

Estima-se que o total da população indígena da Bahia, que encontra-se distribuída nas 30 terras indígenas do estado, totalizando 22.374 habitantes. A Costa do Descobrimento concentra 13.366 índios, o que representa aproximadamente 60% da população indígena do estado. Apenas duas terras indígenas da Costa do Descobrimento são juridicamente regularizadas: a Terra Indígena da Barra Velha, com área total de 8.627ha e a Terra Indígena da Mata Medonha, com área total de 500 ha (SEI, 2002).

4.5 A ALDEIA DA BARRA VELHA E A FORMAÇÃO DA COROA VERMELHA

Conforme já citado no item anterior, a aldeia de Barra Velha (Figura 8) foi constituída por imposição do Governador de Província da Bahia, em 1861, que na tentativa de congrega os índios dispersos, mandou fundar a aldeia. Os índios ali aldeados mantiveram-se relativamente isolados, mantinham contatos esporádicos com os pequenos comerciantes, fazendeiros e pescadores da região. As autoridades e a sociedade local mantiveram o esquecimento com relação àquela comunidade. Até quando o Jornal A Tarde, em 30 de maio de 1951, publicou a ocorrência de um conflito em suas terras, provocado por homens brancos. Os índios tiveram que fugir da aldeia, pois tudo foi incendiado (GRUNEWALD, 2002).



Figura 8 – Aldeia de Barra Velha
 Fonte: www.flickr.com/photos/strombetta

“Depois do massacre de 1951, um grupo de Pataxó partiu da aldeia de Barra Velha em busca de um lugar onde pudesse morar sem haver morte, como o que aconteceu de onde estavam saindo. Todos estavam tristes por não terem respeito e muito menos direito às suas terras. Mas o cheiro da natureza faz com que o espírito continue aceso e vá em busca do seu Kljeme” (KATÃO PATAXÓ – sem ano).

O acontecido em 1951 provocou uma diáspora dos indígenas da Barra Velha que se espalharam pelas matas da região. *“... a decadência se expandia dentro da nossa tribo, o meu povo estava dividido em pequenos grupos e os que ficaram na aldeia de origem que é a Barra Velha tinham sofrido demais⁸” (KATÃO PATAXÓ – sem ano).*

Alguns índios retornaram para Barra Velha e iniciaram a reconstrução da aldeia. Em 1961, cria-se o Parque Nacional do Monte Pascoal, que em função de ser voltado para a preservação ambiental, proíbe a caça, a coleta e o cultivo de roças, elementos que sugerem a expulsão dos índios do Parque. Outra dispersão ocorreu entre os índios, algumas famílias novamente resolveram retornar e buscaram o auxílio do SPI

⁸ Casa de Índio

– Serviço de Proteção ao Índio, e conseguiram permanecer na área a partir de negociações com o IBDF.

Com a extinção do SPI, cria-se a FUNAI, que reconhece os habitantes da Barra Velha como Pataxó. A decadência na forma de sobrevivência continua marcando a existência dos Pataxó de Barra Velha.

A construção da BR 101 e da BR 367 alimentava grandes expectativas na sociedade regional, sobretudo em função da promessa do turismo ser efetivamente dinamizado na região. Partindo dessa análise, um chefe de posto indígena da FUNAI, chamado Leonardo Machado, apresentou colares produzidos por índios Xerente e alguns vendidos na loja Artíndia da FUNAI. Foi a partir dessa apresentação que os índios da Barra Velha passaram a experimentar o artesanato como alternativa econômica para a aldeia.

No ano de 1972, uma família dos Pataxó que vivia fora dos limites da Barra Velha muda-se para Coroa Vermelha e instala-se no local em que foi realizada a primeira missa do Brasil. No ano seguinte, várias outras famílias oriundas da Barra Velha deslocam-se para Coroa Vermelha. Esse período coincide com o início da dinâmica do turismo em Porto Seguro. Na década de 1970, a atividade acontecia ainda de forma tímida, mas a partir da década de 1980, o fluxo foi intensificado. Em 1974, foi inaugurado o marco do descobrimento, exatamente no local onde a primeira família Pataxó se instalou. O marco do descobrimento criou um símbolo de atratividade turística e os índios moradores do local fixaram-se numa aldeia urbana e comercial, passando a viver exclusivamente da venda do artesanato para turistas.

O turismo que, por natureza, é sazonal, repercutiu na alteração demográfica da aldeia. Muitos índios viviam na Coroa Vermelha apenas no verão, mas por interesses na demarcação das terras, muitos deles optaram por viver definitivamente na aldeia.

Contudo, necessitavam de terras para o cultivo e de sementes para a produção do artesanato. Motivados por essa necessidade, decidiram ocupar uma faixa de mata próxima à praia, que desmataram, vendendo parte da madeira aos madeireiros e

parte sendo utilizadas para a produção de gamelas, sendo muito criticados pelo desmatamento que provocaram. Atualmente, a área desmatada é destinada para a agricultura e pecuária. Outra parte da mata foi ocupada e destinada à preservação ambiental.

“Em abril de 1998, a Terra Indígena da Coroa Vermelha é demarcada em duas glebas: Praia (contendo a área do descobrimento, residências e comércio indígena) e Mata (contendo as duas florestas ocupadas, sendo uma destinada à agricultura e outra à preservação ambiental)” (GRUNEWALD, 2002).

Foi com esse pano de fundo que a aldeia da Coroa Vermelha foi constituída e atualmente apresenta-se como uma importante fonte de renda para o povo indígena, que vive da venda do artesanato para turistas.

Politicamente, a estrutura é marcada pela falta de delegação de poderes, as relações são igualitárias, e não existe apropriação da informação. O cacique não ordena o que deve ser feito e se caracteriza como representante da tradição, como um consultor para as questões que norteiam os rumos da aldeia. As relações de propriedade da terra não se caracterizam como individuais, mas como bens coletivos. A terra é identificada como sagrada por prover a eles a alimentação através da caça, da pesca, do material para a confecção de adornos, redes e artesanato. Os índios são criados para depender exclusivamente da natureza, no que concerne à transformação da matéria prima em instrumentos provedores de subsistência.

Existe nas relações um grande respeito pelas pessoas, plantas e animais. As relações conjugais são pautadas na igualdade. Existe muita tolerância, respeito e liberdade pelas crianças da aldeia. Os mais idosos são transmissores de conhecimentos para os mais jovens.

“Em noite de luar os nossos velhos sempre contam histórias dos conhecimentos, como fazer muitas coisas, como por exemplo: fazer colheita, plantio, derrubadas de roças e a época certa de tirar madeiras para fazer as casas e outras coisas”. “As

estrelas nos indicam o caminho do norte, do sul, do leste e oeste, através do Cruzeiro do Sul e outros astros que fazem a composição do céu” (KATÃO PATAXÓ).

No que toca a questão religiosa, existem os pajés, responsáveis desde pequenos para a atuação como líderes religiosos, capazes de manter a união e a harmonia do grupo. Os pajés possuem o dom da cura, recebem avisos dos antepassados pelos sonhos, identificam os perigos espirituais que pairam sobre a aldeia e indicam caminhos que devem se seguidos.

É relevante explicitar um trecho da entrevista realizada com um jovem índio chamado. “Potiburi” (Palmeira), 15 anos, morador da Coroa Vermelha.

ENTREVISTADOR: e sobre as crenças religiosas de vocês? Religião, como é a religião dos índios Pataxó?

INDÍO: rapaz agente mesmo não tem religião.

E: mas vocês cultuam Deuses?

I: Tupã, sim.

E: e tem índio católico, índio batista, como é isto?

I: rapaz agora tem.

E: são muitos?

I: muitos

E: A sua religião qual é?

I: rapaz, só pra mim Tupã, pra potiburi, angorro, corroco, criouca

E: O que você falou?

I: Eu falei, eu mesmo era muito a Deus na religião.

Um aspecto observado durante o trabalho foi a relação do índio com a utilização do corpo como instrumento produtor de sons nas celebrações, na caça, ou no luto. Eles produzem sons só por eles interpretados. Um instrumento sagrado para os índios é o Maraká (Figura 9), só é utilizado em cerimônias para convidar os espíritos dos antepassados ao presente a fim de receberem revelações. “O maraká é como se fosse o coração, sem ele não vivemos...” (KATÃO PATAXÓ).



Figura 9 – O Maraká
Fonte: www.1000dias.com

O fogo é um elemento utilizado para estabelecer uma relação com o mundo superior e é desejado por todos por representar o espírito guerreiro.

Nas noites de celebração a fogueira é sempre presente. Nesses momentos, a simbologia da cultura indígena é expressada de várias formas, como pinturas no corpo, que significam também padrões específicos da estrutura social: idade, sexo, posições na comunidade, utilização de adornos. A transmissão desses elementos são sempre realizados por pessoas mais velhas e a aprendizagem está relacionada à questão de gênero, pois cabe às mulheres a especialização em algumas manifestações artísticas, e aos homens, outras.

“O colar para o povo Pataxó representa uma energia muito grande. Os colares no uso dos índios não são apenas um enfeite, mas sim proteção. No material usado é feito um preparo para que o usuário seja protegido pela força da Mãe Terra e da energia das plantas que nos dão as sementes.” (KATÃO PATAXÓ).

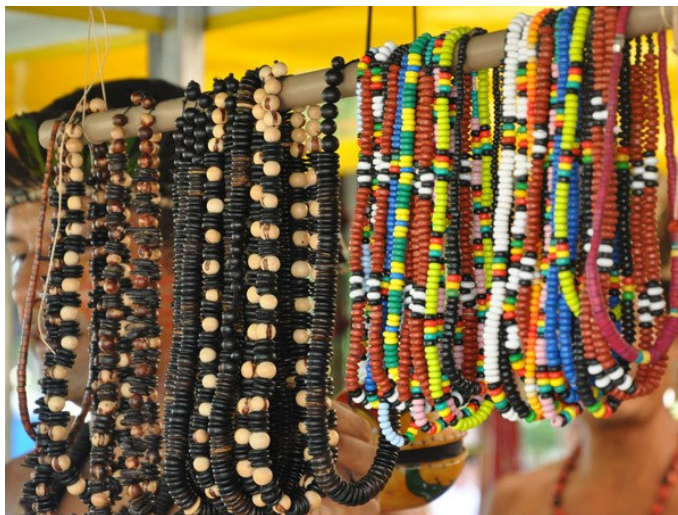


Figura 10 – Colares produzidos pelos índios da aldeia de Barra Velha
Fonte: www.verde.br.msn.com-artigo

O trabalho na sociedade indígena é dividido pelo sexo e pela idade, a exemplo da produção do artesanato. Cabe aos homens a produção de cocares, flechas, lanças, gamelas, pentes, colheres, facas, garfos, pratos e copos produzidos em madeira. Já as mulheres produzem os adornos com penas e sementes de frutas, sendo muito comum a produção de colares, brincos, cortinas, esteiras e chapéus (Figura 11).



Figura 11 - (A) Artesanato Pataxó. (B) Utensílios fabricados pelos índios de Barra Velha
Fonte: www.trancosobrasil.com.br

Antes de detalharmos a situação da Barra Velha, atribuiremos algumas observações à localidade de Caraíva, que mantém fortes relações com a população indígena da Barra Velha.

Caraíba é um Distrito de Porto Seguro, encontra-se 740km distante de Salvador, 39 Km de Trancoso, 64 de Porto Seguro. O distrito localiza-se numa península, entre o rio Caraíba e o mar (Figura 12 A). É possível chegar a Caraíba a partir da BR 101, entrando no vilarejo de Monte Pascoal e percorrendo 45Km de estrada de terra, ou pela BR 367, a partir de Trancoso, percorrendo 39km por estrada de terra. O ponto final da estrada é o rio Caraíba, local onde os carros são estacionados. Daí é usado o transporte de canoa para chegar a Caraíba (Figura 12 B).



Figura 12 - (A) Foto aérea do distrito de Caraíba. (B) Travessia Rio Caraíba
Fonte: www.terrastock.com.br

Nesse distrito existe um administrador local, determinado pela prefeitura de Porto Seguro. Caraíba, segundo informações coletadas na sede da administração local, possui aproximadamente 1.000 habitantes. A dinâmica econômica do local está assentada no turismo. A localidade possui 758 leitos e um representante das pousadas, que discute frente à administração local os interesses desse segmento e que luta para o benefício dos empreendedores locais. O segmento alega que a concorrência com os empreendedores externos é muito desleal, pois, na baixa temporada, esses proprietários retornam às suas cidades e estipulam o valor da diária de forma que cubra os custos para a manutenção de um ou no máximo dois funcionários, fato que obriga os empreendedores locais a baixar os preços das diárias para suportar a concorrência.

Esse segmento luta para ser instituída uma taxa de funcionamento para os empresários externos, de forma a priorizar os empreendedores locais.

Existem também representantes dos bares e mercearias que também lutam para a manutenção dos negócios da população local. Em Caraíva existem 3 padarias, 7 mercearias e 1 farmácia.

Outro segmento representado é o dos canoieiros, que são cadastrados na administração local. O total é de 22 canoieiros cadastrados.

Na localidade, encontra-se a Associação Pró-Eco Caraíva, cujo objetivo é direcionar Caraíva para um crescimento ordenado e sustentável, baseado na qualidade dos serviços prestados.

Na vila (Figura 13), o ambiente é muito agradável, o deslocamento é realizado a pé ou em carroças, existindo muitas crianças que direcionam os turistas após a travessia do rio Caraíva para as diversas pousadas do local. É proibida a entrada de veículos motorizados, só visualizamos bugres de índios que são alocados em um local específico e que servem para a realização de passeios.



Figura 13 – Vila de Caraíva
Fonte: www.caraiva.tur.br

Caraíva é um local visitado por jovens, na sua grande maioria oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo, todos possuem o espírito aventureiro, pois os recursos locais não permitem a oferta de muito conforto. O maior movimento é na alta temporada, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Durante esse período, o local fica muito cheio, muitas vezes não existindo opções para hospedagem. Os custos

diários de Caraíva são altos, fato que seleciona o público que frequenta o local. O tempo de permanência médio dos turistas é 10 dias.

Como roteiros turísticos oferecidos em Caraíva, encontramos o passeio de lancha ou de canoa pelo Rio Caraíva e a ida de Jipe até o Monte Pascoal; o passeio de barco às praias do Espelho e Curuípe; passeio de bugre a Corumbau e à aldeia de Barra Velha.

A aldeia indígena é oferecida aos turistas como roteiro, está localizada há aproximadamente 7 Km da vila de Caraíva e o acesso pode ser realizado por uma estrada de barro, pelo caminho da praia, a pé, de bugre ou a cavalo.

A aldeia possui aproximadamente 2.000 índios. O cacique é o Sr José Ferreira dos Anjos, ou Taquari Pataxó – Flecha do Arco. Há trinta anos é o cacique da aldeia.

A casa do cacique é a primeira da aldeia, localizada em frente ao mar, arrodada de coqueiros e amendoeiras.

Na aldeia, existem muitas casas, distribuídas em diversas ruas. A construção é de taipa, coberta com telhas. Apenas o local destinado aos rituais é no formato redondo, coberto com palhas.

A aldeia possui um posto da FUNAI, duas escolas indígenas, um posto de saúde, a residência dos professores e o Centro Cultural Pataxó (Figura 14), que se encontra destruído, pois incendiou parte do telhado.



Figura 14 – Centro Cultural Pataxó
Fonte: www.turismoemdebate.blogspot.com

Nas escolas são oferecidas aulas de informática, da história de Porto Seguro, de computação e de vídeo, além das disciplinas comuns à grade curricular do ensino fundamental e médio. Foi construída pela FUNAI e é administrada pela prefeitura de Porto Seguro. Sua estrutura conta com 10 salas de aula com capacidade para 40 alunos, 1 sala de computação, 1 biblioteca, 1 sala de vídeo, 1 sala de leitura. Existem 15 professores, sendo 6 indígenas.

Conforme depoimento de um dos professores⁹, “*o objetivo da escola é apenas formar os índios para a vida, voltados para o protagonismo indígena*”.

Na área de saúde, os índios contam com atendimento médico nas segundas e terças-feiras, e existe um auxiliar de enfermagem disponível de segunda a sexta-feira. Como recurso para transporte de doentes, está disponível para os índios uma Toyota que fica todos os dias da semana na aldeia. A localidade conta também com dois agentes de saúde que lá ficam todos os dias. As maiores incidências de doenças estão ligadas à pele como sarna e também doenças respiratórias.

⁹ Depoimento coletado durante a pesquisa de campo, em entrevista realizada no dia 17/7/2003.

O abastecimento de água é feito a partir de poços artesianos que, através de bombas, direcionam a água para um tanque central, e este distribui para a aldeia. Não existe saneamento básico.

A caça e a pesca eram muito presentes como forma de subsistência, mas atualmente a caça é parca. É muito comum em Barra Velha a criação de animais como galinhas, porcos e gado. As plantações também são muito presentes, sobretudo o milho e a mandioca.

As condições de vida do povo Pataxó de Barra Velha são severas. Plantam para comer e faltam muitos recursos para viver com dignidade. A única forma para a entrada de dinheiro na aldeia é a venda de artesanato na vila de Caraíva. É muito comum em Caraíva encontrarmos crianças indígenas vendendo colares, brincos, pulseiras e pentes, e muitos não conseguem estudar porque precisam ajudar a família com a venda desses produtos.

Já a aldeia de Coroa Vermelha possui uma realidade diferente da vivida em Barra Velha. Coroa Vermelha é uma aldeia urbana (Figura 15), está situada bem próxima a um dos principais destinos turísticos do Brasil, que é Porto Seguro. Portanto recebe impactos diferentes dos ocorridos em Barra Velha.



Figura 15 – Aldeia de Coroa Vermelha
Fonte: www.atarde.com.br

Conforme afirma Grunewald (2002), a Coroa Vermelha caracteriza-se como uma sociedade indígena que ampliou seu patrimônio sociocultural através de uma trajetória que foi norteadada pelo turismo.

Coroa Vermelha sempre se configurou como um ponto comercial de visitação ao marco do descobrimento e à cruz da Primeira Missa (Figura 16). A partir de 1980, a dinâmica turística em Porto Seguro foi incrementada e os índios localizados em Coroa Vermelha passaram a ser diretamente beneficiados pela venda de artesanato aos turistas.



Figura 16 – Marco da Primeira Missa celebrada no Brasil
Fonte: www.purl.pt

Segundo Grunewald (2002) os atuais Pataxó perderam muitos dos seus costumes tradicionais e incorporaram vários outros, típicos da população regional.

“todo esse tempo fez com que esquecêssemos a nossa língua para aprender outra que permite nossa comunicação com o mundo...” (KATÃO PATAXÓ).

Quando os interesses políticos voltados para a dinamização do turismo iniciaram, o chamariz estava voltado para o Marketing do Descobrimento. Essa estratégia necessitava dos índios para realizarem as representações da sua cultura nas escolas e em inaugurações oficiais.

Esses acontecimentos, atrelados às exigências impostas pelos turistas em função da expectativa de ver o índio, enquanto ser exótico e, por outro lado, a imposição da

FUNAI para o uso de nomes indígenas, fez com que os Pataxó buscassem o incremento dos itens de cultura gerados em termos da tradição (GRUNEWALD, 2002).

Essa “imposição” incorporou nos índios a necessidade do reforço da identidade e foi assim que um grupo de Pataxó da Terra Indígena Coroa Vermelha¹⁰, organizaram-se e montaram a Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR), que trabalha na gestão da Reserva Pataxó da Jaqueira, iniciando seu funcionamento em 1999 com atividades voltadas para o turismo (Figura 17). A reserva caracteriza-se como um instrumento capaz de promover o desenvolvimento da comunidade indígena, baseado na oferta de um roteiro ecoturístico, onde o patrimônio cultural aparece e o desenvolvimento sustentável assenta as iniciativas.



Figura 17 – Logomarca da ASPETUR
Fonte: www.oyo.com.br

Localizada numa área de 827 hectares de Mata Atlântica, a reserva da Jaqueira (Figura 18) foi idealizada após encontros entre representantes da FUNAI, os índios e um consultor do órgão que obteve experiência com o ecoturismo na Amazônia. Percebendo a possibilidade de diferenciar a oferta turística na região, os agentes envolvidos na materialização do projeto perceberam que a reserva se apresenta

¹⁰ Municípios de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro.

como “um local apropriado para vivenciar e demonstrar a beleza da nossa cultura e preservar o meio-ambiente” (GRUNEWALD, 2002).



Figura 18 – Entrada da Reserva Pataxó da Jaqueira
Fonte: www.pontoapontobahia.wordpress.com

Com essa percepção, os índios organizaram-se e construíram um centro de reuniões e algumas casas em formato arredondado e, às sextas-feiras, passaram a cultivar suas tradições locais.

4.6 TURISMO NA ALDEIA DA BARRA VELHA E NA PATAXÓ DA JAQUEIRA

4.6.1 Agências e Operadoras

A fim de detectarmos o formato da venda dos roteiros turísticos às reservas indígenas da Barra Velha e Pataxó da Jaqueira, entrevistamos 14 agências de viagens. A maioria das agências funcionam em Porto Seguro há 5 e 6 anos, sendo que 21% delas funcionam a mais de 6 anos e outros 21% possuem menos de 1 ano de funcionamento.

A grande maioria das agências entrevistadas é de propriedade da comunidade local, fato que diverge da maioria dos empresários de Porto Seguro, que são oriundos de outros destinos (GARRIDO, 2001).

Com relação à escolaridade, 44% dos entrevistados possuem 3º grau incompleto, apenas 7% dos proprietários completaram o 3º grau e outros 7% realizaram cursos de pós-graduação, o que demonstra a real necessidade da especialização no gerenciamento dos pequenos e médios negócios (Figura 19 A).

Um percentual representativo das agências – 71% – comercializa o roteiro da Pataxó da Jaqueira (Figura 19 B), e esse é um elemento positivo para a dinamização do fluxo turístico na reserva, se considerarmos que, em 2001, apenas uma agência comercializava esse roteiro. A opinião dos entrevistados, quando questionamos a maneira de participação dos índios nos lucros proporcionados pela venda dos roteiros, é muito divergente. Desses, 40% informaram que os índios recebem uma taxa de visitação, 30% atribuíram a renda à venda de artesanato, 20% informaram que os índios não participam na geração de renda e outros 20% que o lucro para os índios é proporcional ao número de vendas (Figura 19 C). Esse fato demonstra que não existe um formato único na política de distribuição do roteiro Pataxó da Jaqueira, o que pode estar sendo prejudicial à comercialização em função da falta de transparência no padrão das relações comerciais estabelecidas. Com relação à classificação do roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira, a forma de venda também é divergente. O total de 80% das agências classificam o roteiro como ecoturístico e 20% como étnico (Figura 20 A), fato que demonstra a inexistência na consolidação da marca do produto. Como a reserva é comercializada há aproximadamente 3 anos, não deveria existir essa duplicidade de classificação da venda. Dos entrevistados, 72% consideram a reserva Pataxó da Jaqueira como local para a prática do ecoturismo, 14% consideram que não é um local para essa prática e 14% não sabem responder (Figura 20 B).

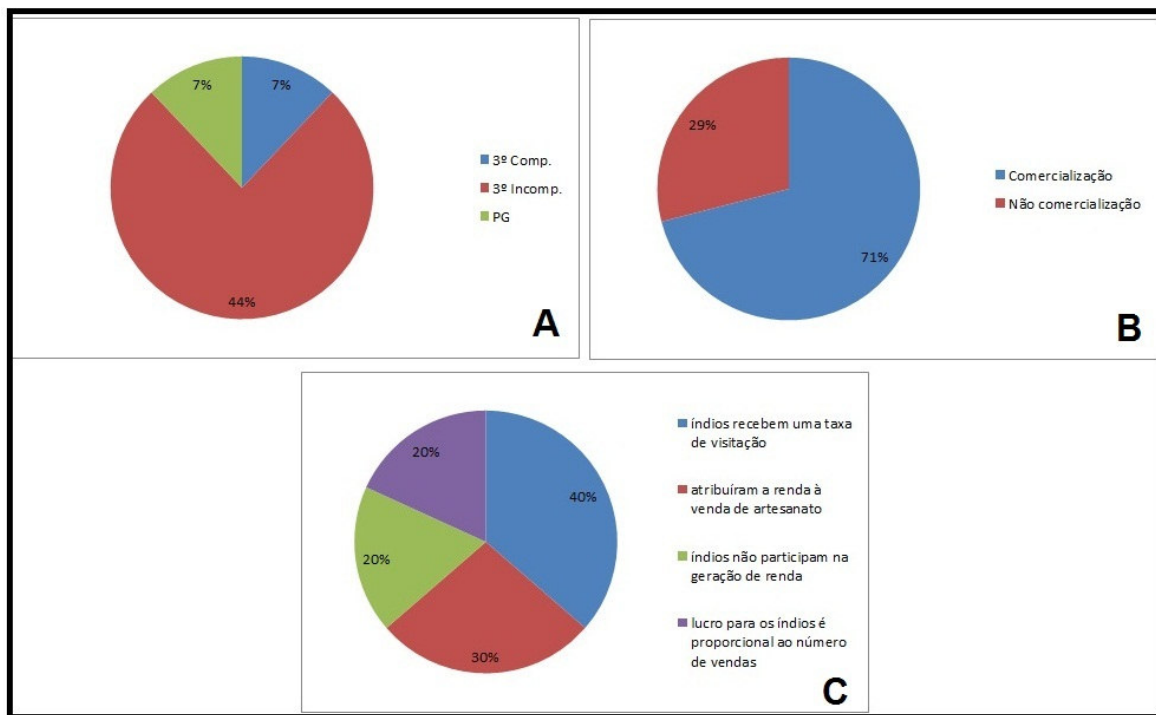


Figura 19 – (A) Escolaridade das agências entrevistadas em Porto Seguro. (B) Percentual das agências que comercializa o roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira. (C) Opinião das agências, quando questionadas sobre a maneira de participação dos índios nos lucros proporcionados pela venda dos roteiros

Fonte: Elaboração própria (2003).

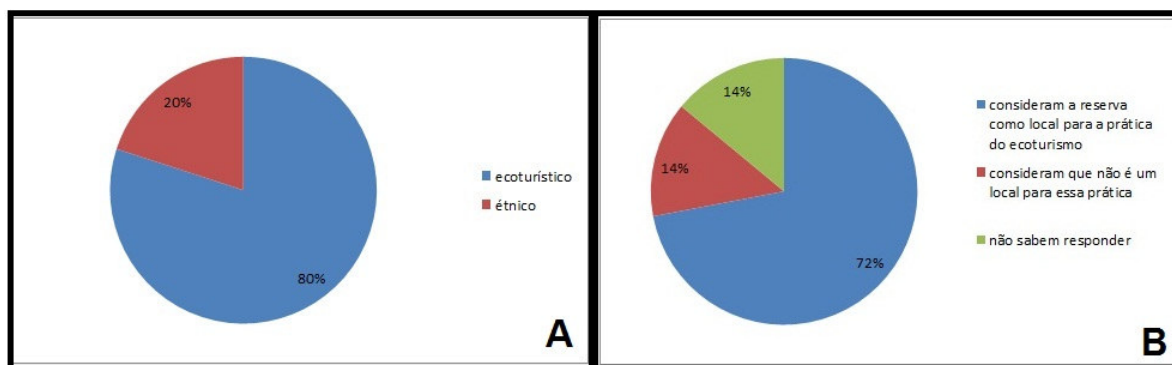


Figura 20 – (A) Classificação do roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira pelas agências de viagem de Porto Seguro. (B) Opinião das agências entrevistadas sobre o roteiro da Reserva Pataxó da Jaqueira em Porto Seguro, 2003

Fonte: Elaboração própria (2003).

Já a aldeia de Barra Velha é comercializada por 50% das agências entrevistadas (Figura 21 A), das quais 71% classificam o roteiro como um local para a prática do ecoturismo e 29% como turismo étnico (Figura 21 B). Quando questionados sobre a opinião pessoal, 79% não consideram Barra Velha como um local para a prática do

ecoturismo, mas 21% consideram. Observamos que a forma de classificação para a venda da Barra Velha não coincide com a opinião pessoal dos entrevistados, fato que merece relevância, pois o destino pode estar sendo desconfigurado em sua essência e atratividade, que é justamente a questão étnica.

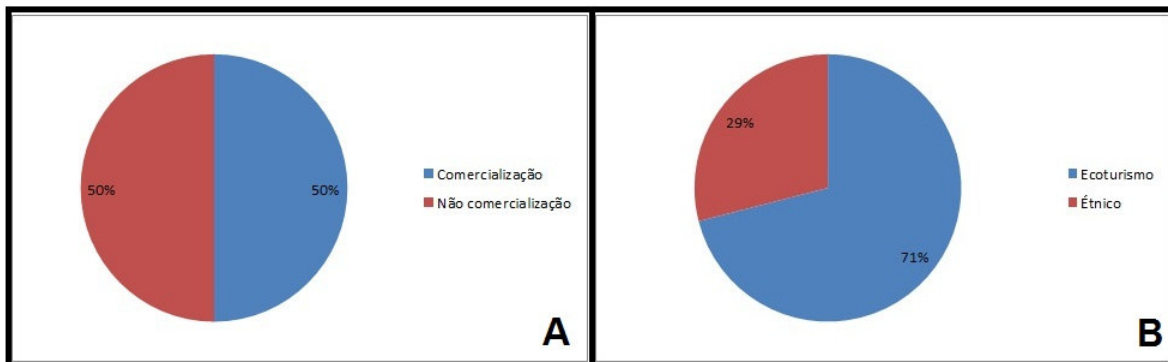


Figura 21 – (A) Percentual das agências que comercializa o roteiro da Aldeia de Barra Velha entrevistadas em Porto Seguro. (B) Opinião das agências entrevistadas sobre o roteiro da Aldeia de Barra Velha em Porto Seguro
Fonte: Elaboração própria (2003).

Com relação à nacionalidade dos turistas que visitam as reservas, 60% das agências afirmam que a maior demanda é dos estrangeiros e 40% de brasileiros (Figura 22). Quando questionados sobre a opinião que os turistas trazem dos roteiros, os entrevistados afirmam que estes gostam da experiência, mas reclamam do assédio dos índios e da aculturação. Os turistas buscam conhecer as histórias e a cultura indígena, e muitas vezes se decepcionam, pois os índios não conseguem transmiti-la.

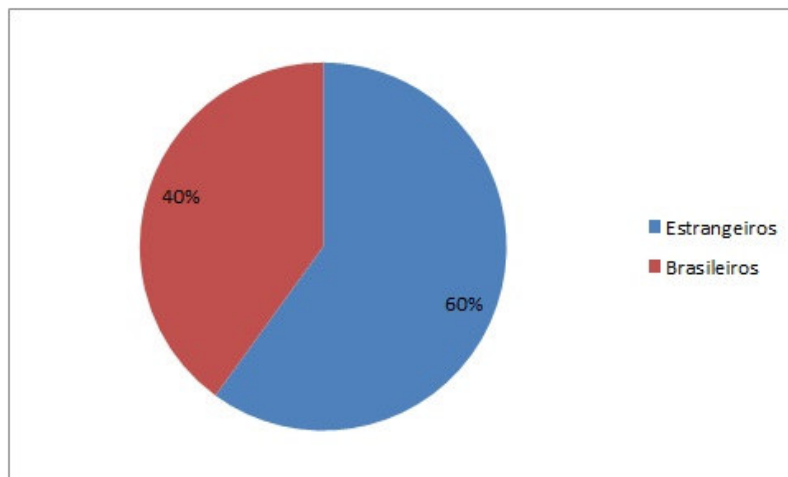


Figura 22 - Nacionalidade dos turistas que visitam as reservas
Fonte: Elaboração própria (2003).

Quando questionados sobre a intervenção do setor privado nas reservas indígenas, 71% desconhecem algum tipo de intervenção, e 29% afirmam que não existe (Figura 23 A). Com relação à intervenção do setor público, 43% não sabem informar, 21% afirmam que há intervenção e 36% afirmam que não há (Figura 23 B). Observa-se a necessidade da articulação entre o setor público, o privado e a comunidade indígena, pois somente dessa forma acontecerá uma dinâmica organizada dos roteiros nas reservas indígenas. Essas articulações devem ser idealizadas a partir das necessidades das comunidades e das percepções dos poderes públicos e privados sobre a forma de atuação com as comunidades indígenas.

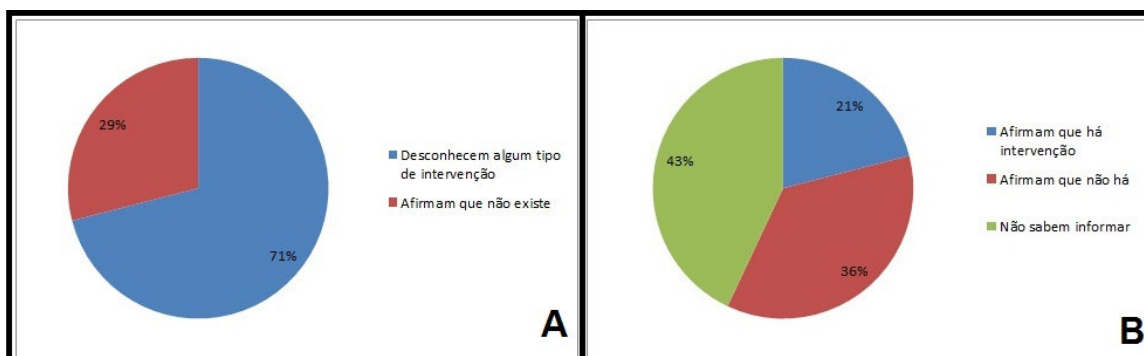


Figura 23 – (A) Opinião das agências quando questionadas sobre a intervenção do setor privado nas reservas indígenas. (B) Opinião das agências quando questionadas sobre a intervenção do setor público nas reservas indígenas
Fonte: Elaboração própria (2003).

4.6.2 Turistas de Porto Seguro

Dos turistas entrevistados em Porto Seguro, 34% possuem idade entre 21 e 30 anos, 30% entre 31 e 40 anos, 16% entre 41 a 50 anos, 14% acima de 50 anos e 6% entre 10 e 20 anos (Figura 24 A). Do total, 52% dos turistas são oriundos da região sudeste, 32% da região centro-oeste, 10% do nordeste, 4% do sul e 2% eram estrangeiros (Figura 24 B). Quando questionados sobre a escolaridade, 46% disseram que possuem o terceiro grau completo, 18% são pós-graduados, 14% possuem o terceiro grau incompleto, 12% o segundo grau completo, 8% o segundo grau incompleto e 2% apenas o primeiro grau completo (Figura 24 C).

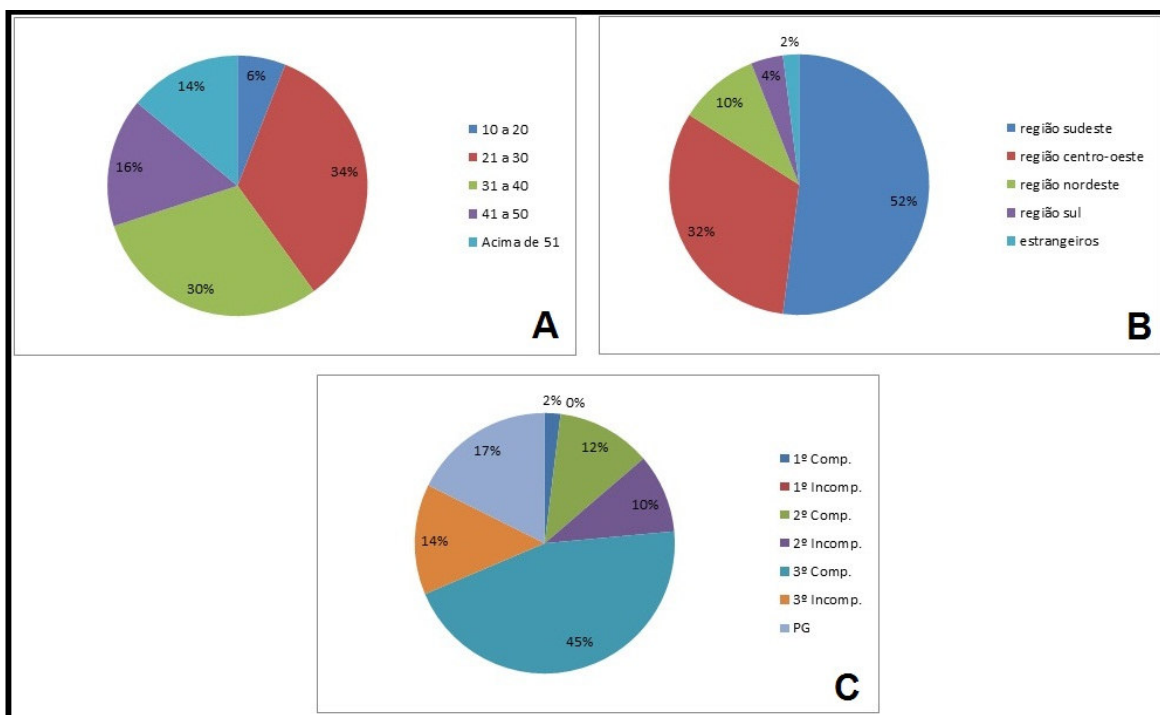


Figura 24 – (A) Idade dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Origem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (C) Escolaridade dos turistas entrevistados em Porto Seguro
Fonte: Elaboração própria (2003).

Quanto à ocupação, 40% são empregados de empresas privadas, 26% são profissionais liberais, 12% estudantes, 10% aposentados, 8% empresários e 4% funcionários públicos (Figura 25 A). Destes, 30% possuem renda entre 0 a 4 salários mínimos, 20% entre 4 e 8, 20% entre 8 e 10, 16% mais de 20, 10% de 10 a 15 e 4%

entre 15 e 20 salários mínimos (Figura 25 B). Dos entrevistados, 48% são solteiros, 42% casados e 10% separados (Figura 25 C).

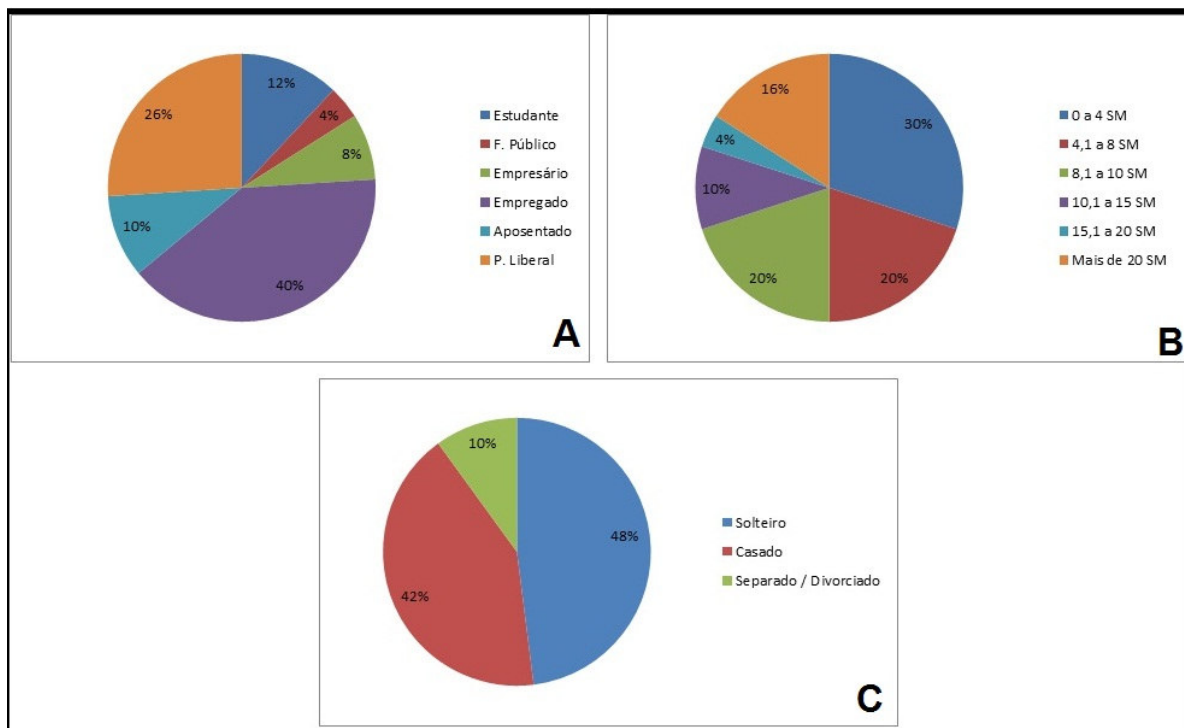


Figura 25 – (A) Ocupação dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Renda dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (C) Composição familiar dos turistas entrevistados em Porto Seguro
Fonte: Elaboração própria (2003).

Com relação à composição do grupo de viagem, 52% afirmam ter viajado com a família, 30% com amigos e parentes e 18% viajaram sozinhos (Figura 26 A). Destes, 60% viajaram por intermédio de agências de viagens e 40% de forma particular (Figura 26 B). Com relação ao tempo de permanência em Porto Seguro, 72% dos entrevistados afirmam passar 7 dias, 12% ficam por 10 dias, 8% por 30 dias e 4% por três dias (Figura 26 C). Quando questionados sobre o motivo da viagem, 90% afirmam estar em férias, 2% a trabalho e 8% por outros motivos (Figura 27 A). Com relação ao meio de transporte utilizado, 36% afirmam utilizar o avião, outros 36% chegaram de ônibus e 18% de carro (Figura 27 B).

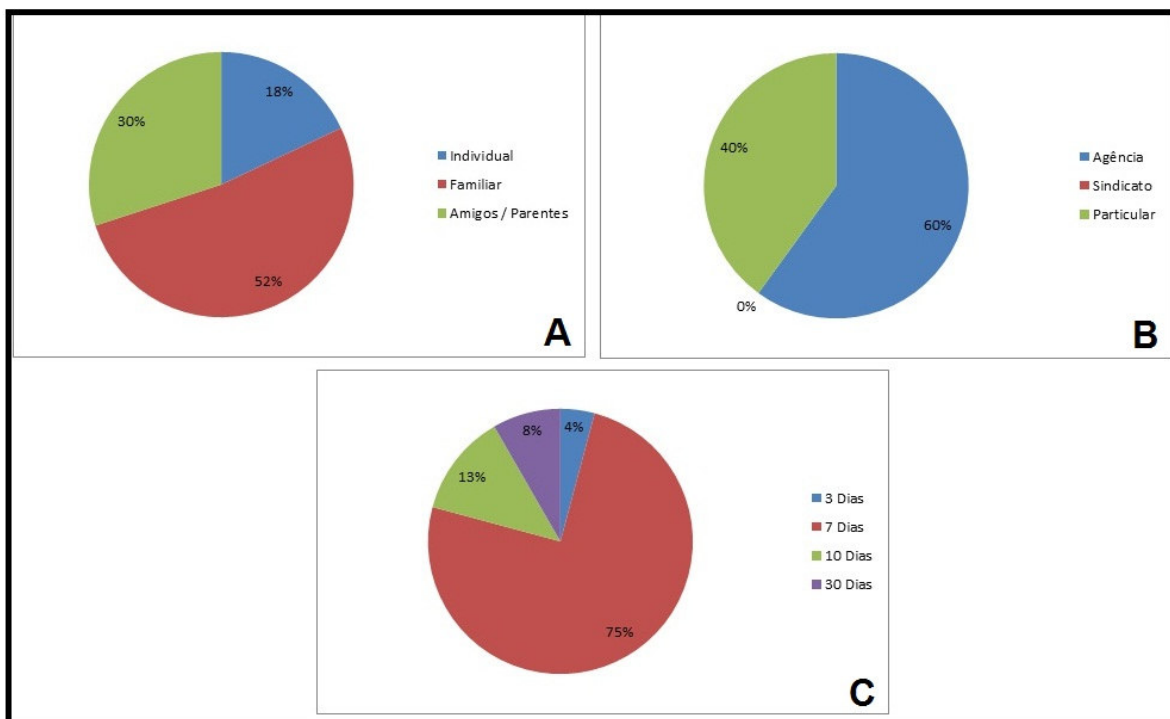


Figura 26 – (A) Composição do grupo de viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Influência da viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (C) Permanência dos turistas entrevistados em Porto Seguro

Fonte: Elaboração própria (2003).

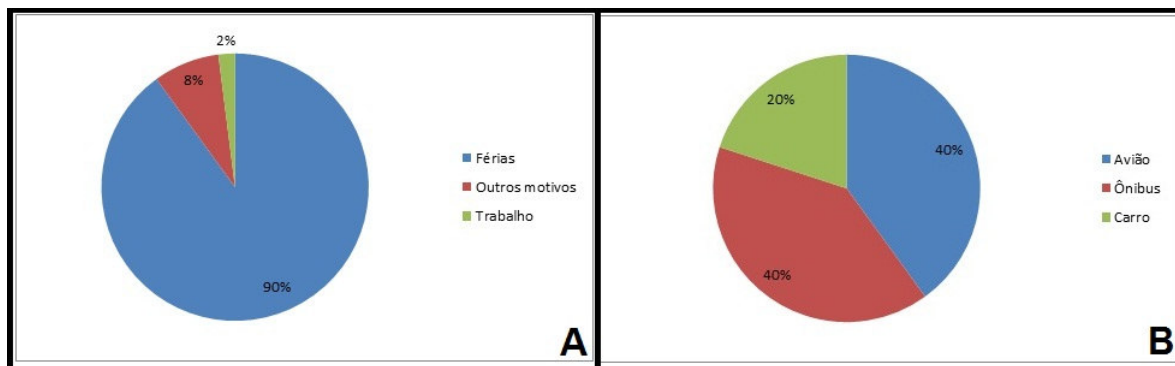


Figura 27 – (A) Motivo da viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Meio de transporte utilizado pelos turistas entrevistados em Porto Seguro

Fonte: Elaboração própria (2003).

Quando questionados sobre as despesas totais efetuadas, 30% afirmam ter gasto entre R\$500,00 e R\$1.000,00; 56% entre R\$1.000,00 e R\$ 2.000,00, 10% entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00; e 4% entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00 reais (Figura 28 A). Quanto à forma de hospedagem, 66% afirmam ter se hospedado em hotéis, 20% em

pousadas, 12% em casas de segunda residência e 2% em outros meios de hospedagem, como campings e albergues (Figura 28 B).

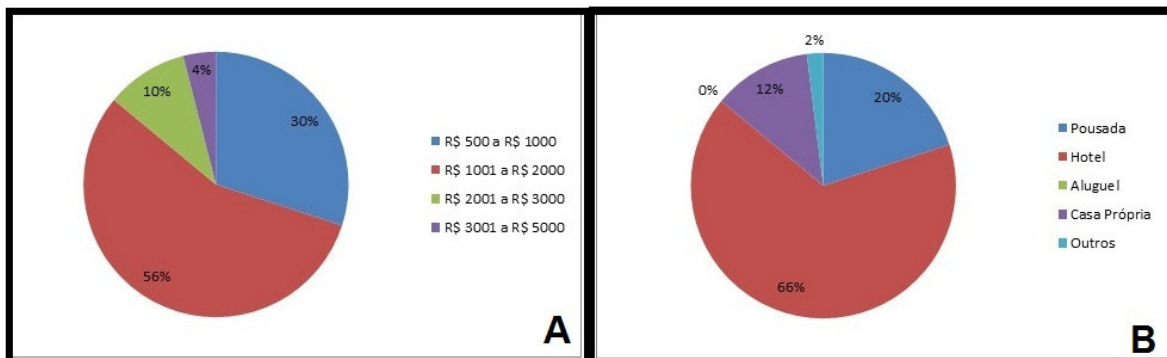


Figura 28 – (A) Despesas dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Meio de hospedagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro
Fonte: Elaboração própria (2003).

Com relação ao fato que influenciou a viagem, 52% afirmam que foram as agências de viagens, 46% os amigos e 2% revistas (Figura 29 A). Quando questionados se sabem da existência de um roteiro turístico em uma reserva indígena, 62% afirmam saber e 38% afirmam não saber (Figura 29 B). Dos que afirmaram não saber, todos demonstraram vontade em conhecer, e dos 62% que conheceram a aldeia, 52% afirmam ter gostado e 10% afirmam não ter gostado (Figura 29 C). Quando questionados se já conheceram o Museu do Índio em Coroa Vermelha, 50% afirmam que já e 50% afirmam que não (Figura 30 A). Dos que não conheceram, 46% afirmam ter vontade de conhecer, e 4% afirmam não ter vontade em conhecer. Dos que já conheceram, 8% afirmam não ter gostado e 42% afirmam ter gostado (Figura 30 B).

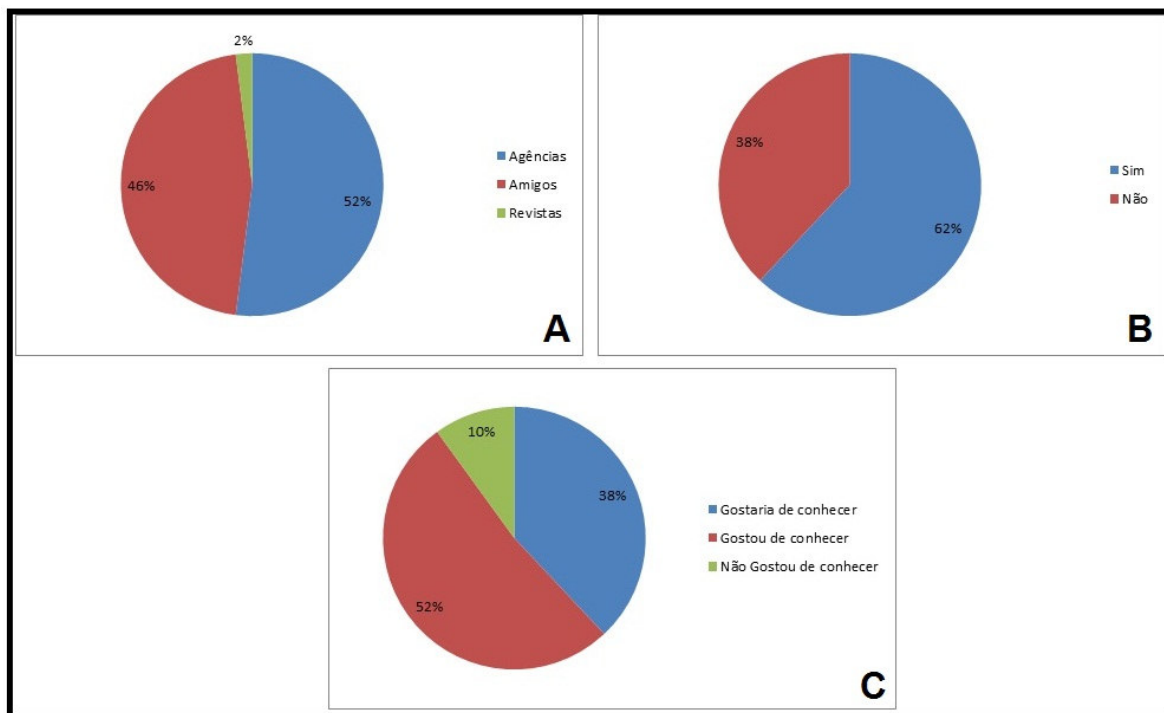


Figura 29 – (A) Motivos que influenciaram a viagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro. (B) Conhecimento dos turistas entrevistados sobre a existência de um roteiro turístico em uma reserva indígena em Porto Seguro. (C) Porcentagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro que gostariam de conhecer, que gostou de conhecer e não gostou de conhecer a aldeia indígena

Fonte: Elaboração própria (2003).

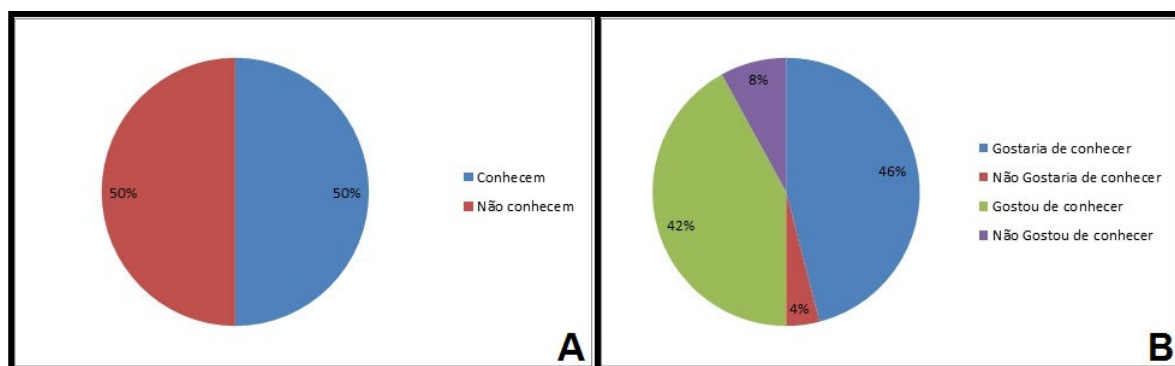


Figura 30 – (A) Porcentagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro que conhecem e não conhecem o Museu do Índio em Coroa Vermelha. (B) Porcentagem dos turistas entrevistados em Porto Seguro que gostariam de conhecer, que não gostaria de conhecer, que gostou de conhecer e não gostou de conhecer o Museu do Índio em Coroa Vermelha

Fonte: Elaboração própria (2003).

4.6.3 Índios Barra Velha

A maioria dos entrevistados possui idade entre 19 e 29 anos, e apenas dois possuíam idade superior a 45 anos. Os índios mais velhos apresentaram resistência para responder aos questionários. Após a aplicação de 50 questionários, chegamos aos seguintes indicadores: com relação à escolaridade, 43% dos entrevistados possuem o 1º grau incompleto, 29% possuem o 1º grau completo, 18% o 2º grau incompleto e 10% possuem o 2º grau completo (Figura 31). Esses dados refletem o descaso com a política de educação indígena, que apesar de bem estruturada enquanto projeto, não atinge de fato os índios, considerando-se a baixa escolaridade dos índios de Barra Velha. Constata-se os reflexos desse processo na estrutura produtiva e social dessa comunidade, como será visualizado na análise dos questionários aplicados.

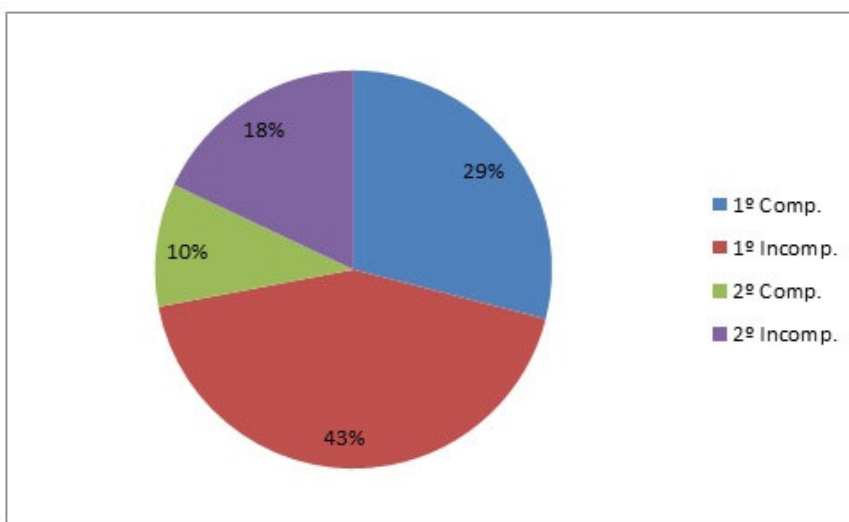


Figura 31 – Escolaridade dos índios entrevistados da aldeia de Barra Velha em Porto Seguro
Fonte: Elaboração própria (2003).

A atividade produtiva dos índios de Barra Velha está concentrada, em 80%, na agricultura de subsistência e na pesca, 13% no artesanato e 7% em outras atividades (Figura 32). Isso demonstra que não ocorreram grandes transformações na estruturação das atividades produtivas do período colonial em relação às executadas atualmente. Apenas a introdução do artesanato como recurso comercial pode ser considerada uma mudança, incentivada pelo incremento do fluxo turístico.

Todos os entrevistados afirmam que o artesanato é totalmente produzido na aldeia. Dentre as outras atividades desenvolvidas, encontra-se a profissão de professor e a locação de bugres para passeios turísticos. Com relação à renda, 100% dos entrevistados possuem ganhos mensais abaixo de 4 salários mínimos, fato que nos reporta à baixa escolaridade dos índios, o que impede uma colocação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da renda, além da falta de percepção para a necessidade de articulação comunitária para fins de geração de renda.

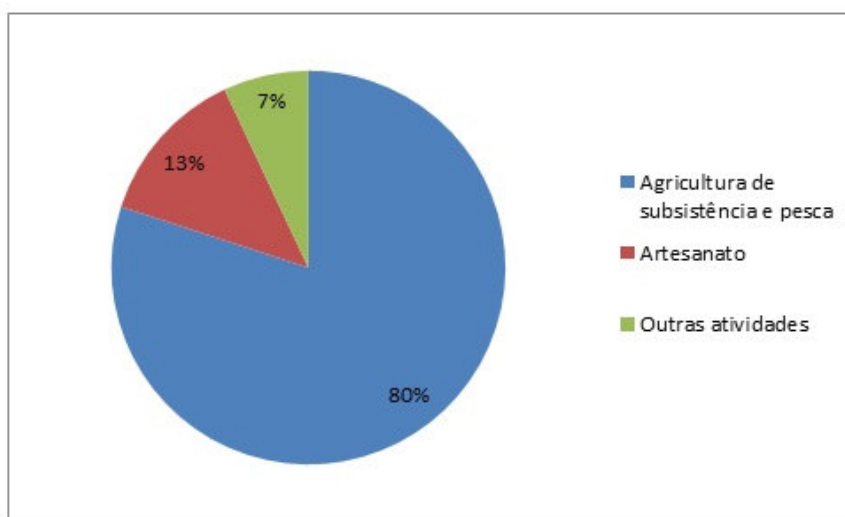


Figura 32 – Atividade produtiva dos índios entrevistados da aldeia de Barra Velha em Porto Seguro

Fonte: Elaboração própria (2003).

Quando questionados sobre a ida de turistas para a aldeia, 96% acreditam que é positiva, por conta da intensificação da venda do artesanato. Algumas famílias chegam a vender R\$1.000,00 em artesanato na alta temporada, e passam o resto do ano vivendo desse montante. Alguns índios relataram sobre o desrespeito às plantações de coco que existem dentro da reserva, pois muitos turistas invadem a área e retiram o fruto.

Com relação aos motivos que os levaram a utilizar a aldeia para atrair turistas, 100% dos entrevistados responderam que o motivo é a necessidade de obter renda para a sobrevivência. O mesmo percentual respondeu que gosta de manter contato com culturas diferentes por não poderem mais viver isolados, mas tentam de alguma forma manter sua cultura viva. Observamos que o turismo passa a exercer forte

influência com relação às expectativas referentes à melhoria das condições de vida da população indígena de Barra Velha, e que a situação de dependência dos elementos da cultura branca é muito presente também no modo de vida dessa população. Dos entrevistados, 70% acreditam que o elemento de atração de turistas está pautado na curiosidade em conhecer uma aldeia indígena, e 30% relatam que está norteado para a compra do artesanato (Figura 33). Esses indicadores refletem que os índios possuem clareza e que se caracterizam como pessoas que atraem a curiosidade dos não índios. Essa percepção torna-se positiva para o planejador que pretende sistematizar o turismo de forma organizada em Barra Velha.

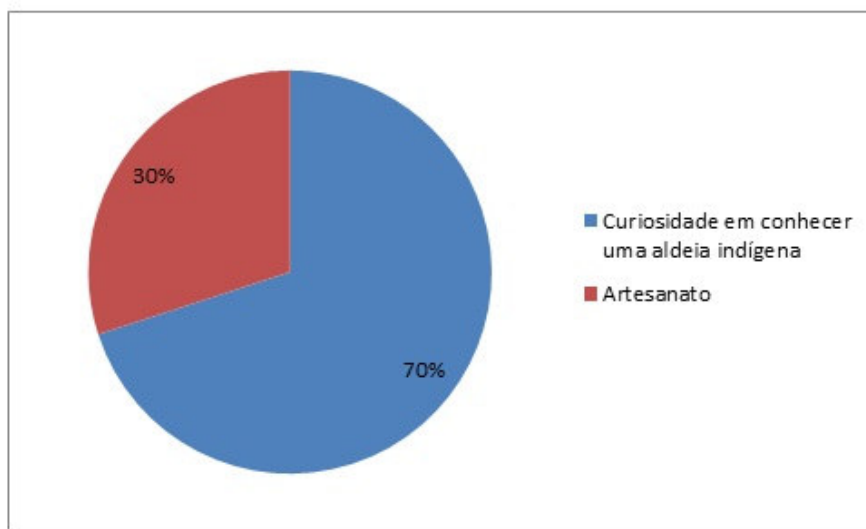


Figura 33 – Elementos de atração de turistas na visão dos índios da aldeia de Barra Velha

Fonte: Elaboração própria (2003).

Quando questionados sobre o apoio do governo para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo, 100% dos entrevistados informam que não recebem incentivos governamentais para esse fim, mas o recebem para as atividades agrícolas. Todos os entrevistados (100%) afirmam que nunca receberam instruções sobre como receber visitantes, e esse mesmo número relata que não utilizam nenhuma forma de divulgação para atrair visitantes. Essas constatações espelham o despreparo dos índios em tratar os visitantes e o desconhecimento sobre as transformações que podem ser induzidas pelo turismo, sejam elas positivas ou negativas. Com relação ao questionamento se o turismo melhorou as condições

de vida dos índios da aldeia, 70% dos entrevistados acreditam que sim e 30% afirmam que não (Figura 34).

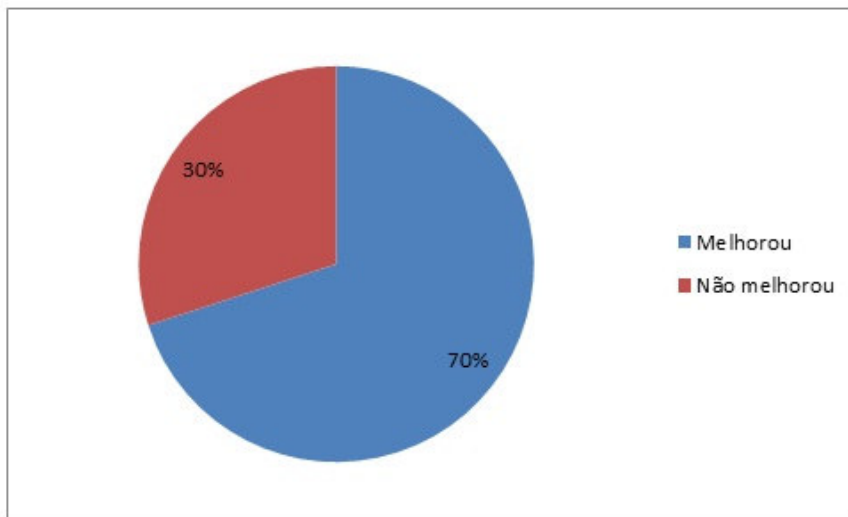


Figura 34 – Visão dos índios da aldeia de Barra Velha quando questionados se o turismo melhorou sua condição de vida
Fonte: Elaboração própria (2003).

Como manifestações culturais, todos afirmam que praticam o Toré e o Upa-Upa. O Toré se caracteriza como uma dança onde todos os índios podem participar, é feita em círculos, com a utilização do maraká e com a entonação de músicas que são capitaneadas pelo Pajé. O Upa-Upa é uma luta que só os homens praticam. Algumas comidas típicas foram referenciadas pelos entrevistados: a paçoca de mandioca, o peixe assado na palha de patioba, e como bebida o cauim – feita a base de mandioca. Quando questionados sobre as crenças religiosas, todos afirmam que acreditam em Tupã (Deus) e não cultuam outros deuses.

Quando questionados sobre quais ações o governo poderia adotar para incentivar o turismo na aldeia, 50% não sabem o que deveria ser feito, 30% afirmam que seria a reforma do centro cultural e 20% afirmam que seria o incentivo à prática do Toré (Figura 35).

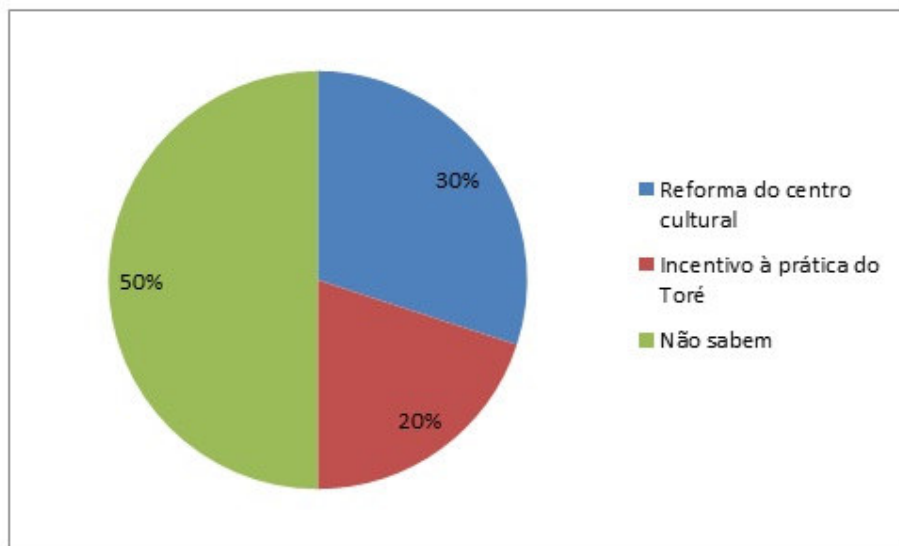


Figura 35 – Ações que o governo poderia adotar para incentivar o turismo na aldeia na visão dos índios da aldeia de Barra Velha
 Fonte: Elaboração própria (2003).

4.6.4 Índios de Coroa Vermelha

Dentre os índios entrevistados, 31,78% possuem idade entre 21 e 30 anos, 26,67% entre 10 e 20 anos, 22,2% de 31 a 40 anos e 6,67% de 41 a 50 anos (Figura 36 A). Os jovens estão sempre receptivos a responder os questionamentos. Já os mais idosos apresentam resistência a prestar as informações necessárias. Como a aldeia de Coroa Vermelha foi constituída por representar um ponto de atração para a venda de artesanato e, conforme referenciado anteriormente, a população que iniciou o processo de ocupação da área foi oriunda da aldeia de Barra Velha, quando questionados sobre a sua origem, 26,67% afirmaram ser oriundos da Barra Velha, 24,4% são nascidos em Coroa Vermelha, 11,11% são nascidos em Porto Seguro e 37,2% são oriundos das aldeias de Monte Pascoal, Pau-Brasil, Cabrália e Prado (Figura 36 B).

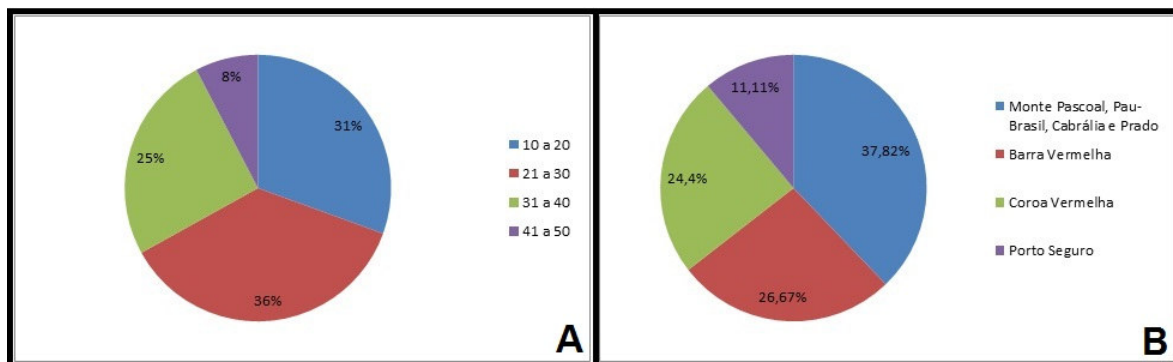


Figura 36 – (A) Idade dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha (B) Local de origem dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha

Fonte: Elaboração própria (2003).

Quanto à escolaridade, a maioria dos entrevistados – 35,56% – possuem o 1º grau incompleto, 29,44% possuem o 2º grau incompleto, 20% possuem o 1º grau completo, 13,33% são analfabetos e apenas 2,22% possuem nível superior (Figura 37 A). Essa realidade nos remete ao entendimento do motivo pelo qual 64,22% dos entrevistados possuem ocupação voltada para a venda do artesanato que se apresenta como uma potencial fonte de renda para a população indígena, que por não possuírem um bom nível de escolaridade ficam à margem da inserção no mercado de trabalho, e obtém no artesanato a renda para sua sobrevivência. Dos entrevistados, 4,4% são empregados no setor público, 2,22% são garçons, e o mesmo percentual é de comerciantes ou não trabalha (Figura 37 B). Todos os entrevistados possuem renda entre 0 e 4 salários mínimos, o que nos remete mais uma vez aos efeitos da baixa escolaridade, que não proporciona um ganho salarial superior. São solteiros 62,22% dos índios entrevistados, 24,44% são casados e 2,22% separados (Figura 37 C).

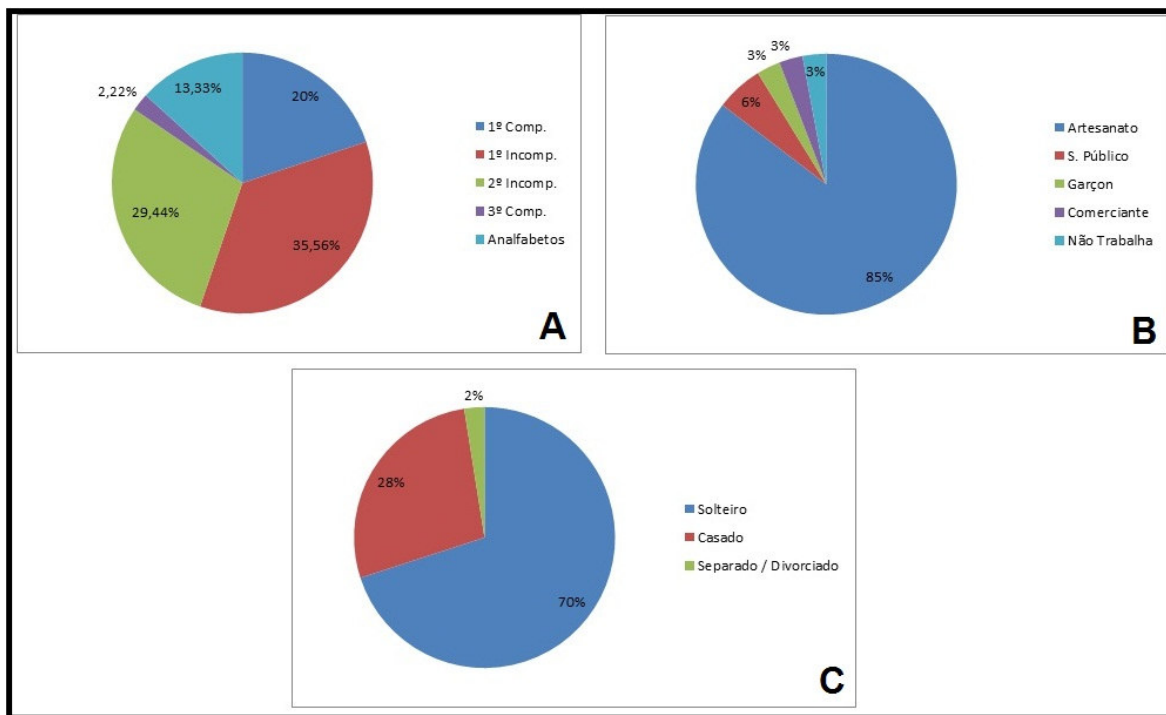


Figura 37 – (A) Escolaridade dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha
 (B) Ocupação dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha
 (C) Composição familiar dos índios entrevistados na aldeia de Coroa Vermelha
 Fonte: Elaboração própria (2003).

4.6.5 Turistas Museu do Índio

Dos turistas entrevistados no Museu do Índio, 34% possuem idade entre 41 e 50 anos, 26% entre 31 e 40 anos, 12% entre 21 e 30 anos, 6% entre 10 e 20 anos e 22% acima de 51 anos (Figura 38 A). Com relação a sua origem, 44,89% dos turistas são oriundos da região centro-oeste, 28,57% da região sudeste, 12,24% da região sul, 12,24% são estrangeiros e 2,04% são da região nordeste (Figura 38 B). Quando questionados sobre sua escolaridade, 40,81% possuem o terceiro grau completo, 28,57% segundo grau completo, 20,4% possuem o terceiro grau incompleto, 4,08% possuem primeiro grau completo, 4,08% possuem segundo grau incompleto e 2,04% possuem pós-graduação (Figura 38 C). Quanto à ocupação, 36,17% são empregados de empresas privadas, 29,78% são profissionais liberais, 10,63% são aposentados, 2,25% são funcionários público, 2,12% são empresários e 17,02% ocupam outros cargos (Figura 39 A). A renda de 25,53% dos entrevistados

estava entre 4 e 8 salários mínimos, 21,27% mais de 20 salários mínimos, 19,15% de 10 a 15 salários mínimos, 12,76% entre 8 e 10 salários mínimos, a mesma porcentagem de 0 a 4 salários mínimos e 8,51% de 15 a 20 salários mínimos (Figura 39 B). Quanto à composição familiar, 78% dos entrevistados são casados, 10% solteiros, 6% são separados/divorciados e 6% outros (Figura 39 C).

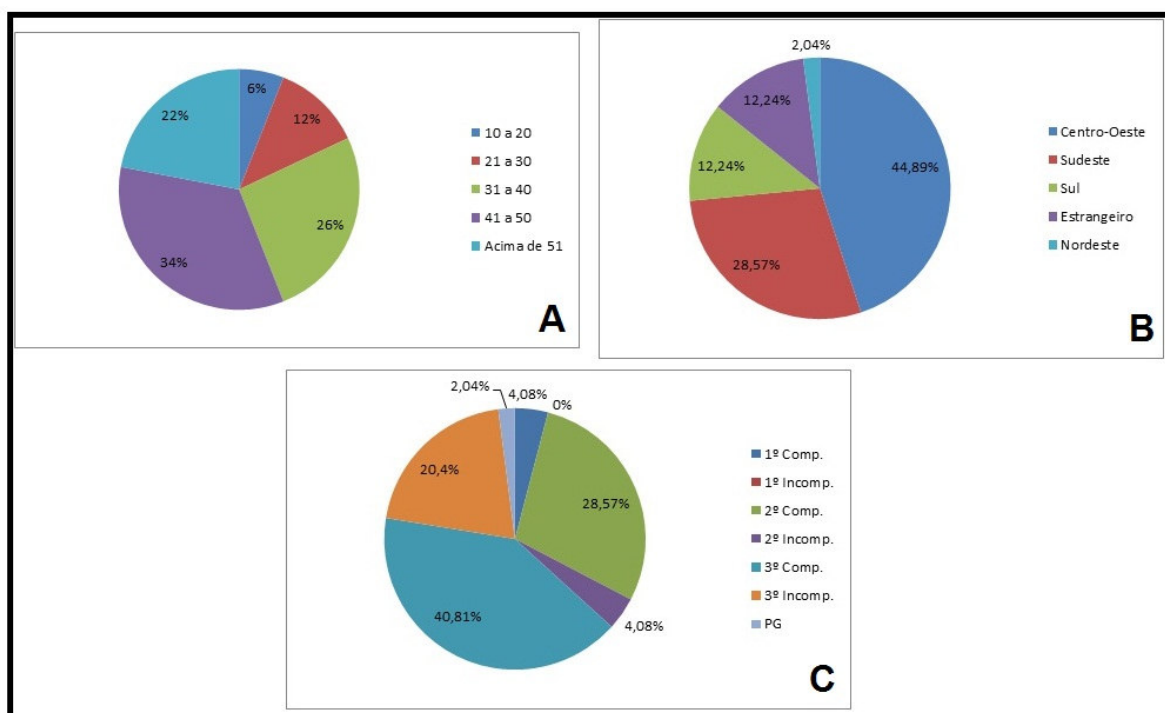


Figura 38 – (A) Idade dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Origem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Escolaridade dos turistas entrevistados no Museu do Índio
Fonte: Elaboração própria (2003).

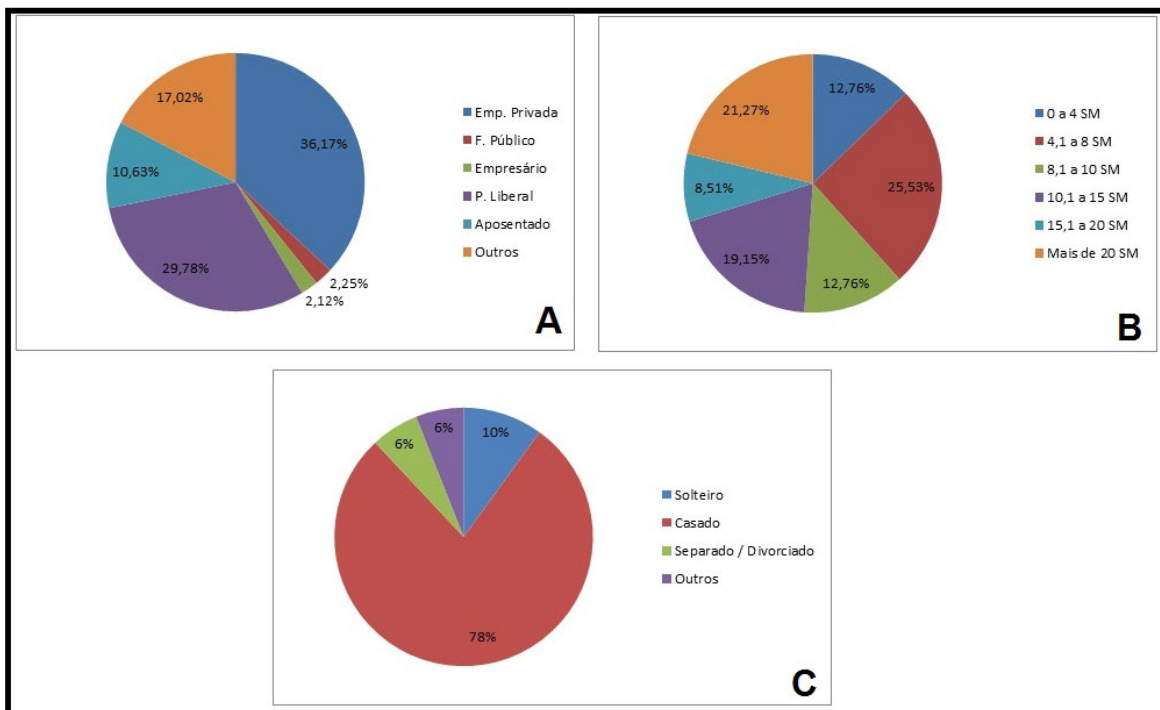


Figura 39 – (A) Ocupação dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Renda dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Composição familiar dos turistas entrevistados no Museu do Índio

Fonte: Elaboração própria (2003).

Com relação à composição do grupo de viagem, 66% afirmam ter viajado com a família, 20% com amigos e parentes e 14% viajaram sozinhos (Figura 40 A). Para 50% a viagem ocorreu por intermédio de agências de viagens e 50% de forma particular (Figura 40 B). Com relação ao tempo de permanência em Porto Seguro, 66% dos entrevistados afirmam passar de 1 a 7 dias, 16% de 8 a 10 dias, 14% de 11 a 20 dias e 4% 1 mês (Figura 40 C). Quando questionados sobre o motivo da viagem, 90% afirmam estar em férias, 4% por visita a família, 2% a trabalho e 2% por outros motivos (Figura 41 A). Com relação ao meio de transporte utilizado, 38% afirmam ter utilizado o avião, 34% chegaram de carro e 22% de ônibus (Figura 41 B).

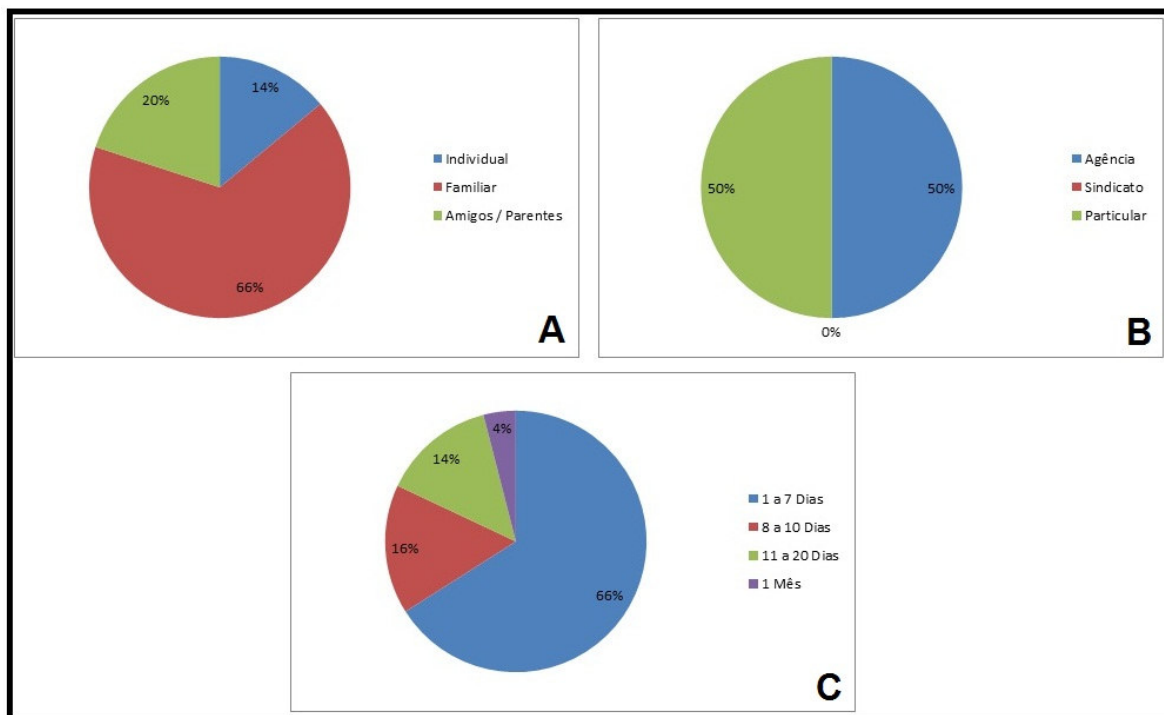


Figura 40 – (A) Composição do grupo de viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Influência da viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Permanência dos turistas entrevistados no Museu do Índio
Fonte: Elaboração própria (2003).

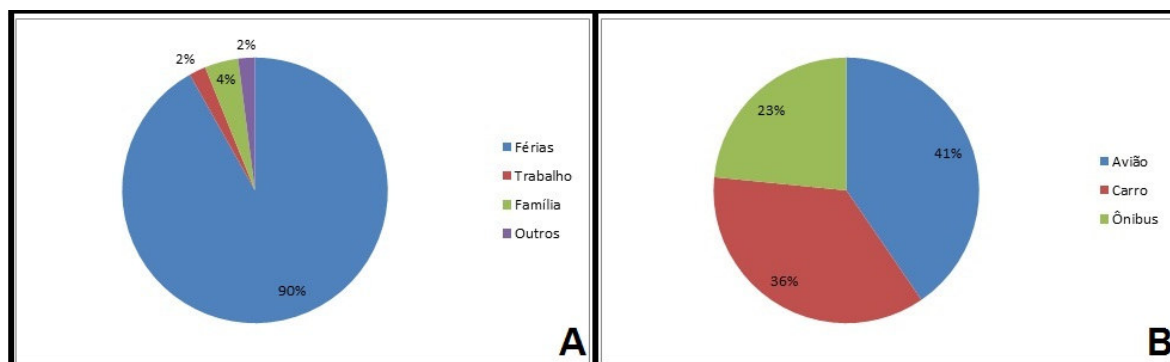


Figura 41 – (A) Motivo da viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Meio de transporte utilizado pelos turistas entrevistados no Museu do Índio
Fonte: Elaboração própria (2003).

O tipo de meio de hospedagem mais utilizado foram os hotéis (66%), seguido pelas pousadas (18% (Figura 42 A)). Quando questionados sobre os motivos que influenciaram a viagem, 34% afirmam que ocorreu por influência de amigos e parentes; 58% atribuem a outros motivos, como a curiosidade; 6% atribuem à agência e 2% por influência de revistas e jornais (Figura 42 B). Com relação ao

elemento que contribuiu para atração à aldeia indígena, 24% ligam à história, 32% por outros motivos, 20% por influência de agências de viagens, 16% pelo artesanato e 6% por influência de amigos e parentes (Figura 42 C). Quando questionados sobre o que não os satisfaz na aldeia, 64% afirmam que ficaram plenamente satisfeitos, 2% colocam que falta variedade no artesanato, 8% acham que existe descaso do poder público, 18% não reconhecem o índio como índio e 6% não responderam (Figura 43 A). Dos entrevistados, 72% afirmaram que compraram artesanato indígena, e 28% não compraram (Figura 43 B). Apenas 12% conhecem a reserva Pataxó da Jaqueira, e 88% não conhecem (Figura 43 C). Todos que conhecem acreditam que a reserva é caracterizada como ecoturismo porque preserva a natureza.

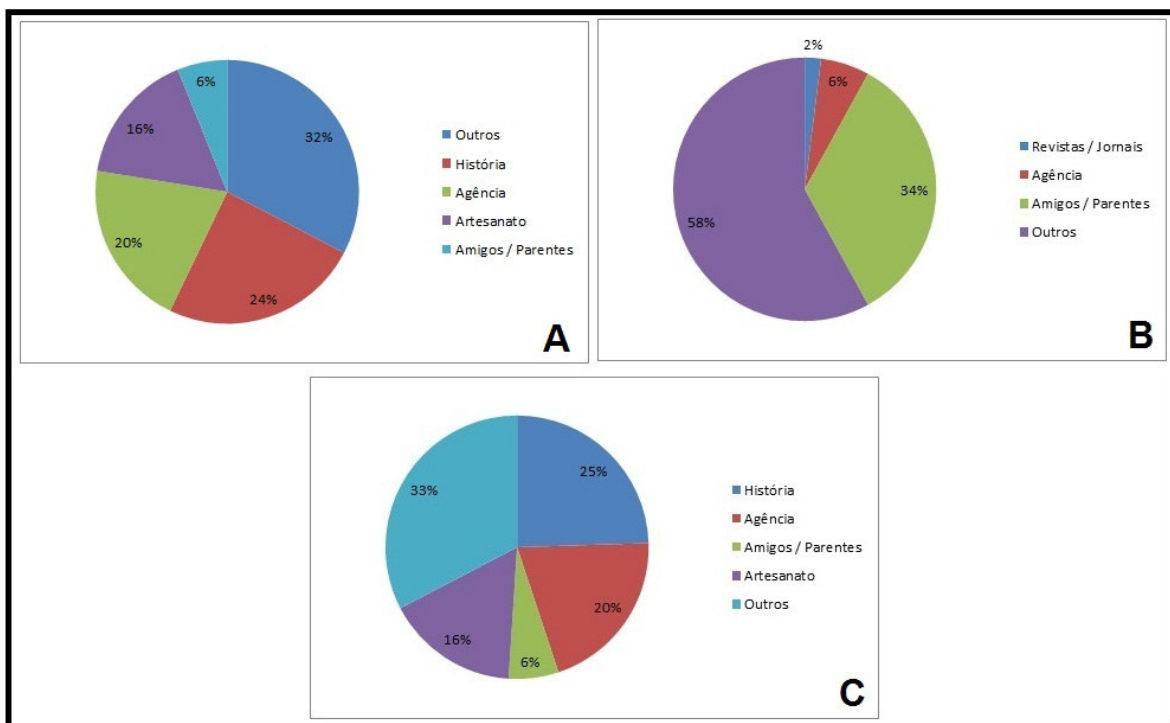


Figura 42 – (A) Meio de hospedagem utilizado pelos turistas entrevistados no Museu do Índio. (B) Motivos que influenciaram a viagem dos turistas entrevistados no Museu do Índio. (C) Elementos que contribuíram para atração do turista a aldeia indígena pelos turistas entrevistados no Museu do Índio
Fonte: Elaboração própria (2003).

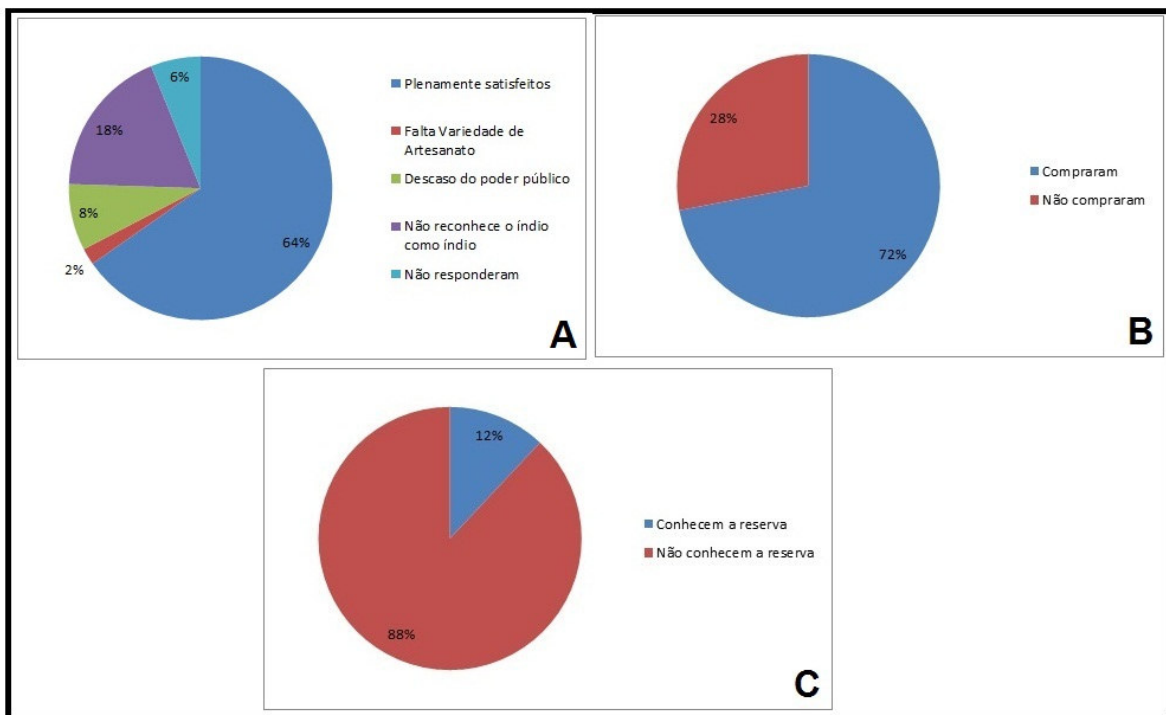


Figura 43 – (A) O que não os satisfaz o turista na visita ao Museu do Índio. (B) Porcentagem de turistas que compraram e não compraram artesanato no Museu do Índio. (C) Porcentagem de turistas que conhecem e não conhecem a reserva indígena Pataxó da Jaqueira entrevistados no Museu do Índio

Fonte: Elaboração própria (2003).

5 CONCLUSÃO

É visível a importância que a atividade turística representa para a geração de renda nas aldeias de Barra Velha e Pataxó da Jaqueira, mas é visível também a inexistência da sistematização da atividade nas duas aldeias. Os recursos oriundos do turismo são, em grande parte, provenientes da venda de artesanato. Entretanto, esse montante não é suficiente para promover transformações significativas na qualidade de vida dessas comunidades. No formato em que acontece, serve apenas para subsistência, em função de alguns obstáculos, como:

1. Os índios não reconhecem o valor do artesanato produzido por eles;
2. Falta identidade do artesanato Pataxó, assim como diversidade;
3. Peças como gamelas, garfos, facas, pentes não possuem acabamento voltado para o uso diário;
4. Muitos comerciantes de artesanato indígena se aproveitam da situação de necessidade das aldeias e efetuam trocas desleais, como roupas e alimentos por artesanato, e no momento da venda ao consumidor final vendem os produtos por um preço inferior aos praticados pelos índios em seus pontos de venda;
5. Falta conhecimento com relação ao cálculo do preço, prejudicando a comercialização, pois os valores cobrados variam muito de aldeia para aldeia;
6. Não existe nenhum cuidado com a apresentação do produto;
7. Existe dificuldade de comunicação entre as aldeias;
8. A vinculação da Coroa Vermelha como local voltado para a venda de artesanato indígena prejudica muito a identidade do artesanato Pataxó, pois o local é ocupado por diversos comerciantes que vendem artesanato de diferentes regiões e estilos;
9. Alguns índios criam novas peças e não as produzem por receio dos não índios copiarem e eles não terem benefícios com a criação;
10. Falta percepção para a importância da organização associativa;
11. Existe dificuldade para o escoamento da produção;
12. Alguns índios deixam de produzir o artesanato em função de artesãos locais produzirem em larga escala e com aparência industrial (e com melhor acabamento).

Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma organização indígena produtiva voltada para a potencialização mercadológica do artesanato Pataxó. Contudo, não deveria ser o artesanato a única fonte de renda proveniente do turismo. O sub-aproveitamento do potencial histórico-cultural é notável, sobretudo pelo desconhecimento dos próprios índios com relação à sua história e formas de vida. Outro aspecto que contribui negativamente para a inserção sustentável das aldeias indígenas no processo de desenvolvimento turístico é o desconhecimento dos fundamentos do turismo e das transformações oriundas a partir do incremento da atividade.

A situação de marginalidade à qual as comunidades indígenas estão relegadas os coloca em condição desfavorável à inserção em qualquer atividade produtiva que demande capacidade de planejamento e gerenciamento. Assim, torna-se fundamental o envolvimento do poder público, através dos programas de turismo existentes, principalmente pelo fato do apelo turístico de Porto Seguro estar norteado ao “descobrimento” do Brasil. Se faz necessário subsidiar e contribuir com o envolvimento (de forma sustentável) dos índios locais na dinâmica do turismo regional, não só com a renda de artesanato, mas em concomitância com as atividades ligadas à cultura indígena.

O modelo local de desenvolvimento turístico contribui parcialmente para a renovação do orgulho das manifestações culturais, porque só acontece na reserva Pataxó da Jaqueira, já que ali os “índios fazem a afirmação da cultura indígena e valorizam a floresta” (GRUNEWALD, 2002). O roteiro oferecido consiste na realização de uma trilha pela mata, onde os índios apresentam seus conhecimentos sobre a fauna e a flora, e os visitantes são apresentados aos viveiros de mudas compostos por plantas ameaçadas de extinção. Também visitam o centro cultural, utilizado para o relato da história indígena local, hábitos e costumes. Os visitantes têm a oportunidade de participar de uma conversa com o pajé, e passam a conhecer um pouco sobre a medicina indígena. Na reserva é oferecido um almoço com cardápio da culinária tradicional, e posteriormente a apresentação de músicas e danças cantadas na língua Pataxó. O desenvolvimento desse roteiro foi motivado, em parte, pela cobrança dos turistas em conhecer os índios em sua essência, então o grupo de indígenas que gerencia a Reserva da Jaqueira passou a cultivar suas tradições,

promovendo o resgate histórico-cultural e contribuindo para desmistificar a imagem do índio como na época do descobrimento. Esse roteiro caracteriza e demonstra aos visitantes que a cultura é modificada com o passar do tempo, e que os índios sofrem modificações culturais, assim como toda a sociedade mundial.

Já na aldeia de Barra Velha o turismo não contribui para a renovação do orgulho das manifestações culturais, pois a atividade é restrita apenas à venda do artesanato e ao escambo.

Nas duas aldeias, trabalha-se com a informação para a venda de um produto que não é bem definido. Contudo, pela Reserva da Jaqueira ter sido concebida para atender às expectativas da demanda turística, a informação circula com mais fluidez do que em Barra Velha, o que proporciona uma relação mais saudável entre índios e turistas. Na Reserva da Jaqueira os índios envolvidos participam dos lucros proporcionados pela venda do roteiro, já em Barra Velha o envolvimento da comunidade é efetivado de forma dissociada, e apenas pela venda e troca de artesanato.

Se os índios Pataxó da Barra Velha e da Jaqueira encontram-se visceralmente ligados ao turismo local, é emergencial o direcionamento de ações envolvendo o poder público, a sociedade civil organizada e os profissionais de turismo que visem promoção diversificada do destino Porto Seguro, a partir de estratégias vinculadas à participação dos indígenas, de forma sustentada e organizada. Para viabilizar esse modelo, necessário se faz a criação de uma estratégia local do setor de turismo, pautada em ações intersetoriais e endógenas. Como ilustração referente à inserção de indígenas nas políticas de turismo, nos reportamos a dois casos: um na Austrália (Território do Norte), que demonstra a situação de marginalidade a que os aborígenes australianos estão relegados, e o outro em modelo concebido por Shalini Singh.

No primeiro caso, os aborígenes se apresentam como meros saciadores de desejos dos turistas por conhecer os índios. A demanda pressionou os empreendimentos da área que, encarando a possibilidade de aumento dos ganhos, passa a efetuar articulações com órgãos governamentais de planejamento. Esses órgãos, por sua

vez, buscam a representação aborígine. Porém, segundo Law (1993 *apud* SINGH; SINGH, 2002), o ponto de vista aborígine sobre a formação, implementação e avaliação da política de turismo do Território do Norte tem sido marginalizada, de modo geral.

Estabelecendo o fluxograma da realidade do turismo nas aldeias estudadas, não fugimos muito à realidade encontrada na Austrália: a divergência se dá pela demanda inicial no que toca à participação dos índios em inaugurações políticas e eventos dessa natureza. Por outro lado, a percepção da FUNAI, na década de 70, sobre a importância da comercialização do artesanato para a sustentação do indígena diante da possibilidade do incremento do fluxo turístico, ocorreu com a construção da BR 101. Atrelado a esse fato, o deslocamento voluntário de índios para a Coroa Vermelha foi motivado pelas possibilidades de venda do artesanato. De outra parte, os índios da Coroa Vermelha organizaram-se e buscaram apoio governamental para o incremento do turismo na Reserva da Jaqueira, mas nenhuma política específica foi orientada para a inserção dessa iniciativa nas estratégias promocionais do destino Porto Seguro. Já Barra Velha ficou relegada à curiosidade do turista em conhecer uma reserva indígena.

O modelo concebido por Shalini Singh apresenta-se como ideal para uma estrutura de desenvolvimento, pois não concentra no turismo a única forma de atividade produtiva. Isso se tornaria arriscado para qualquer comunidade, já que o turismo é uma atividade sazonal.

Nenhum modelo indígena pode ser uma combinação perfeita, pois cada cultura indígena é única e evolui constantemente, em face de mudanças que ocorrem no ambiente no qual está inserida. Entretanto, os fatos demonstram que o turismo indígena pode ser uma opção para o desenvolvimento de sociedades tribais que vivem com oportunidades limitadas. É fundamental, nessa percepção que propomos, a modificação do formato como o turismo acontece na reserva Barra Velha, além de ações voltadas para capacitação e para os canais de distribuição, no caso da Pataxó da Jaqueira.

O formato do turismo em Barra Velha (Figura 44) está baseado na demanda dos turistas que desejam conhecer a “aldeia mãe”. Eles buscam informações com a comunidade, que direcionam os interessados para os donos das carroças e dos bugres ou ensinam como ir caminhando pela praia para a aldeia. As informações específicas sobre a aldeia são voltadas apenas para a venda de artesanato.

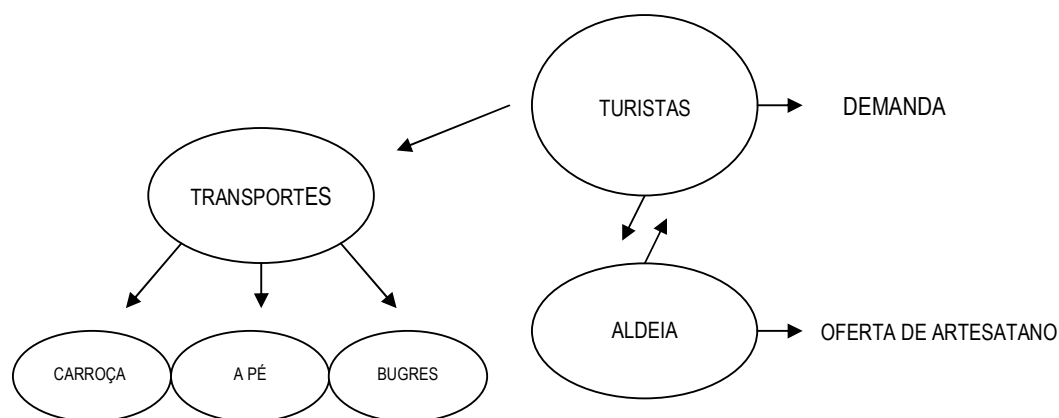


Figura 44 – Modelo atual de desenvolvimento da atividade turística em Barra Velha
Fonte: Elaboração própria (2003).

O modelo sugerido para Barra Velha (Figura 45) encontra-se assentado na política de educação indígena, que buscaria a inserção de disciplinas da área de turismo e meio ambiente como temas transversais. Essa seria uma forma de atingir todos os índios que frequentam a escola local.

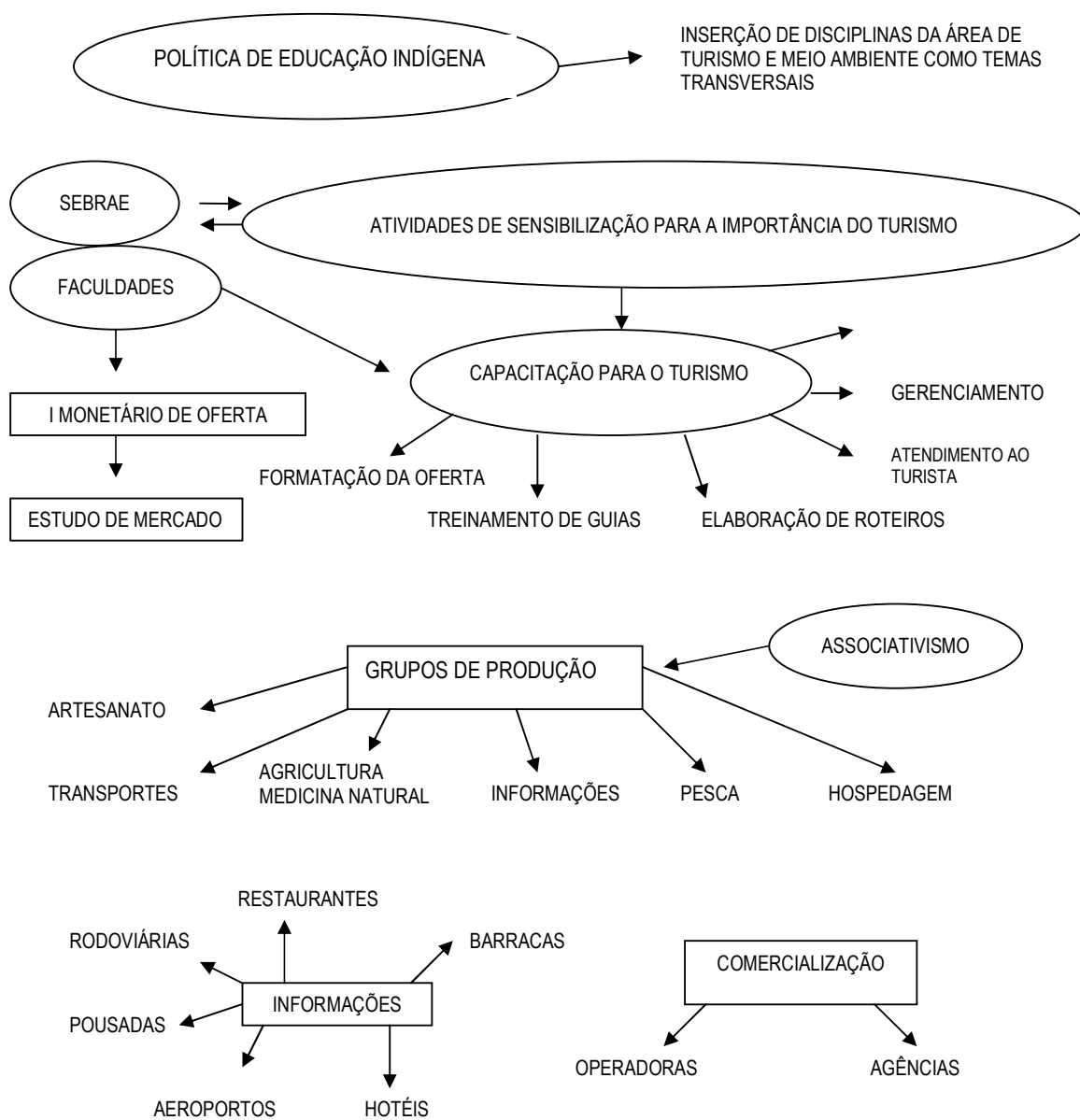


Figura 45 – Modelo proposto para desenvolvimento da atividade turística na aldeia de Barra Velha
 Fonte: Elaboração própria (2003).

Concomitantemente a essa ação, deveriam ser realizados cursos de sensibilização em parceria com o SEBRAE e com faculdades de turismo da região. Ao mesmo tempo em que as atividades de capacitação estiverem sendo desenvolvidas, seria realizado o inventário da oferta turística local, por estudantes de turismo, acompanhado da formatação do produto turístico e de um estudo de mercado.

Em paralelo às ações voltadas diretamente para o turismo, seriam organizados grupos de produção que apoiassem a sistematização do turismo, através das associações de moradores. Posteriormente, conceberíamos um sistema de comercialização voltado para atender as agências e operadoras e um sistema de informações que atuasse nos portões de entrada do destino principal (Porto Seguro) e na rede de serviços que são consumidos pelos turistas.

Já na Reserva da Jaqueira, proporíamos ações de sensibilização voltadas à importância do turismo e sua compreensão enquanto fenômeno, assim como sobre empreendedorismo, com foco destinado aos canais de distribuição e à consolidação da marca do produto, pois na pesquisa realizada observou-se a inexistência de definição no apelo do roteiro.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo. Papirus, 1996.
- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. 2. ed. São Paulo. Papirus, 2001.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.
- BENI, M. C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003. (Turismo).
- ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo, 2001.
- BURNS, P. **Introduction to tourism & anthropology**. New York: [s.n.], 2000.
- BURNS, P. **Turismo e antropologia: uma introdução**. Tradução Daise Batista. São Paulo: Chonos, 2002. (Coleção Tours).
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COHEN, E. Towards a sociology of international tourism. **Social Research**, v.39, n.1, 1972.
- COHEN, E. Impact of tourism on the physical environment. In: **Annals of Tourism Research**, v.5, n.2, 1979.
- CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- DIAS, L.; GAMBINI, R. **Outros quinhentos: uma conversa sobre a alma brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo, 1999.
- DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do turismo**. Campinas: Alínea, 2002.
- DONAIRE, J. A. El turismo en una sociedad post-industrial. Algunas propuestas conceptuales. In: LA FORMACIÓN y rehabilitación I les noves modalitats turístiques. Palma de Mallorca: Servei de Publicacions de la UNiversidad de l'les Illes Balears, 1995.
- DOXEY, G. V. A causation theory of visitor-resident irritants; methodology and research inference. ANNUAL CONFERENCE PROCEEDINGS OF THE TRAVEL AND TOURISM RESEARCH ASSOCIATION. THE IMPACT OF TOURISM. TRAVEL AND TOURISM RESEARCH ASSOCIATION., 6., 1975. San Diego CA. **Annals...** San Diego CA, 1975.

- DOXEY, G.V. When enough is enough: the natives are restless. **Old Niagara. Heritage Canada**, v.2, n.2, p.26-27, 1976.
- EMBRATUR - EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Política nacional de turismo**. Diretrizes e programas (1996-1999). Brasília, 1996.
- EMBRATUR – EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Anuário estatístico**. Brasília, 2001.
- ESTATUTO do índio. O índio e seu destino. **Revista Planejamento e Desenvolvimento**, 1973.
- GAMBINI, R. **Espelho índio**. A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000.
- GRUNEWALD, R. Turismo e o “resgate” da cultura pataxó. In: BANDUCCI Jr., Álvaro; BARRETTO, Margarita. (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas-SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).
- LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LUZON, J. L.; SPINOLA, N. D. (Org.). **Desarrollo regional**. Barcelona: Xarxa Temàtica MEDAMERICA, 2001.
- MATHIESON, A. ; WALL, G. **Tourism: economic, physical and social impacts**. London, New York: Longman, 1990.
- MENDONÇA, E.; GARRIDO, I. ; VASCONCELOS, S. **Turismo e desenvolvimento sócio-econômico: o caso da Costa do Descobrimento**. Salvador: Secretaria de Cultura Turismo do Estado da Bahia. SUDETUR, 2000.
- MERCER, D. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: TEOBALD, William F. **Turismo global**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA/PNUD. **Agenda 21 Brasileira, bases para discussão**. Brasília, 2000.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República da Bahia. Núcleo de Tutela Coletiva. **Terras indígenas na Bahia**, Salvador, 2000.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001

- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desarrollo sostenible del ecoturismo**: una compilación de buenas prácticas. Madri, 2002.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Sinais e símbolos turísticos**. São Paulo: Roca, 2003.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PEARCE, D. ; BUTLER, R. (Org.). **Desenvolvimento em turismo**. Temas Contemporâneos. São Paulo. Contexto. 2002. (Coleção Turismo Contexto).
- PETROCCHI, M. **Turismo planejamento e gestão**. São Paulo: Futura. 1998.
- PIZAM, A. Tourism's impacts: the social costs to the destination community as perceived by its residents. **Journal of Travel Research**, v. 16, p.8-12, 1978.
- PROM – PROGRAMA DE REMANEJAMENTO DA ORLA MARÍTIMA DO ESTADO. **Trecho Porto Seguro – Santa Cruz de Cabrália**. Secretaria de Indústria e Comércio, 1974.
- QUEIROZ, L. A. **Turismo na Bahia**: estratégia para o desenvolvimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002 (Coleção Selo Turismo).
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, J. P. *et al* (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental (ISA), 2001.
- RITCHIE, J. R.; GOELDNER, C. ; Mc INTOSH, R. **Turismo**: princípios, práticas, e filosofias. 8. ed. Porto Alegre, 2002.
- RODRIGUES, A. B. Desafios para os Estudiosos do Turismo. In: **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SANTILLI, M. **Os índios e os brasileiros**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- SEABRA, G. **Ecos do turismo**: turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas – SP: Papyrus, 2001. (Coleção Turismo).
- SILVA, S. C. B. M. Teorias de Localização e Desenvolvimento Regional. **Geografia**, Rio Claro, v.1 n. 2, p. 1-23, out. 1976.

SILVA, S. C. B. M. Geografia turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia
In: RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000. (Turismo).

THEOBALD, W. (Org.). **Turismo global**. Tradução Ana Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: Editora SENAC – SP, 2001.

URRY, J. **The tourist gaze. Leisure and travel in contemporary societies**. Londre: Sage, 1990.

VERA REBOLLO, Fernando J. et al. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

ANEXO A - Autorização para divulgação do trabalho em meio eletrônico

Autorizo, para todos os fins de direito, que a UNIFACS com sede na Rua Dr. José Peroba, 251, STIEP, Salvador, Bahia, inscrita no CNP/MF sob o n.13.526.884/0001-64, possa utilizar e disponibilizar perante qualquer meio de comunicação, inclusive na Internet, o trabalho (O Turismo Como Indutor Do Desenvolvimento Local Em Reservas Indígenas O Caso Da Barra Velha E Pataxó Da Jaqueira – Porto Seguro - Bahia) para que terceiros interessados em conhecer ou analisar o referido trabalho acadêmico possam imprimir para leitura e pesquisa, bem como reproduzir total ou parcialmente, e utilizar como lhes convier, respeitados os direitos do autor, conforme determinam a Lei n. 9.610/98 (Lei do Direito Autoral) e a Constituição Federal, art. 5º inc. XXVII e XXVIII “a” e “b”.

Neste sentido, declaro que cumpridos requisitos acima, nada poderei reclamar seja a que título for, sobre os direitos inerentes ao conteúdo do referido trabalho.

Data: _____

Assinatura do autor _____